

Índice

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 2 |
| 2 | ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL: | 5 |
| 2.1 | ESTRUTURA POLÍTICA | 5 |
| 2.1.1 | ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ÓRGÃO DELIBERATIVO | 5 |
| 2.1.2 | CÂMARA MUNICIPAL – ÓRGÃO EXECUTIVO | 5 |
| 2.1.3 | ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS: | 7 |
| 3 | RECURSOS HUMANOS | 8 |
| 3.1 | HABILITAÇÕES LITERÁRIAS: | 9 |
| 3.2 | ESTRUTURA ETÁRIA E POR SEXO | 10 |
| 3.3 | ABSENTISMO | 12 |
| 3.4 | FORMAÇÃO | 12 |
| 4 | ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2014 | 15 |
| 4.1 | ANÁLISE DOS OBJETIVOS DEFINIDOS PARA 2014 | 15 |
| 4.2 | ANÁLISE DE ALGUMAS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES | 18 |
| 4.2.1 | ATIVIDADES CULTURAIS, EDUCATIVAS, SOCIAIS E DESPORTIVAS | 18 |
| 4.3 | ANÁLISE FINANCEIRA DO EXERCÍCIO ECONÓMICO | 30 |
| 4.3.1 | ANÁLISE DAS RECEITAS | 30 |
| 4.3.2 | ANÁLISE DAS DESPESAS | 38 |
| 4.3.3 | RESUMO DA PREVISÃO E EXECUÇÃO | 56 |
| 5 | INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS | 64 |
| 5.1 | INDICADORES DE ANÁLISE DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL | 64 |
| 5.1.1 | RÁCIOS SOBRE O GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS | 64 |
| 5.1.2 | RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA | 65 |
| 5.1.3 | RÁCIOS SOBRE O GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO | 67 |
| 5.1.4 | RÁCIOS SOBRE O GRAU DE ENDIVIDAMENTO | 67 |
| 5.1.5 | RÁCIOS DE EFICÁCIA | 68 |
| 5.2 | ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO | 69 |
| 5.3 | ANÁLISE DA ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | 80 |
| 5.4 | NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | 83 |
| 6 | PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS | 91 |

1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de prevenir erros, fraudes e irregularidades e de conferir maior transparência às contas dos Municípios, os poderes públicos reforçaram o papel da auditoria, fazendo publicar a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que instituiu a obrigatoriedade de verificação, por um Auditor Externo, das contas anuais dos Municípios.

Até à entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (1 de janeiro de 2014), a auditoria aos Municípios era realizada pelo Tribunal de Contas, pela Inspeção-Geral das Finanças e pela Inspeção-Geral da Administração Local. A instituição de uma Auditoria Externa permanente nos Municípios, sendo uma auditoria realizada em tempo real, permite reportar situações não conformes e deste modo prevenir práticas indesejáveis na gestão autárquica e na apresentação das contas.

Por uma questão de contextualização, faz sentido revisitarmos o conceito de Autarquia Local, tendo presente, as suas atribuições e competências; Para o efeito, apresentamos um conceito definido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro:

“Importa, antes do mais, encontrar uma definição de autarquia e tentar, por esta via, determinar o âmbito territorial dos seus atos e regulamentos. Embora sejam doutrinariamente possíveis outras definições, vamos aceitar e partir da definição constitucional. Assim, a Constituição da República Portuguesa prescreve no seu artigo 235º que a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais e define-as como pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas. São quatro os elementos insertos neste conceito pelo que é conveniente que sejam analisados mais pormenorizadamente os elementos do conceito de autarquia. São os seguintes quatro elementos essenciais que o conceito de autarquia local comporta:

- 1- *Território*: O território é um elemento essencial e consta da própria definição constitucional de autarquia (« pessoas coletivas territoriais »). O território da autarquia permite determinar o conjunto da população que vai ser gerida pelos respetivos órgãos autárquicos, ou seja, a população cujos interesses vão ser prosseguidos por uma determinada autarquia. Também é o território que delimita o âmbito de atuação dos órgãos autárquicos, dado que só podem exercer as competências que lhes foram atribuídas pela lei dentro do território municipal.
- 2- *O agregado populacional*: A população é um elemento básico que subjaz neste conceito de autarquia visto ser, em última análise, a razão de ser da própria autarquia. A autarquia existe para prosseguir interesses que têm como destinatários a população aí residente. Sem as pessoas não havia necessidade de existirem autarquias.
- 3- *Os interesses comuns*: Os interesses comuns às populações residentes na área da autarquia são outro dos elementos, o que significa que as especificidades locais geram um tipo de interesses comuns às populações diverso dos interesses estaduais, o que origina a necessidade de serem administrados por órgãos diferentes dos estaduais. Nesta matéria nem sempre é fácil distinguir claramente os interesses locais dos interesses nacionais e, por outro lado, existem interesses que são simultaneamente locais e nacionais (vejam-se supra as observações sobre os interesses locais municipais). No entanto, para nós é inequívoco que existem interesses locais por natureza, embora também existam interesses nacionais em que definição e a realização das políticas públicas nacionais implicam a participação e a colaboração das autarquias locais.
- 4- *Órgãos representativos*: As autarquias locais têm órgãos representativos das respetivas populações e são eleitos por essas mesmas populações. A nossa lei optou - neste âmbito municipal e contrariamente à opção feita a nível da freguesia - pela eleição direta do órgão executivo, o que nos torna num sistema original, dado que a regra é precisamente a contrária (órgão executivo eleito indiretamente pela assembleia deliberativa). Regulamentos Municipais Importa, assim, reter que os órgãos autárquicos só põem exercer competências

dentro do seu território pelo que os atos e regulamentos aprovados pelos seus órgãos não podem senão abranger o seu próprio âmbito territorial. Sendo os planos municipais de ordenamento do território regulamentos administrativos (regulamentos administrativos são, como se sabe, as normas jurídicas emanadas no exercício do poder administrativo por um órgão da Administração ou por outra entidade pública ou privada para tal habilitada por lei), propostos pela respetiva câmara municipal e aprovados pelas assembleias municipais e ratificados, em alguns casos pelo Governo, não poderão ter outro âmbito de aplicação que o do seu próprio território municipal.”

A gestão de fundos públicos requer a utilização de instrumentos de controlo, que, em nome da transparência e do rigor, permitem, em cada momento, avaliar não só a responsabilidade orçamental, ou seja, como foram aplicados os fundos, se foram respeitadas as dotações e programas aprovados, mas também avaliar a qualidade da Gestão Autárquica em termos de aproximação dos objetivos de utilização das alternativas de melhor qualidade e menor custo e de maior impacto social.

Um dos instrumentos essenciais, de controlo de gestão é o sistema de contabilidade, pois este deve proporcionar informação de qualidade sobre o desempenho da gestão autárquica e sobre a boa gestão dos fundos públicos. O regime relativo à contabilidade das Autarquias Locais visa a uniformização, normalização e simplificação da gestão económico - financeira, permitindo o conhecimento completo do valor contabilístico do respetivo património, bem como a apreciação e julgamento do resultado anual da atividade autárquica.

Como entidades públicas, as Autarquias Locais fornecem serviços a todos os Municípios. A sua atividade é pautada pela preocupação de assegurar, não o melhor desempenho em termos de lucro, mas a melhor prestação possível em quantidade e qualidade de serviços com os recursos disponíveis. Por isso, a grande diversidade qualitativa dos seus objetivos não pode ser medida pelo volume das receitas, pois o lucro não representa uma medida de desempenho.

O presente relatório, foi elaborado em conformidade com o do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL) e as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99 de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002 de 5 de abril, e ainda pelas Leis n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, n.º 98/97 (Lei de Organização e do Processo do Tribunal de Contas), de 26 de agosto e as suas alterações, n.º 73/2013 de 3 de setembro e as alterações introduzidas pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, que, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e compreende a análise nas vertentes orçamental e patrimonial das contas do Município da Murtosa relativas ao ano 2014 e a sua evolução ao longo dos últimos quatro anos.

Este relatório proporcionará uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à prossecução das atividades desenvolvidas pela Autarquia e a eficácia na realização dos objetivos.

Os graus de Execução Orçamental, considerando o saldo da gerência anterior, situaram-se nos 79,27% para as Receitas, 65,74% para as Despesas, 60,01% para as Grandes Opções do Plano, 55,15% para o Plano Plurianual Investimentos e 72,87% para as Atividades Mais Relevantes. Os Resultados Líquidos do exercício económico de 2014 cifraram-se nos 1.550.046,68€.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as alterações da Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.º 20/2012, de 14 de maio, Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, ressalva-se que o princípio fundamental subjacente à LCPA, é o constante do artigo 7.º da lei, que define: **“A execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso”**. Esta disposição legal foi integralmente respeitada pelo Município no exercício em apreciação.

Refere-se ainda que, nos termos da LCPA, só podem ser assumidos compromissos (pelos dirigentes, gestores ou responsáveis pela contabilidade) **até ao montante dos fundos disponíveis**, e verificadas as condições seguintes, sob pena da respetiva nulidade, e sem prejuízo das responsabilidades aplicáveis:

- a) **Conformidade legal e regularidade financeira da despesa;**
- b) **Emissão de um número sequencial e válido de compromisso**, refletido na ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente;
- c) **Registo do compromisso no sistema informático de apoio à execução orçamental** (do qual devem também constar, para além dos compromissos, os fundos disponíveis, as contas a pagar e os pagamentos em atraso, especificados pela respetiva data de vencimento, (art.º 5.º da LCPA, com as devidas alterações e art.º 7.º do DL 127/2012, com as devidas alterações). Assim, e tendo por base a definição de **Fundos disponíveis** (al. f) do art.º 3.º da LCPA e art.º 5.º do DL 127/2012, alterado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro):

“1 - Consideram-se fundos disponíveis as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável e desde que não tenham sido comprometidas ou gastas:

- a) A dotação corrigida líquida de cativos, relativa aos três meses seguintes;
- b) As transferências ou subsídios com origem no Orçamento do Estado, relativos aos três meses seguintes;
- c) A receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento;
- d) A previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes;
- e) O produto de empréstimos contraídos nos termos da lei;
- f) As transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e de outros programas estruturais, cujas faturas se encontrem liquidadas e devidamente certificadas ou validadas;
- g) Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º da LCPA.

2 - As transferências referidas na alínea f) do número anterior correspondem a pedidos de pagamentos que tenham sido submetidos nas plataformas eletrónicas dos respetivos programas, desde que a entidade beneficiária não tenha tido, nos últimos seis meses, uma taxa de correção dos pedidos de pagamento submetidos igual ou superior a 10 %.

3 - Integram ainda os fundos disponíveis:

- a) Os saldos transitados do ano anterior cuja utilização tenha sido autorizada nos termos da legislação em vigor;
- b) Os recebimentos em atraso existentes entre as entidades referidas no artigo 2.º da LCPA, desde que integrados em plano de liquidação de pagamentos em atraso da entidade devedora no respetivo mês de pagamento.

4 - Para os fundos disponíveis previstos nas alíneas a), b) e d) do n.º 1 não releva o ano económico.”

Menciona-se que, o Município da Murtosa, apenas assumiu compromissos até ao montante de fundos disponíveis, nos termos do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as alterações da Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro respeitando assim, a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.º 20/2012, de 14 de maio, Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

2 ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL:

2.1 Estrutura Política

2.1.1 Assembleia Municipal – Órgão Deliberativo

No **período de 01 de janeiro a 31 de dezembro**, de acordo com o estipulado na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e alterada Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Assembleia Municipal da Murtosa, órgão deliberativo do Município, foi constituída por 25 membros, dos quais 21 foram eleitos diretamente, e os restantes 4 foram Presidentes de Junta de Freguesia, que por inerência também a integravam. Neste período, a Assembleia Municipal realizou cinco sessões ordinárias, realizadas em 28 de fevereiro, 30 de abril, 30 de junho, 29 de setembro (1.ª reunião da sessão de setembro) e 10 de outubro (2.ª reunião da sessão de setembro) e 27 de novembro (1.ª reunião da sessão de novembro) e 02 de dezembro (2.ª reunião da sessão de novembro).

2.1.2 Câmara Municipal – Órgão Executivo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e alterada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para além do Presidente, a Câmara Municipal da Murtosa, órgão executivo do Município, na **gestão compreendida entre 1 de janeiro e 31 de dezembro**, foi constituída por 6 vereadores, estando os pelouros distribuídos da seguinte forma:

Presidente da Câmara - Joaquim Manuel dos Santos Baptista

- Administração e Finanças;
- Planeamento Urbanístico;
- Recursos Humanos;
- Património;
- Obras Municipais;
- Educação;
- Desporto e tempos livres;
- Coletividades.

Vice-Presidente da Câmara - Januário Vieira da Cunha

- Juventude;
- Modernização Administrativa, Gestão da qualidade;
- Turismo;
- Gestão da Informação e Comunicação;
- Ação Social;
- Habitação Social;
- Comércio e Abastecimentos;
- Licenciamento de Atividades Diversas;
- Trânsito;

- Gestão Cemiterial;
- Cultura;

Vereador - Daniel Henriques de Bastos

- Reabilitação Urbana, Toponímia, Urbanismo e Edificação;
- Segurança e Proteção Civil;
- Gestão e Manutenção da Frota;
- Aprovisionamento, Armazéns e Gestão de Equipamentos;
- Higiene Urbana e Resíduos Sólidos;
- Ambiente e Qualidade, Espaços Verdes e Espaços Públicos;
- Saúde.

Vereadora sem pelouro – Arminda Maria Tavares Fernandes;

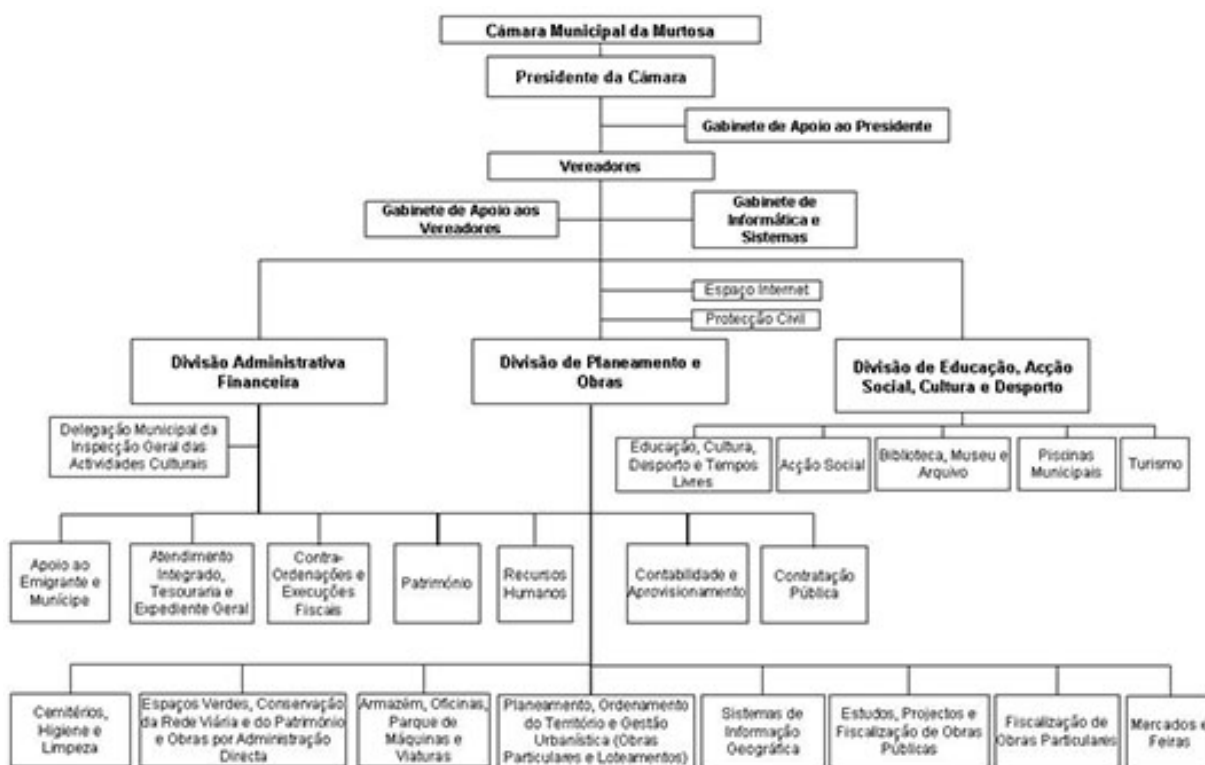
Vereador sem pelouro – Francisco Augusto Valente Pereira;

Vereadora sem pelouro – Maria Emília Morais Carrabau;

Vereador sem pelouro – António Jorge Feio Bacelar Vilar;

Durante este período (01 de janeiro a 31 de dezembro), a Câmara Municipal efetuou 24 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária.

2.1.3 Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais:



3 RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos são vetores essenciais na prossecução das políticas superiormente definidas e na dinâmica de desenvolvimento da Autarquia, ocupando um papel decisivo no êxito dos objetivos do Município. Em 31 de dezembro de 2014, estavam ao serviço da Autarquia 74 efetivos (73 trabalhadores por tempo indeterminado e 1 Adjunto da Presidência). (Anexo II – Quadro 37). De acordo com o Organograma da Autarquia, podemos referir o seguinte:

- Os **Órgãos da Autarquia** têm associados 4 trabalhadores, sendo 1 Técnico Superior (Gabinete de Apoio à Vereação), 1 Técnico de Informática, 1 Assistente Técnico e 1 Técnico Superior (Gabinete de Apoio Presidência).

- A **Divisão Administrativa e Financeira**, é composta por 15 trabalhadores, distribuídos pelos seguintes grupos de pessoal: 1 Dirigente Intermédio, 4 Técnicos Superiores, 8 Assistentes Técnicos, 1 Fiscal Municipal e 1 Assistente Operacional.

- A **Divisão de Planeamento e Obras**, é composta por 39 trabalhadores, distribuídos pelos seguintes grupos de pessoal: 4 Técnicos Superiores, 3 Assistentes Técnicos, 32 Assistentes Operacionais.

- A **Divisão de Educação, Ação Social, Cultura e Desporto**, é composta por 16 trabalhadores, distribuídos pelos seguintes grupos de pessoal: 3 Técnicos Superiores, 3 Assistentes Técnicos e 10 Assistentes Operacionais.

Não estão aqui considerados os Eleitos Locais a tempo inteiro (3) e o pessoal contratado em regime de prestação de serviços (avença) da Piscina Municipal.

O mapa que se segue mostra a distribuição dos grupos profissionais de acordo com a relação contratual dos trabalhadores.

| Grupo Profissional | Trabalhadores Função Pública - Tempo Indeterminado | Trabalhadores Função Pública - Termo Resolutivo Certo | Prestação de Serviços | Outros |
|-------------------------------|--|---|-----------------------|----------|
| Dirigentes - Intermédio | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Técnico Superior | 11 | 0 | 2 | 0 |
| Assistente Técnico | 14 | 0 | 0 | 0 |
| Fiscal Municipal | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Assistente Operacional | 43 | 0 | 0 | 0 |
| Informática | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Gabinete de Apoio Presidência | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Gabinete de Apoio à Vereação | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 73 | 0 | 2 | 1 |

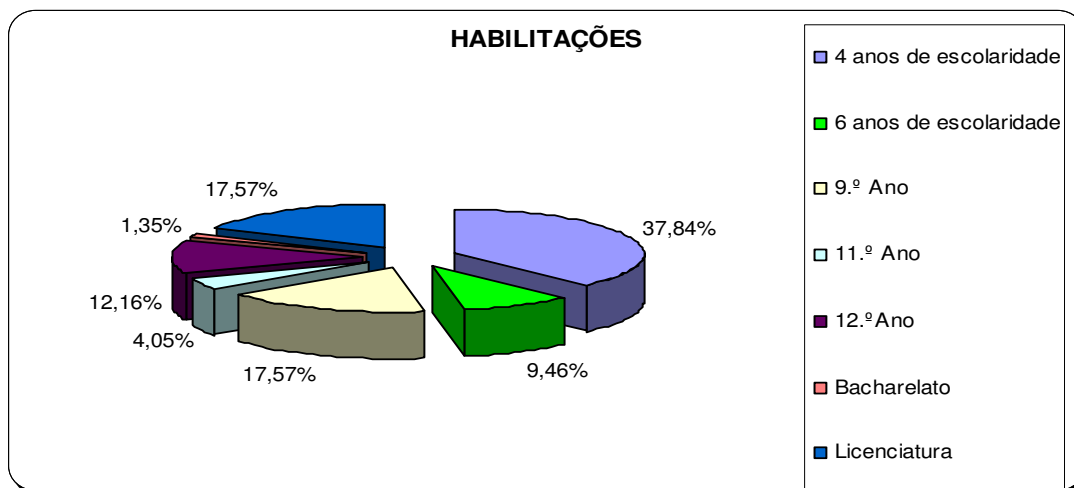
A evolução quantitativa do número de trabalhadores da Autarquia, ao longo destes 4 anos, é negativa, pois tem vindo a decrescer, tal como se pode verificar no quadro seguinte. A causa deste decréscimo no ano de 2014, foi a aposentação de 3 trabalhadores. No quadro que se segue podemos analisar a distribuição dos trabalhadores:

| Efetivos | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Trabalhadores por Tempo Indeterminado | 84 | 79 | 76 | 73 |
| Eleitos Locais | 2 * | 2 | 3 | 3 |
| Trabalhadores por Termo Resolutivo Certo | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Prestação de Serviços | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Adjunto da Presidência | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Total | 86 | 83 | 82 | 79 |

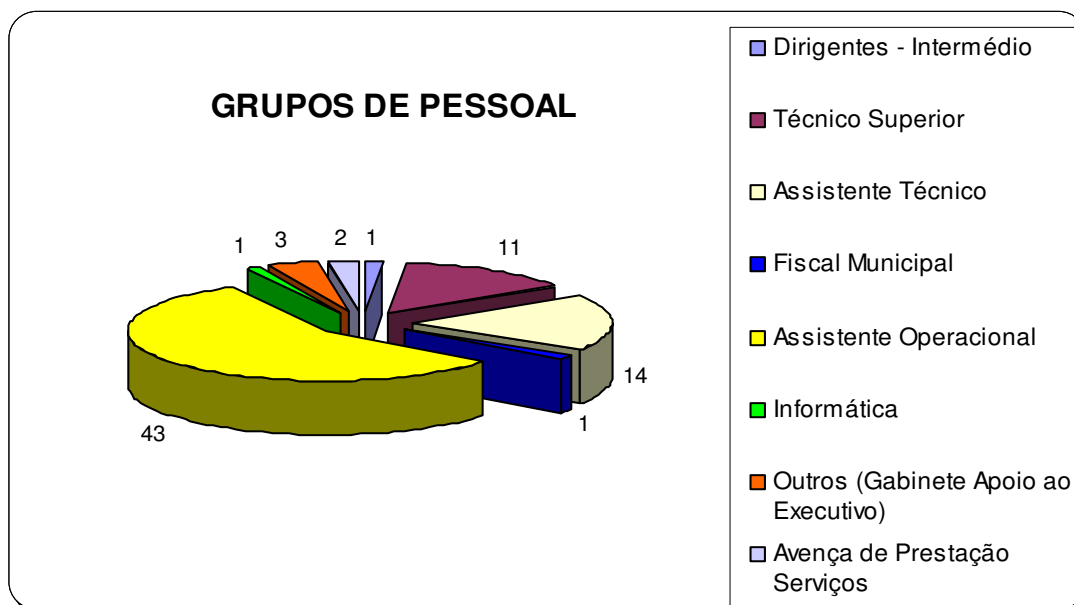
* Renúncia ao mandato do Dr. Santos Sousa a 30 de dezembro de 2011.

3.1 HABILITAÇÕES LITERÁRIAS:

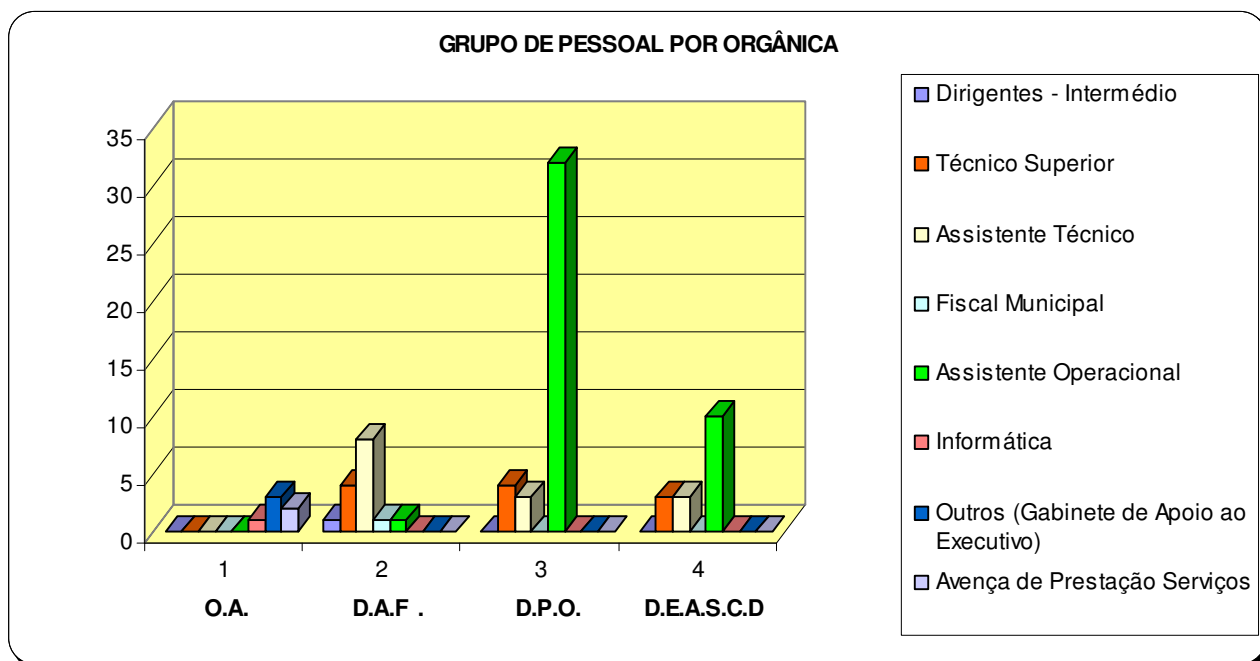
Em termos de Habilitações Literárias, os efetivos estão repartidos de acordo com o gráfico seguinte. Salienta-se que 37,84% dos trabalhadores têm 4 anos de escolaridade.



O gráfico seguinte mostra a divisão dos trabalhadores por grupo profissional. Destaca-se o conjunto de assistentes operacionais que representam o maior grupo de pessoal na Autarquia e o baixo nível de tecnicidade do pessoal, resultante do elevado número de assistentes operacionais e assistentes técnicos.



Os requisitos legais, em termos de habilitações académicas, para a ocupação de categorias e carreiras integradas em cada um dos grupos profissionais, identificados nos gráficos que se segue, refletem-se na estrutura habilitacional.



Em termos de vínculo com a Autarquia, os trabalhadores estão assim repartidos:

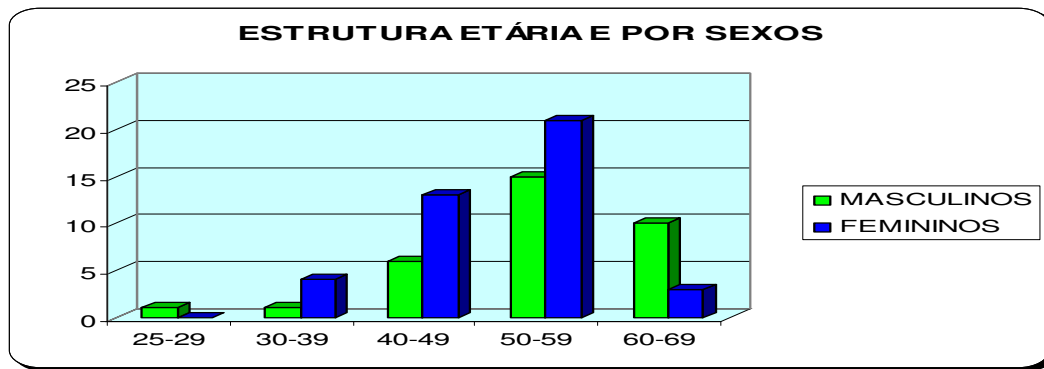
| Vínculo | Quantidade | Percentagem |
|---|------------|-------------|
| Comissão de Serviços | 4 | 5,06 |
| Trab. Regime Contrato Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado | 70 | 88,61 |
| Trab. Regime Contrato Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo | 0 | 0,00 |
| Eleito Local | 3 | 3,80 |
| Avença de Prestação Serviços | 2 | 2,53 |
| Total | 79 | 100,00 |

3.2 ESTRUTURA ETÁRIA E POR SEXO

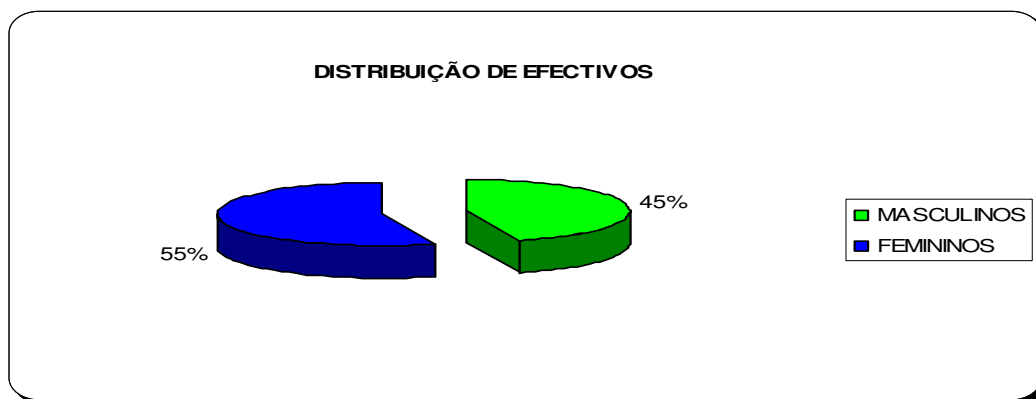
Em termos de estrutura etária, os efetivos estão assim distribuídos:

| | 25-29 | | 30-39 | | 40-49 | | 50-59 | | 60-69 | | TOTAL |
|-------------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|----------|--------|
| | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino | |
| Quantidade | 1 | 0 | 1 | 4 | 6 | 13 | 15 | 21 | 10 | 3 | 74 |
| Percentagem | 1,35 | 0,00 | 1,35 | 5,41 | 8,11 | 17,57 | 20,27 | 28,38 | 13,51 | 4,05 | 100,00 |

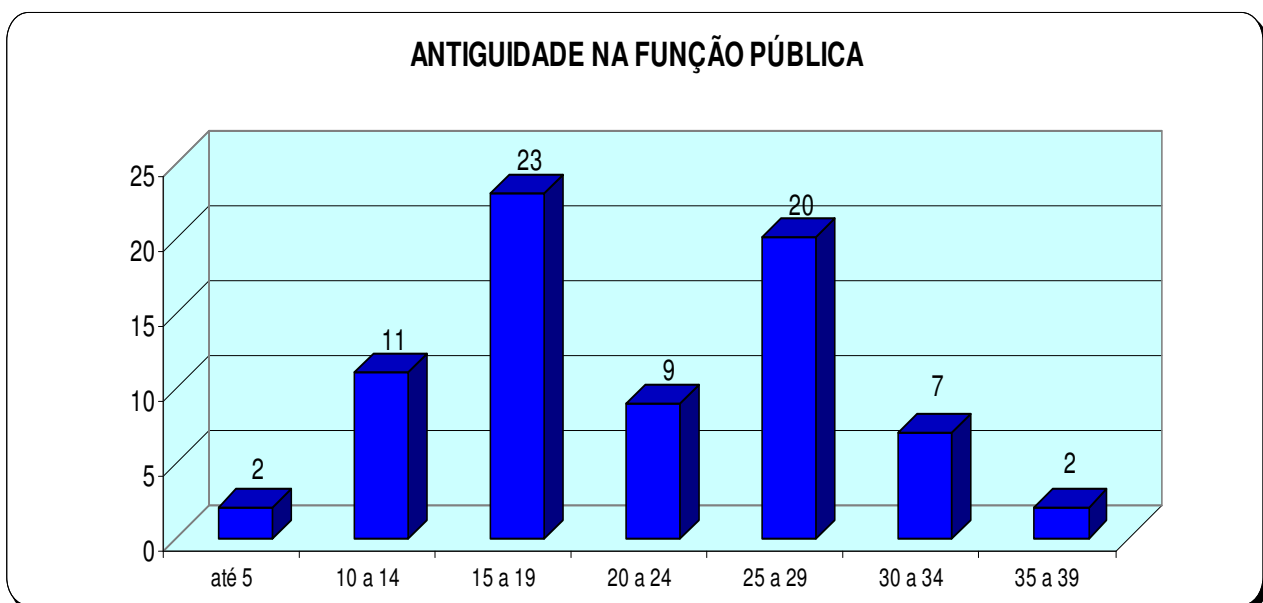
Salienta-se que, o maior número de trabalhadores tem uma faixa etária compreendida entre os 50 – 59 e os 40-49 anos, sendo o menor número na faixa etária dos 25-39 anos.



Pela análise dos efetivos, verificamos que 45% são do sexo masculino e 55% do sexo feminino.



Em termos de antiguidade os trabalhadores com mais representatividade encontram-se na faixa etária dos 15 aos 19 anos de serviço, correspondendo a 31,08%, seguido da faixa etária dos 25 aos 29 anos, a que corresponde a 27,03%.

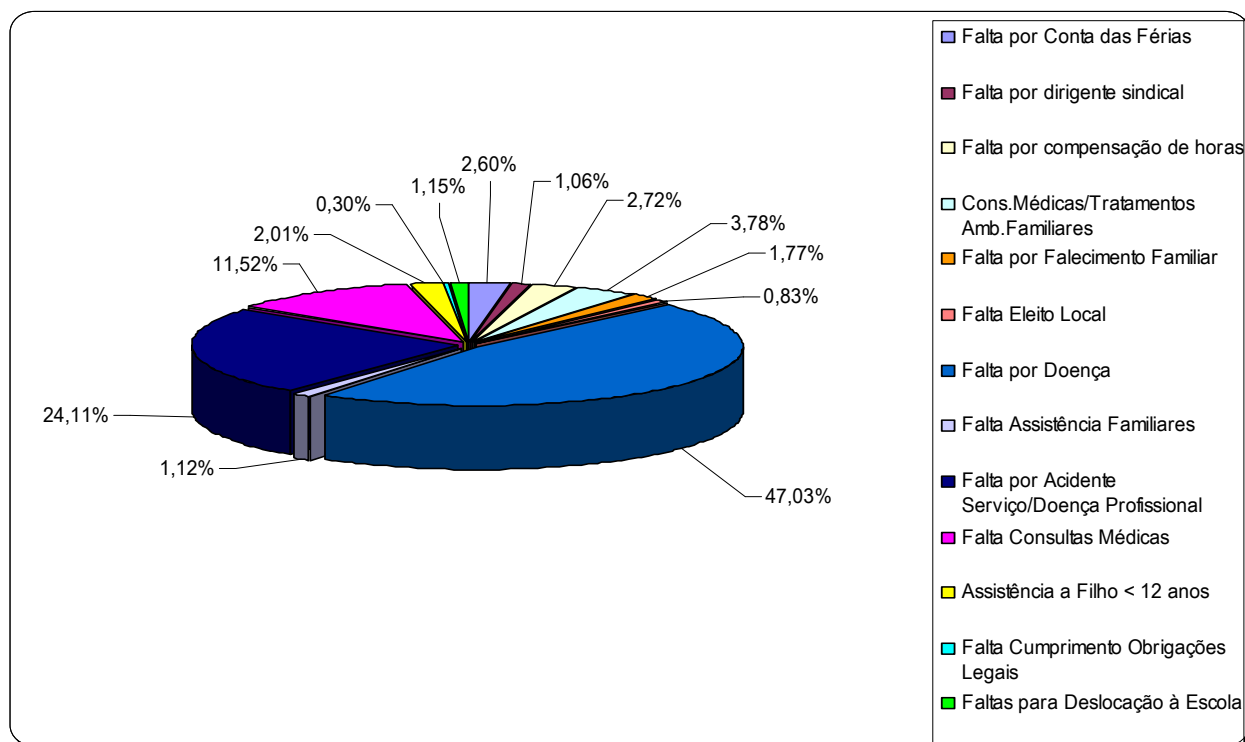


3.3 ABSENTISMO

- Absentismo

A Taxa de absentismo é a relação entre os dias de ausência e o total de dias trabalháveis, enquadrando-se em motivos de ausência, aqueles que constam no gráfico seguinte. No ano de 2014, este indicador situou-se nos 9,11%.

Salienta-se que os principais motivos para o absentismo são as faltas por doença que correspondeu a 47,03% do total das faltas verificadas e as faltas por acidente em serviço/doença profissional que correspondeu a 24,11%.



3.4 FORMAÇÃO

Durante o ano de 2014, realizaram-se algumas ações de formação para valorização profissional dos trabalhadores da Autarquia, melhoria do desempenho e enriquecimento dos seus conhecimentos, bem como para o executivo em geral, que esteve empenhado na sua formação.

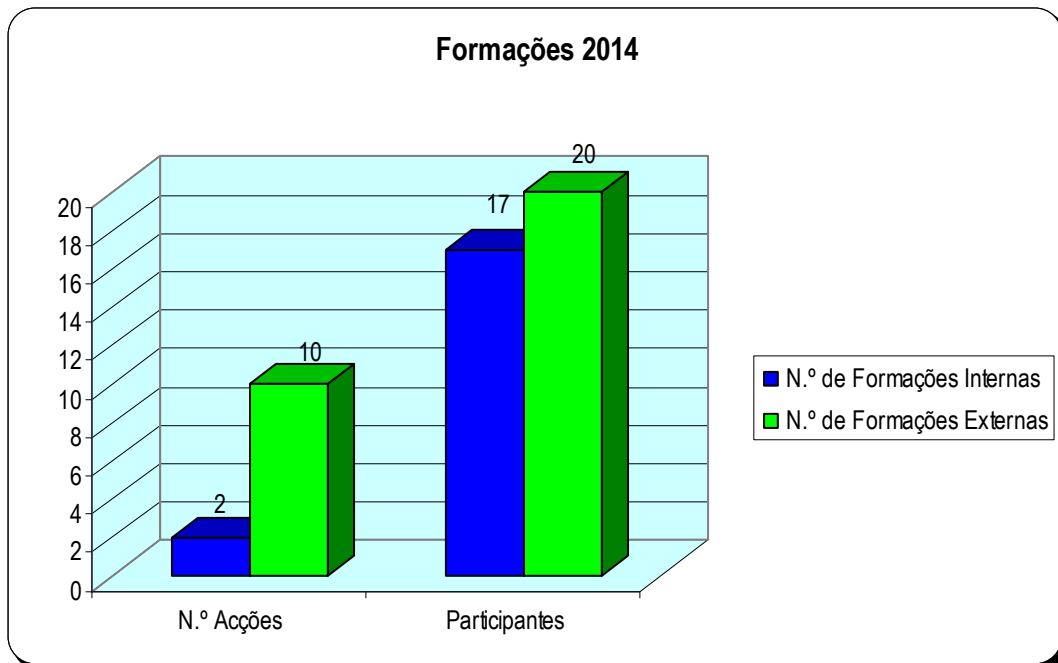
No âmbito do Plano de Formação POPH 2014:

- O *Município da Murtosa*, celebrou um contrato para aquisição de serviços de “Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local” à Fundação para os Estudos e Formação Autárquica – Fundação CEFA, no âmbito da implementação de competências profissionais em domínios estratégicos para a modernização da administração local.

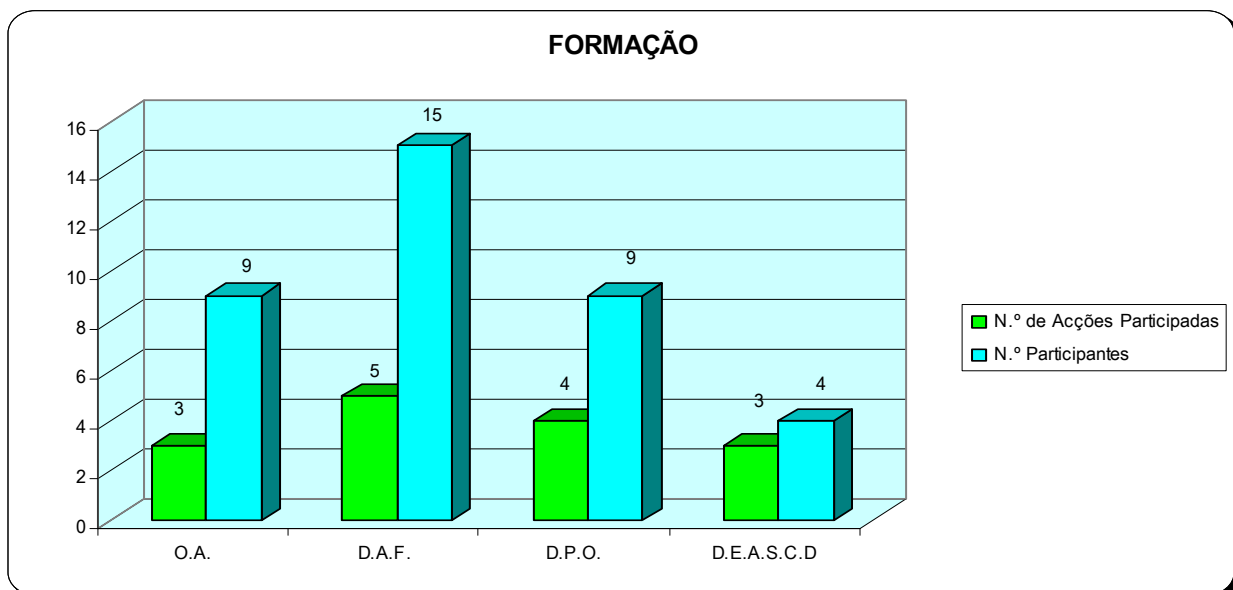
- A *CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro*, realizou formação nas seguintes áreas: - “Licenciamento Zero – As Implicações na Organização dos Serviços Municipais e nas Taxas”; - “Contabilidade Autárquica”; - “Sinalização Temporária de Obras e Obstáculos na Via Pública”; - “Manuseamento de Produtos Fitofarmacêuticos”; - “Tratamento Documental: Indexação e Classificação”; - “Estratégias de Animação do Livro e Promoção da Leitura”; - “Serviço de Referência em Unidade de Informação”;

No âmbito da “Locação de Bens SIG”, de forma a apoiar, esclarecer dúvidas técnicas e auxiliar no desenho de arquiteturas de sistemas foram também promovidas algumas ações de formação.

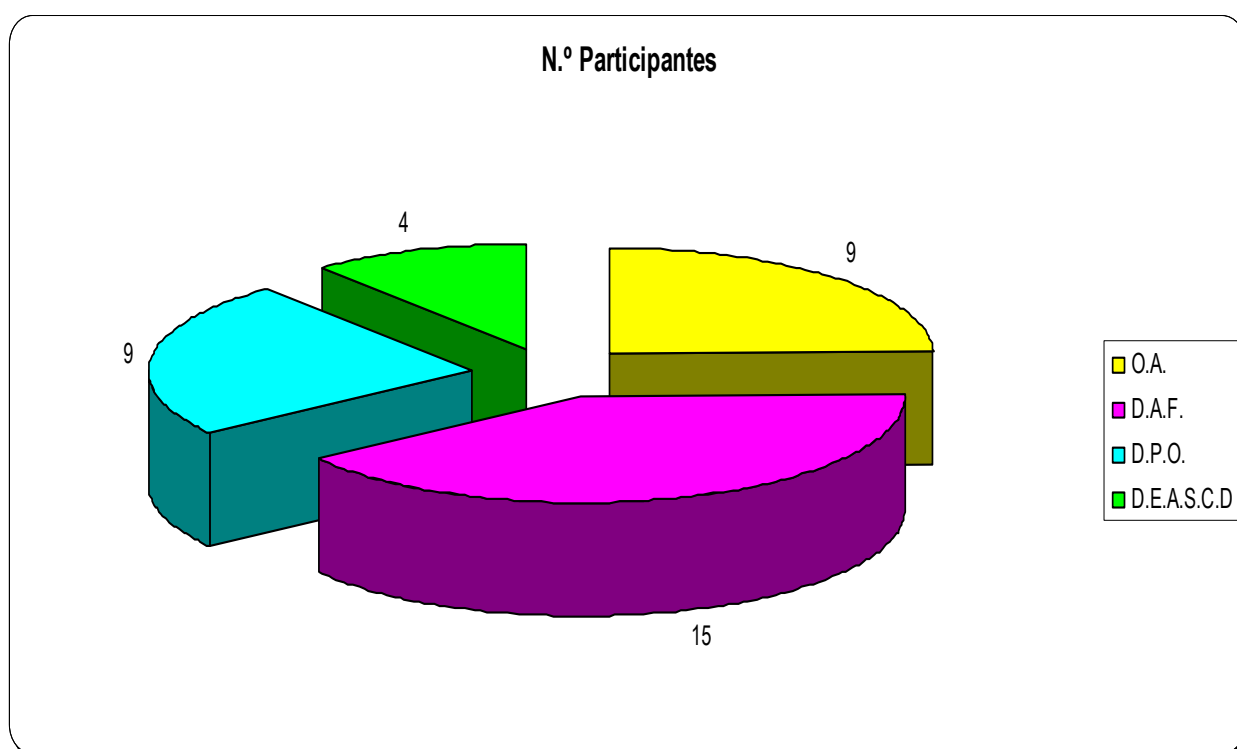
Refere-se que as formações realizadas em 2014, foram internas e externas. No gráfico que se segue podemos analisar a distribuição das ações de formação:



Nos gráficos apresentados, podemos analisar o número de ações realizadas e o número de participantes distribuídos pelas diversas orgânicas da Autarquia.



Em termos globais, o número de participações em ações de formação foram 37, estando repartidos da seguinte forma:



4 ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2014

4.1 ANÁLISE DOS OBJETIVOS DEFINIDOS PARA 2014

Rede Viária (Transportes Rodoviários)

No âmbito do projeto “Requalificação de Arruamentos”, foram concluídas as seguintes empreitadas:

- *Freguesia do Bunheiro*: - “Pavimentação de Arruamentos da Murtosa 2012 - Bunheiro – Trabalhos complementares”, adjudicada à firma Construções Carlos Pinho (no valor de 7.212,39€); “Requalificação de Arruamentos 2014”, adjudicada à firma Henriques Fernandes e Neto, S.A. (no valor de 104.577,00€) e Requalificação de Arruamentos na Ribeira do Gago e Mancão, adjudicada à firma M. Couto Alves (no valor de 15.906,47€);

- *Freguesia do Monte*: “Requalificação de Arruamentos 2014”, adjudicada à firma Henriques Fernandes e Neto, S.A. (no valor de 58.732,02€);

- *Freguesia da Murtosa*: “Requalificação de Arruamentos 2014”, adjudicada à firma Henriques Fernandes e Neto, S.A. (no valor de 66.236,24€);

- *Freguesia da Torreira*: “Requalificação de Arruamentos – Pinturas – Freguesia da Torreira”, adjudicada à firma NorteMarca - Marcações de Estradas e Parques, Lda (no valor de 5.024,77€);

E adjudicadas as seguintes empreitadas:

- *Freguesia do Bunheiro*: “Requalificação de Arruamentos 2014 – Rua Arcebispo Cangranor”, adjudicada à firma Pedreira de Pizões (no valor de 21.760,48€); “Reabilitação da Av. S. Mateus”, adjudicado à firma Paviazeméis - Pavimentações de Azeméis, Lda (no valor de 242.414,43€);

- *Freguesia do Monte*: “Requalificação de Arruamentos 2014”, adjudicada à firma Manuel Francisco de Almeida (no valor de 8.770,55€);

- *Freguesia da Murtosa*: “Requalificação de Arruamentos 2014”, adjudicada à firma Manuel Francisco de Almeida (no valor de 4.600,76€);

- *Freguesia da Torreira*: “Requalificação do Espaço Público – Av.ª Dr. João Carlos Vaz da Cunha”, adjudicada à firma Soc. Const. C.e Obras P. – A. R. Parente S.A (no valor de 495.917,65€);

Pagou-se a revisão de preços relativa à empreitada “Pavimentação de Passeios e Construção de Ciclovias – Torreira”, adjudicado à firma Soc. Const. C.e Obras P. –A. R. Parente S.A (no valor de 9.717,63€);

Foram sendo realizadas reparações e beneficiações de caminhos e estradas municipais no concelho (administração direta - 11.575,76€), visando a manutenção das condições de circulação das vias Municipais.

Para esta rubrica, estava previsto um investimento de 1.442.640,00€. Foram comprometidos 945.968,37€, realizou-se 746.604,78€, e pagou-se 745.867,39€ o que corresponde a 78,85% do valor comprometido.

Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza

A Mobilidade Sustentável, o Meio Ambiente e a Conservação da Natureza, potenciadoras da Qualidade de Vida e do Turismo da Natureza são preocupações estratégicas da Câmara Municipal da Murtosa.

Este desideratum, tem sido prosseguido com tenacidade, paciência e criatividade.

Os projetos “Murtosa Ciclável” e “NaturRia” continuam a ser referência, a nível Nacional e Internacional, e exemplos a replicar em outros Territórios.

A afirmação da Murtosa neste domínio é um dado adquirido.

Aqui, previa-se um investimento de 1.077.792,00€. Foram comprometidos 545.315,84€, realizados 510.899,73€ e pago 510.899,73€ o que corresponde a 93,69% do valor comprometido.

Educação (Ensino não superior e serviços auxiliares de ensino)

Em 2014, concluiu-se a obra “Construção de Coberto na EBI da Torreira”, adjudicada à firma Principal Prioridade, Lda, (no valor de 63.227,52€).

Os transportes escolares, as transferências para o Agrupamento de Escolas no âmbito das refeições escolares, a componente de apoio à Família, a aquisição de material didático, o apoio logístico às mais diversas ações e a manutenção das boas condições físicas das Escolas são preocupações sempre presentes.

Nesta rubrica estava previsto gastar-se 234.360,00€, foram comprometidos 210.074,09€, realizou-se 189.754,09€ e pagou-se 189.648,27€ o que corresponde a 90,28% do investimento comprometido.

Desporto

Afirmávamos que, paulatinamente, a Murtosa vai construindo e criando condições que facilitam, cada vez mais, a prática desportiva.

O apoio à atividade desportiva continuou a processar-se.

Nesta área, estava previsto um investimento de 344.045,00€, foram comprometidos 213.927,44€, realizou-se 202.942,54€ e pagou-se 199.120,98€ que corresponde a 93,08% do valor comprometido.

Habitação Social e Ação Social

O Município continua a desenvolver infraestruturas que potenciam a materialização das políticas sociais na área da habitação.

Salienta-se que, o Município no âmbito da Ação Social atribui Bolsas de Estudo aos alunos do Ensino Superior, subsidia a aquisição de livros aos alunos carenciados do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Apoia o Arrendamento às famílias carenciadas.

Para esta rubrica estavam previstos 579.225,00€, foram comprometidos 524.576,87€, realizou-se 500.299,86€ e pagou-se 496.752,20€ que corresponde a 94,70% do valor comprometido.

Ordenamento do Território

O Planeamento e Ordenamento do Território continuam a ser preocupação do Executivo Camarário.

A Revisão do Plano Diretor Municipal continua em marcha. A elaboração do Plano de Urbanização da 3.ª Fase da Zona Industrial prossegue a sua cruzada contra as servidões administrativas que impendem sobre o território abrangido.

Outros planos e estudos vão seguindo a sua trajetória, procurando-se sempre um Território mais ordenado e amigo das pessoas.

Para esta rubrica estavam previstos 112.525,00€, foram comprometidos 70.672,21€, realizou-se 55.665,96€ e pagou-se 55.665,96€ que corresponde a 78,77% do valor comprometido.

Modernização Administrativa

A fim de colmatar as dificuldades originadas pela mudança, e tendo como objetivo principal a simplificação de procedimentos e maior eficiência e celeridade nas respostas às solicitações dos Municípios, foi adjudicada a Assessoria para a conceção e Implementação dos Modelos de Interação multicanal com o munícipe/cidadão, gestão documental e arquivo físico e digital.

Indústria e Energia

A implementação da 3ª. Fase da Zona Industrial da Murtosa continua a ser um objetivo a concretizar.

Continuamos a adquirir terrenos para a sua implantação.

Para esta rubrica estavam previstos 194.400,00€, foram comprometidos 144.113,15€, realizou-se 141.885,65€ e pagou-se 141.885,65€ que corresponde a 98,45% do investimento comprometido.

Serviços Culturais/Recreativos

Anualmente, a Autarquia, as Coletividades e as Instituições Concelhias têm vindo a promover e a realizar atividades e ações, que já fazem parte do calendário cultural e recreativo da Murtosa.

Com pouco tem-se feito muito. Aqui, expressa-se uma palavra de reconhecimento e incentivo para tudo aquilo que, neste particular, vem sendo feito por dirigentes, associados e pela população em geral.

Nestes itens, estavam previstos 447.175,00€, foram comprometidos 331.867,46€, realizou-se 330.038,01€ e pagou-se 329.738,01€ que corresponde a 99,36% do investimento comprometido.

Resíduos Sólidos Urbanos

A preocupação da Autarquia no que respeita à salubridade urbana tem vindo a tornar-se cada vez mais exigente.

A nova viatura de recolha de lixo equipada com um sistema de lavagem de contentores, adquirida em 2011, permite dar resposta aos novos desafios, nomeadamente no que respeita à higienização dos contentores de recolha do lixo doméstico.

Paralelamente, foram promovidas ações de educação e sensibilização ambientais.

Nesta rubrica estavam previstos 216.100,00€, foram comprometidos 178.722,01€, realizou-se 165.859,50€ e pagou-se 156.094,60€ que corresponde a 87,34% do investimento comprometido.

A par de todas as ações/atividades supra descritas, foram feitos/desenvolvidos trabalhos pelos trabalhadores da Câmara Municipal que, dia a dia, foram dando resposta às mais diversas necessidades e solicitações que, por serem de menor dimensão, não deixaram de ser importantes e, por vezes, imprescindíveis para a manutenção e aumento da qualidade de vida dos Murtoseiros.

Por outro lado, a participação e o envolvimento de funcionários e autarcas em reuniões e fóruns contribuiu para uma melhor definição das políticas públicas em implementação.

Com dedicação e trabalho, funcionários, dirigentes e autarcas deram muito de si para a concretização das ações sumariamente descritas.

Em balanço, podemos afirmar, com satisfação, que 2014 foi mais um ano de trabalho profícuo rumo ao desenvolvimento que a Murtosa ambiciona e merece.

4.2 Análise de Algumas Atividades Mais Relevantes

4.2.1 Atividades Culturais, Educativas, Sociais e Desportivas

CICLO “JESUS CRISTO”

O médico e rotário Dr. Diamantino Matos, apresentou um ciclo de palestras sobre o impacto da figura de Jesus Cristo na arte com particular enfoque na pintura. Depois de 4 sessões em 2013, o salão nobre dos Paços do Município acolheu as apresentações – A Via Sacra” “Jesus Cristo V – Paixão” e “Jesus Cristo VI – Pietá”, a 10 de janeiro, a 7 de março e 4 de abril, respetivamente.

A iniciativa promovida pelo referido médico foi “apadrinhada” pelo Rotary Clube da Murtosa e pela Câmara Municipal da Murtosa.

GALA LÍRICA DE ANO NOVO

No dia 11 de janeiro, a sala de espetáculos da Junta de Freguesia da Murtosa recebeu a “Gala Lírica de Ano Novo”, organizada pela Câmara Municipal, que contou com a atuação da Soprano Mónica Lacerda Pais e dos Coros Diadáxis e Vivace Musica, e que trouxe à nossa terra, de modo informal e até divertido, a beleza do canto lírico.

PRÉMIOS DOS JOGOS FLORAIS E DO CONCURSO DE FOTOGRAFIA

A 18 de janeiro teve lugar, no salão nobre dos Paços do Município, a cerimónia de entrega dos prémios dos Jogos Florais, subordinados ao tema “Murtosa, terra da bicicleta” e do Concurso de Fotografia, que decorreu sob o tema “Murtosa: Património Natural”. Para além da entrega dos galardões aos autores premiados, o evento contou com a atuação da “Orquestra do Chefe”, um grupo de jovens músicos que apresentou um repertório de standards jazz.

SESSÃO DE ESCLARECIMENTO SOBRE EMPREENDEDORISMO

A 23 de janeiro a Câmara Municipal da Murtosa em parceria com a Universidade de Aveiro, realizou uma Sessão de Esclarecimento sobre a I Edição do Laboratório de Empreendedorismo – LabE Aveiro Region.

INICIATIVA “PAI, VOU AO ESPAÇO E JÁ VOLTO!”

A 25 de janeiro, no “Arquivo Municipal”, no âmbito do projeto “Ciência em Movimento”, promovida pela Câmara Municipal e pela Fábrica da Ciência Viva, mais de 150 crianças do 1º. Ciclo das Escolas do Concelho, participaram na atividade “Pai, vou ao espaço e já volto!”, que abordou, de forma lúdica e divertida, a temática do espaço.

PISCINAS MUNICIPAIS –ESTÁGIO DA SELEÇÃO NACIONAL JÚNIOR DE NATAÇÃO SINCRONIZADA

De 21 a 23 de fevereiro, a Piscina Municipal da Murtosa recebeu um estágio da seleção nacional júnior de natação sincronizada, organizado pela Federação Portuguesa de Natação e pela Associação de Natação de Aveiro, com o apoio da Câmara Municipal da Murtosa.

EXPOSIÇÃO DE PINTURA E FOTOGRAFIA NO CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA RIBEIRA DE PARDELHAS

Durante o mês de fevereiro, o Centro de Educação Ambiental da Ribeira de Pardelhas, na Murtosa, teve patente uma exposição dos trabalhos de pintura e fotografia, que foram apresentados aos concursos de Fotografia e Pintura dos Jogos Florais da Murtosa 2013.

SEMANA DA LAMPREIA

Integrada na Rota Gastronómica da Lampreia e do Sável da região Centro 2014, a Murtosa recebeu, de 15 a 23 de março, a Semana da Lampreia. O evento, dedicado a esta iguaria, teve início nos dias 15 e 16 de março, com o Festival da Lampreia da Ria, organizado pela Confraria Gastronómica “O Moliceiro” e pela Câmara Municipal da Murtosa, e continuou até dia 23, nos restaurantes aderentes à iniciativa.

CARNAVAL INFANTIL

No dia 8 de março, perante uma assistência de milhares de pessoas, saiu à rua mais uma edição do Carnaval Infantil da Murtosa, organizado pela Câmara Municipal da Murtosa e pelo Agrupamento de Escolas da Murtosa, que encheu de cor e animação o centro da Vila e que comemorou este ano o seu 25º aniversário.

No ano de 2014, o curso, que primou, uma vez mais, pela grande criatividade e animação, contou com mais de 1700 figurantes, distribuídos por 7 estabelecimentos de ensino público, 3 de ensino privado e 14 grupos organizados de adultos.

CICLO DE EXPOSIÇÕES TEMÁTICAS NO MUSEU ETNOGRÁFICO

No âmbito do ciclo de mostras de artesãos Murtoseiros, o Museu Etnográfico recebeu as seguintes exposições:

- de 4 a 31 de janeiro, miniaturas de embarcações tradicionais, de **Armando Godinho**;
- de 8 a 31 de de março, quadros em ponto cruz da artesã **Rosa Rodrigues**;
- de 10 a 31 de maio, bordados da artesã **Maria da Conceição Mingachos**;
- de 5 a 31 de outubro, trabalhos em madeira, do artesão **João Pinto**,
- no mês de novembro, tapeçaria, da artesã **Maria da Luz Paiva**

APRESENTAÇÃO DO LIVRO DE NUNO MARQUES

No dia 15 de março, o salão nobre dos Paços do Município da Murtosa acolheu o lançamento do livro “Perturbações”, do escritor Murtoseiro Nuno Marques, perante uma numerosa assistência, repleta de amigos, familiares e admiradores do escritor. A apresentação da obra esteve a cargo do Dr. Diamantino Matos.

SEMANA DO AMBIENTE

De 17 a 21 de março, Câmara Municipal da Murtosa, em articulação com o Agrupamento de Escolas da Murtosa, levou a cabo a Semana do Ambiente.

Ao longo de toda a semana, as escolas visitaram a Casa do Ambiente (da ERSUC), que esteve instalada no Parque Municipal da Saldida, em frente ao estádio, assegurando a Câmara Municipal o transporte dos alunos das escolas mais distantes.

No dia 21 teve lugar um seminário, aberto a toda a população, subordinado ao tema do impacto das alterações climáticas na Região de Aveiro e, em particular, no Município da Murtosa, promovido pelo IP ACCE, um grupo internacional de estudantes que esteve entre nós, com o objetivo de unir estratégias de adaptação às alterações climáticas na região.

A Semana do Ambiente culminou, no dia 21 de março, com um conjunto de ações de plantação de árvores, que envolveram a comunidade escolar, e que aconteceram no Parque da Saldida e nos perímetros da EBI da Torreira e do Centro Escolar da Saldida.

COMEMORAÇÃO DO DIA MUNDIAL DA POESIA

O Dia Mundial da Poesia foi comemorado, na Murtosa, com um serão de poesia e música, organizado pela Câmara Municipal, que teve lugar no dia 21 de março, nos Paços do Município e que celebrou, numa ambiência de tertúlia, a expressão poética.

Ao longo da noite, em clima informal, com poesia em forma de música pelo meio, pela voz e guitarra de Adriano Coutinho, muitos foram aqueles que disseram poesia, correspondendo ao convite para partilharem os seus poemas e poetas favoritos.

WORKSHOPS SOBRE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL NA MURTOSA

No âmbito da Semana da Bicicleta da Murtosa, cerca de 100 alunos do 8º ano de escolaridade da Escola Padre António Morais da Fonseca e da EBI da Torreira participaram, no dia 25 de março, num conjunto de workshops, promovidos pela Câmara Municipal em parceria com o Agrupamento de Escolas da Murtosa, que abordaram a temática da mobilidade sustentável.

SESSÃO DE ESCLARECIMENTO SOBRE AS ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DA ESTRADA

Igualmente integrada na Semana da Bicicleta, realizou-se, no Salão Nobre dos Paços do Município da Murtosa, dia 26 de março, uma sessão de esclarecimento acerca das alterações ao código da estrada, com particular ênfase nos direitos e deveres dos ciclistas.

A palestra, dirigida à população, foi dinamizada pelo cabo Santos e pelo Cabo Cardoso, do Destacamento Territorial de Ovar da GNR e incluiu, para além do código da estrada, outras referências e conselhos em matéria de segurança.

PREVENÇÃO RODOVIÁRIA NAS ESCOLAS

No âmbito da Semana da Bicicleta, o Centro Escolar da Saldida e a EBI da Torreira receberam, de 24 a 27 de março, sessões de prevenção rodoviária, dinamizadas por elementos do programa “Escola Segura” da Guarda Nacional Republicana, dirigidas aos alunos do 1º Ciclo, que tiveram por objetivo formar os mais pequenos para a adoção de condutas seguras na estrada.

FÓRUM MURTOSA CICLÁVEL

No dia 28 de março, o salão nobre dos Paços do município da Murtosa recebeu a sétima edição do Fórum Murtosa Ciclável, um espaço de informação e discussão à volta do projeto Murtosa Ciclável, aberto a toda a população.

“OPOSTOS BEM DISPOSTOS” – NA SALA DE ESPETÁCULOS DA JUNTA DE FREGUESIA DA MURTOSA

No dia 5 de abril, a sala de espetáculos da Junta de Freguesia da Murtosa (Casa dos Escuteiros) recebeu o espetáculo de teatro e música “Opostos bem dispostos”, levado à cena pela ACE Teatro do Bolhão.

PRIMAVERA CICLÁVEL

No dia 6 de abril, a edição 2014 da primavera Ciclável, juntou mais de 750 ciclistas, de todas as idades, abrindo, oficialmente, a época cicloturística, e antecipando um leque alargado de eventos congéneres, promovidos pelas associações locais ao longo dos meses seguintes.

CONCERTO DE PÁSCOA

No dia 12 de abril, na Igreja Paroquial do Bunheiro, teve lugar um Concerto de Páscoa, com o Lusitanae Ensemble e a soprano Isabel Alcobia.

O evento, organizado pela Câmara Municipal da Murtosa, com o apoio da Paróquia de São Mateus do Bunheiro, teve a pretensão de marcar o período pascal, através da beleza da música e do canto clássico, trazendo à Murtosa uma das melhores vozes da atualidade, Isabel Alcobia, acompanhada do quarteto Lusitanae Ensemble, composto por Eliseu Silva (violino), Ana Patrícia Lopes (violino), Emanuel Vieira (viola) e Filipe Roriz (violoncelo).

FESTIVAL DO SÁVEL E DA LAMPREIA DA RIA

No dia 12 de abril, no Salão dos Bombeiros Voluntários da Murtosa, realizou-se mais um Festival do Sável e Lampreia da Ria. A iniciativa foi organizada pela Confraria Gastronómica “O Moliceiro” e teve o apoio da Câmara Municipal.

CICLO DE EXPOSIÇÕES DE JOVENS CRIADORES NO ARQUIVO MUNICIPAL

No âmbito do ciclo de mostras de jovens criadores Murtoseiros, o Arquivo Municipal recebeu as seguintes exposições:

- De 25 de janeiro a 15 de fevereiro, “Recycling Animals”, do artista plástico **José Pedro Tavares**.
- De 21 de fevereiro até 15 de março, trabalhos da designer **Sara Figueiredo**.
- De 26 de abril a 17 de maio, “MaRia”, do fotógrafo **Nelson da Silva**.
- De 6 a 31 de dezembro, “Intemporal Bridge”, do artista plástico Adriano Coutinho.

INAUGURAÇÃO DA PISTA DE ATLETISMO “JOÃO RUELA”

No dia 1 de fevereiro teve lugar a inauguração da pista de atletismo “João Ruela”, um equipamento desportivo, situado no Parque Municipal da Saldida, cuja designação tem a pretensão de homenagear o ilustre Murtoseiro que tem dedicado a sua vida cívica à promoção e formação desportiva dos mais jovens, em particular no atletismo, quer como treinador quer como dirigente associativo.

Depois da cerimónia, teve lugar o 1º Torneio João Ruela, que juntou dezenas de atletas de clubes do distrito de Aveiro, destinado aos escalões de benjamins, infantis, iniciados, juvenis, juniores, seniores e veteranos, com provas de 50, 60, 80 e 100 metros planos, salto em comprimento e triplo salto.

DIA MUNDIAL DA TERRA

O Dia Mundial da Terra, 22 de abril, foi assinalado, simbolicamente, na Murtosa, com assinatura do protocolo de colaboração, entre a Câmara Municipal da Murtosa e a Quercus, no âmbito da rede “Parcerias para a Biodiversidade”.

DIA MUNDIAL DO LIVRO

No âmbito das comemorações do Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor, a Câmara Municipal da Murtosa ofereceu, a todos os alunos do Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Município da Murtosa, e Ensino Particular, a oportunidade de assistirem à peça “Uma noiva bela, Belíssima”, de Beatrice Masini, numa encenação de Cláudia Stattmiller.

Pelo Salão Nobre dos Paços do Município, onde decorreram as apresentações, passaram, de 22 e 24 de abril, cerca de 730 crianças acompanhadas dos seus professores, educadores e auxiliares, tendo a Câmara Municipal assegurado, igualmente, o transporte dos alunos.

BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR

No dia 02 de maio, nos Paços do Município da Murtosa, teve lugar a sessão de entrega de bolsas de estudo, atribuídas pela Edilidade, relativas ao ano letivo 2013/2014.

Foram atribuídas 14 novas bolsas e 16 renovações de bolsa, no valor unitário anual de 1091 Euros, perfazendo um investimento total de cerca de 32.700 Euros.

“RIA COM PEDAL”

No dia 25 de maio, cerca de três centenas de cicloturistas Estarrejenses e Murtoseiros juntaram-se para o 1º Passeio de Bicicleta Estarreja - Murtosa. A iniciativa, denominada “Ria com Pedal”, foi organizada, em parceria, pelos Municípios de Estarreja e da Murtosa, com o apoio das coletividades locais, e teve a pretensão congregar os cicloturistas de ambos os concelhos, promovendo o convívio e o conhecimento de ambos os territórios, com especial ênfase nas áreas ribeirinhas.

MERCADO TRADICIONAL

O Cais do Bico, na Murtosa, acolheu, no dia 11 de maio, mais uma edição do “Mercado Tradicional” uma iniciativa promovida pela Câmara Municipal, em parceria com associações locais.

COMEMORAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DOS MUSEUS

O Dia Internacional dos Museus foi celebrado, a 18 de maio, com um concerto do Coro de Santa Maria da Murtosa e do Grupo Coral da Associação Cultural de Salreu, organizado pela Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira, que teve lugar no salão nobre dos Paços do Município da Murtosa.

MURTOSA COMEMOROU O DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO

A Câmara Municipal da Murtosa deliberou na sua reunião de 15 de maio, instituir o Dia Municipal do Bombeiro, no sentido de publicamente reconhecer a atividade altruísta que estes homens e mulheres prestam à sociedade, de forma abnegada, dando um cunho institucional àquele que é o sentimento da população relativamente aos nossos bombeiros.

Uma vez que a escolha do Dia Municipal do Bombeiro recaiu sobre o penúltimo domingo do mês de maio, teve lugar, no dia 18, a sessão comemorativa, que decorreu no Quartel dos Bombeiros Voluntários da Murtosa.

Durante a sessão foi feita a imposição de medalhas de assiduidade de 5, 10, 15, 20 e 25 anos, da Liga de Bombeiros Portugueses e entregues os diplomas de 35 anos a elementos do Corpo Ativo e alguns diretores.

DIA MUNDIAL DA MIGRAÇÃO DOS PEIXES

No dia 24 de maio, a Quercus e a Câmara Municipal da Murtosa, assinalaram o Dia Mundial da Migração dos Peixes, com um passeio interpretativo, de moliceiro, no canal da Murtosa da Ria de Aveiro.

Esta ação, realizada na Murtosa, inseriu-se num conjunto vasto de iniciativas, promovidas pela Quercus em parceria com instituições locais, em várias bacias hidrográficas do país, para marcar o Dia Mundial da Migração dos Peixes, que procuraram chamar a atenção para a importância das espécies piscícolas migratórias.

“ANDALUZIA – MÚSICA, HISTÓRIA, SALERO E POESIA”

No dia 6 de junho, o salão nobre dos Paços do Município da Murtosa acolheu a apresentação “Andaluzia – Música, História, Salero e Poesia”.

A iniciativa, coordenada e apresentada pelo Dr. Diamantino Matos, contou com o apoio dos clubes rotários da Murtosa e de Estarreja e da Câmara Municipal da Murtosa.

CONCURSO LITERÁRIO ESCOLAR DA MURTOSA

No dia 09 de junho, o Salão Nobre dos Paços do Município da Murtosa encheu para a cerimónia de entrega de prémios do II Concurso Literário Escolar da Murtosa, promovido pela Câmara Municipal da Murtosa, em parceria com a Rede de Bibliotecas da Murtosa.

Nesta II edição, o concurso teve como temática “O Português no Mundo”, dividido em 4 escalões, correspondentes ao grau de ensino dos concorrentes: A – alunos do 3.º e 4.º anos de escolaridade; B – alunos do 5.º e 6.º anos de escolaridade; C – alunos do 7.º aos 9.º anos de escolaridade; D – alunos do Ensino Secundário.

A Câmara Municipal ofereceu “vouchers”, para livros e material escolar, no valor de 100 euros a todos os primeiros classificados, 75 euros aos segundos classificados e 50 euros aos terceiros classificados. As menções honrosas receberam um livro de oferta, sendo que a todos os participantes foi dado um diploma de participação.

X EDIÇÃO DA OPERAÇÃO “MARGEM LIMPA”

Mais de 70 voluntários, de todas as idades, deram, generosamente, o seu contributo na X edição da Operação Margem Limpa, que decorreu no dia 14 de junho, na margem nascente da Ria, entre os Ameirinhos e a Ponte da Varela, na Freguesia do Bunheiro.

ESPAÇO ARTEVIVA

Durante os meses de junho, julho e agosto, a "ArteViva" recebeu mostras individuais nas áreas do artesanato, pintura, escultura e fotografia.

“HÁ VIDA NO NATURRIA”

De 15 de junho a 15 de julho, o Centro de Educação Ambiental da Ribeira de Pardelhas, na Murtosa, teve patente a exposição “Há Vida do NaturRia”, que reuniu mais de 2 dezenas de fotografias que deram a conhecer algumas das muitas espécies de aves que ocorrem na área dos percursos NaturRia.

“CUIDAR DO BELO”

De 16 a 29 de junho, a Galeria Municipal da Torreira teve patente a exposição “Cuidar do Belo”, com trabalhos de pintura, desenho e escultura de Manuel Araújo Silva.

VIII CAPÍTULO DA CONFRARIA GASTRONÓMICA “O MOLICEIRO”

No dia 21 de junho a Confraria Gastronómica “O Moliceiro” realizou o seu VIII Capítulo, que trouxe à Murtosa representantes de 32 confrarias nacionais. Integrada no programa da iniciativa, teve lugar, pela manhã, uma receção dos participantes nos Paços do Município da Murtosa.

FESTIVAL DE ENCERRAMENTO DAS PISCINAS MUNICIPAIS

As Piscinas Municipais da Murtosa receberam, no dia 28 de junho, o quinto Festival de Encerramento das Escolas de Natação das Piscinas, um evento que contou com a presença de mais de quatrocentas pessoas.

REVIVER “CARLOS PAIÃO”

Perante mais de 300 pessoas, que encheram, por completo, o salão da Junta de Freguesia do Bunheiro, realizou-se, no dia 29 de junho, o espetáculo “Reviver Carlos Paião”, que, pela primeira vez, trouxe até à Murtosa a Orquestra Filarmonia das Beiras.

O concerto, criado para assinalar os 25 anos do desaparecimento do popular cantor e compositor, foi dirigido pelo Maestro António Vassalo Lourenço e contou com a participação, na voz, de Daniela Araújo, Teresa Pereira, Raquel Garcia e André Lacerda.

SEMANA EUROPEIA DE CICLOTURISMO

A Murtosa recebeu, de 6 a 12 de julho, a X Semana Europeia de Cicloturismo, promovida pela União Europeia de Cicloturismo (UECT) e pela Aliança Internacional de Turismo (AIT) e organizada localmente pela Câmara Municipal da Murtosa em parceria com a Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta, que trouxe até à Murtosa mais de 1300 cicloturistas de 12 países.

A iniciativa, que representou o maior desafio logístico abraçado pelo Município da Murtosa, foi unanimemente considerada um enorme sucesso, quer pelos participantes quer pelos dirigentes da UECT e da AIT, tendo contribuído para a afirmação da nossa terra, internacionalmente, no domínio da bicicleta, para além de ter constituído uma excelente oportunidade de divulgação da Murtosa e da Região de Aveiro.

APRESENTAÇÃO DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA DA BICICLETA E DA MOBILIDADE SUAVE

No âmbito da Semana Europeia de Cicloturismo, o centro logístico, na Torreira, recebeu, no dia 7 de julho, o lançamento da Plataforma Tecnológica da Bicicleta e Mobilidade Suave, organizada pela Universidade de Aveiro.

A Plataforma Tecnológica da Bicicleta e da Mobilidade Suave tem a pretensão de congregar equipas multidisciplinares, instituições universitárias, autarquias, organismos da administração pública ligadas à mobilidade, empresas e organizações da sociedade civil, visando a conceção de projetos inovadores alinhados com os desafios do país e com as orientações da União Europeia.

I FEIRA AGRÍCOLA DA MURTOSA

O Parque Municipal da Saldida recebeu, de 24 a 27 de julho, a I Feira Agrícola da Murtosa, promovida pela Câmara Municipal da Murtosa em parceria com a Associação de Criadores de Raça Marinhoa e com a Associação de Criadores de Raça Holstein da Região Centro.

O certame, dirigido aos profissionais e ao público em geral, teve a pretensão de exaltar a cultura associada à ruralidade, num Concelho onde o setor primário - e a atividade agrícola em particular - assume grande importância económica e social, contribuindo desta forma para a afirmação da Murtosa neste domínio, no contexto regional.

SEMANA DO EMIGRANTE 2014

De 28 de julho a 3 de agosto, teve lugar a edição de 2014 da “Semana do Emigrante”, evento que homenageia os emigrantes Murtoseiros, cidadãos do Mundo.

Seguindo o modelo de sucesso dos anos anteriores, as atividades do primeiro fim de semana de agosto, como a missa solene, a animação no Cais do Bico e a majestosa regata de moliceiros, foram precedidas de um conjunto de iniciativas, que decorreram a partir do dia 28 de julho, em vários espaços do concelho: a exposição coletiva de artesãos e jovens criadores Murtoseiros na Galeria Municipal da Torreira; a exposição retrospectiva dos 30 anos da Rádio Saldida, no Arquivo Municipal da Murtosa; a apresentação “América em Carne Viva” pelo Dr. Diamantino Matos, a sessão evocativa de José Joaquim Monteiro, um dos maiores poetas populares portugueses, que viveu no Bunheiro, coordenada pelo Professor António Abreu Freire, e, ainda, a apresentação do documentário “Júlia Oliveira - História de uma Emigrante Murtoseira em França, eventos que decorreram no Salão Nobre dos Paços do Município.

ACAREG 2014

De 1 a 7 de agosto, a Torreira acolheu a 18ª edição do ACAREG, o maior acontecimento escutista da região de Aveiro, que congregou cerca de 2500 escuteiros, entre lobitos, exploradores, pioneiros, caminheiros e dirigentes.

A atividade, que decorreu em regime de acampamento, teve a sua base logística num espaço de cerca de 12 hectares, preparado e infraestruturado pela Câmara Municipal da Murtosa, situado a norte da EBI da Torreira, zona desportiva e cemitério, propriedade do Município.

CURSO DE MONITORES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), em parceria com a Câmara Municipal da Murtosa, promoveu, de 1 a 4 de agosto, um Curso de Monitores de Educação Ambiental, dirigida a jovens com 12º ano ou licenciados.

A formação decorreu no Centro de Educação Ambiental da Ribeira de Pardelhas, na Murtosa, composta por 4 módulos temáticos.

O Curso de Monitores de Educação Ambiental foi uma iniciativa realizada ao abrigo do protocolo estabelecido entre o Município da Murtosa e a ASPEA, no âmbito do programa Bandeira Azul 2014.

APRESENTAÇÃO DO LIVRO “CONTAR MARINHÃO”

No dia 9 de agosto, o auditório do Arquivo Municipal, na Murtosa, encheu para a apresentação do livro “Contar Marinhão”, do escritor Murtoseiro Francisco José Rito.

DESFILE ETNOGRÁFICO DA TERRA MARINHOA

No dia 10 de agosto, o centro do Bunheiro acolheu o “Desfile Etnográfico da Terra Marinhoa”, um grande cortejo que recriou, em quarenta e quatro quadros distintos, com mais de 150 figurantes, variados aspetos das vivências do povo da beira-ria, até meados do século XX.

PROJEÇÃO DE FILMES DE CARIZ AMBIENTAL NO PARQUE DA SALDIDA

A Murtosa recebeu uma extensão do CINE’ECO – Festival Internacional de Cinema Ambiental de Seia nos dias 22, 29 e 30 de agosto. O anfiteatro ao ar livre do Parque Municipal da Saldida acolheu a projeção de películas de cariz ambiental, numa organização da ASPEA, em parceria com o Município da Murtosa, com o CINE’ECO e com o Município de Seia.

“ENTRE A RIA E O MAR” – SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL NA MURTOSA

No dia 30 de agosto, a Murtosa recebeu a iniciativa de sensibilização ambiental “Entre a Ria e o Mar”, promovida, em parceria pela Câmara Municipal da Murtosa e pela ASPEA, no âmbito do programa Bandeira Azul, que congregou, ao longo do dia, um conjunto de iniciativas, abertas a toda a população, em vários locais do Concelho.

ROMARIA DO S.PAIO DA TORREIRA

Uma vez mais a tradição cumpriu-se e, de 4 a 8 de setembro, a praia da Torreira encheu-se de gente, vinda de todas as regiões do território nacional para participar naquela que é a maior romaria da região e, seguramente, uma das maiores do país.

Num programa marcado fortemente pela tradição e pela exaltação da identidade marinhola, para além da majestosa procissão, da animação musical e dos fogos de artifício, no mar e na ria, os momentos altos da festa foram, como sempre, as rusgas, as corridas de chinchorros e de bateiras à vela e a regata de barcos moliceiros.

PESCADORES DO MAR DA CHINA – MÉTODOS, BARCOS E CULTURA PISCATÓRIA

No dia 13 de setembro, teve lugar, no salão nobre dos Paços do Município da Murtosa, a apresentação “Pescadores dos Mares da China – métodos, barcos e cultura piscatória”, que teve como mote a viagem efetuada ao Sudoeste Asiático por Rui Cruz e Sara Ezequiel, um casal Murtoseiro que partilha a paixão de viajar pelo mundo e que procurou transmitir, através de uma seleção de fotografias, as diferenças e os pontos em comum entre duas comunidades piscatórias – a da Ria e a do mar da China – separadas por milhares de quilómetros.

5ª VOLTA À MURTOSA EM BICICLETA

No dia 21 de setembro, mais de 500 pessoas marcaram presença na 5ª edição da Volta à Murtosa em Bicicleta, um grande passeio cicloturístico, para todas as idades, organizado pela Câmara Municipal da Murtosa e pelas Coletividades locais, no âmbito do projeto Murtosa Ciclável.

HOMENAGEM A D. MARIA DO CÉU VIEIRA

No dia 22 de setembro, a D. Maria do Céu Vieira comemorou 100 anos de vida. Numa cerimónia singela, acompanhada por familiares e amigos, foi recebida e homenageada no Edifício dos Paços do Município da Murtosa.

COMEMORAÇÕES DO DIA INTERNACIONAL DO TURISMO

Cerca de duas dezenas de pessoas participaram, no dia 27 de setembro, na iniciativa “Conhecer a Murtosa, de bicicleta e de moliceiro”, uma atividade gratuita, promovida pela Câmara Municipal da Murtosa, no âmbito das comemorações do Dia Mundial do Turismo.

Os participantes tiveram a possibilidade de desfrutar de um passeio de barco moliceiro pelo canal da Murtosa da Ria de Aveiro, até ao Cais do Bico, a que seguiu uma visita guiada, de bicicleta, que deu a conhecer um pouco do muito que a Murtosa tem para oferecer.

DIA DO DIPLOMA

A Câmara Municipal da Murtosa e o Agrupamento de Escolas da Murtosa, promoveram no passado dia 3 de outubro, o “Dia do Diploma” no qual foi feita a entrega solene dos diplomas de finalista aos alunos do 12º. ano, tendo o Município da Murtosa custeado as lembranças oferecidas aos mesmos.

CENTRO DE TREINO DE NATAÇÃO SINCRONIZADA

No dia 17 de outubro teve lugar a apresentação pública do Centro de Treino de Natação Sincronizada da Murtosa, o primeiro do País, resultante de uma parceria entre a Federação Portuguesa de Natação, a Câmara Municipal da Murtosa e a Associação de Natação de Aveiro.

FESTIVAL GASTRONÓMICO DA ENGUIA DA RIA

O Cais do Bico acolheu, no fim de semana de 11 e 12 de outubro, o Festival Gastronómico da Enguia da Ria, organizado pela Confraria Gastronómica “O Moliceiro” e pela Câmara Municipal da Murtosa.

O festival recebeu mais de meio milhar de pessoas, tornando esta edição a mais participada de sempre.

COMEMORAÇÕES DO 88º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DO CONCELHO DA MURTOSA

A Câmara Municipal da Murtosa levou a efeito um programa comemorativo dos 88 anos da criação do Concelho da Murtosa, que decorreu de 24 a 29 de outubro, com um conjunto de iniciativas de índole histórica, etnográfica e cultural.

Assim, no dia 24 de outubro, teve lugar, no salão nobre dos Paços do Município da Murtosa, a apresentação do livro “Acorda, Portugal”, do Dr. Pinho Neno. A apresentação da mais recente obra literária do consagrado autor Murtoseiro esteve a cargo do Dr. Santos Sousa, Presidente da Assembleia Municipal.

No dia 25, a sala de espetáculos da Junta da Murtosa recebeu o espetáculo “Fado Revisitado”, pelo Lusitanae Ensemble, acompanhado da fadista Vanessa Quinteiro, que revisitou, na ambiência da música clássica, a obra de Amália e de Carlos Paredes.

No dia 26 teve lugar, no salão nobre dos Paços do Município da Murtosa, a apresentação do livro e do vídeo que registam, para memória futura, o Grande Cortejo Etnográfico da Terra Marinha, levado a cabo, no centro do Bunheiro, no mês de agosto.

Finalmente, no dia 29 de outubro, pela manhã, realizou-se a cerimónia do hastear das bandeiras, junto aos Paços do Município, seguida de uma romagem à Praça Jaime Afreixo, onde foi depositada uma coroa de flores junto ao monumento que evoca a criação do Concelho da Murtosa.

MURTOSA HOMENAGEOU OS SOLDADOS MURTOSEIROS QUE TOMBARAM NA PRIMEIRA GRANDE GUERRA

No dia 16 de novembro, tiveram lugar, na Murtosa, as cerimónias evocativas do centenário da Primeira Grande Guerra (1914-1918), nas quais foram homenageados os 24 Murtoseiros que, em França e em África, pereceram no conflito.

Para além da receção no salão nobre dos Paços do Município e da missa de sufrágio pelos mortos em combate, na Igreja Matriz da Murtosa, o programa evocativo contemplou uma cerimónia, com honras militares, junto ao monumento da Praça dos Combatentes.

75 ANOS DA PARÓQUIA DE PARDELHAS EM EXPOSIÇÃO NO ARQUIVO MUNICIPAL DA MURTOSA

O Arquivo Municipal da Murtosa acolheu, até 23 de novembro, uma exposição alusiva aos 75 anos da Paróquia de São Lourenço de Pardelhas.

A mostra, organizada pela Paróquia, com o apoio da Câmara Municipal da Murtosa, reuniu documentação e objetos que fazem parte da história paroquial.

OFERTA DE NATAL ÀS CRIANÇAS DAS ESCOLAS

Como forma de marcar a época natalícia, a Câmara Municipal da Murtosa ofertou, a todos os alunos do pré-escolar e do 1º ciclo do Município, uma lembrança constituída por uma mochila recheada de material escolar, nomeadamente, estojo, cadernos, material de escrita e de desenho, entre outros.

“SARAU CULTURAL DE ENTREGA DOS PRÉMIOS DE FOTOGRAFIA E JOGOS FLORAIS”

O salão nobre dos Paços do Município da Murtosa recebeu, no dia 22 de novembro, a cerimónia de entrega dos prémios de conto, poesia e pintura dos Jogos Florais da Murtosa e do prémio de fotografia da Murtosa, promovidos pela Câmara Municipal, que, este ano, foram subordinados às temáticas de “Murtoseiros no Mundo” e “Oceanos”, respetivamente.

Para além da entrega dos galardões aos vencedores, o evento contou com a participação musical de “Zeca Sol – One Man Live”.

ILUMINAÇÕES NATALÍCIAS

Cumprindo a tradição, a Câmara Municipal adornou, uma vez mais, a zona central de Pardelhas com motivos luminosos alusivos ao Natal, tornando aquela área mais atrativa, com a ambiência própria da quadra.

1º GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO DA MURTOSA

Teve lugar, no dia 7 de dezembro, o 1º Grande Prémio de Atletismo da Murtosa, organizado pela Associação Cultural Bunheirense em parceria com a Câmara Municipal e com as Juntas de Freguesia do Concelho, e com o apoio da Associação de Atletismo de Aveiro e do tecido empresarial e comercial local.

Nesta primeira edição, que contou com cerca de 750 participantes, o Grande Prémio de Atletismo da Murtosa congregou a prova oficial para atletas federados e não federados dos vários escalões, e ainda uma Caminhada de 5km, aberta a toda a população

PROVAS NAS PISCINAS MUNICIPAIS

As Piscinas Municipais da Murtosa receberam no dia 7 de dezembro, o treino de pré-seleção nacional de natação sincronizada.

O evento, organizado pela Federação Portuguesa de Natação, reuniu cerca de quatro dezenas de atletas, dos clubes nacionais de natação sincronizada, dos escalões juvenil e absoluto.

Já dia 20 de dezembro, acolheram as Provas de Nível de Natação Sincronizada, destinadas aos escalões de infantis e juvenis, contaram com a presença de 42 atletas de 6 clubes: FOCA, de Felgueiras, OvarSincro, de Ovar, Lousada, Búzios, de Coruche, Fluvial, do Porto, e, pela primeira vez o CRM Sincro, da Murtosa.

Os eventos foram promovidos pela Federação Portuguesa de Natação e pela Associação de Natação de Aveiro, com o apoio da Câmara Municipal da Murtosa.

“NATAL NA PRAÇA”

A Câmara Municipal da Murtosa, com o apoio da SEMA – Associação Empresarial, levou a cabo a iniciativa “Natal na Praça”, que decorreu de 1 a 24 de dezembro, na Praça Jaime Afreixo, em Pardelhas.

O certame contou, de 1 a 7 de dezembro, com uma feira do livro, e de 8 a 21 de dezembro, com uma mostra de artesanato, bijutaria, doçaria, artes manuais. Para além das feiras, o “Natal na Praça” contemplou uma vasta programação de animação, com música e performances, especialmente dirigida aos mais novos.

AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O Núcleo Local de Inserção da Murtosa (NLI) levou a efeito, no dia 11 de dezembro, no Arquivo Municipal da Murtosa (Casa Tavares Gravato), em Pardelhas, uma ação de sensibilização sobre “Violência Doméstica”.

COLÓQUIO ACERCA DA ENGUIA

O auditório da “COMUR – Museu Municipal”, na Murtosa, recebeu, no dia 13 de dezembro o colóquio “Enguias na Ria de Aveiro, um ex-libris a preservar”, organizado pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e pela Universidade de Aveiro (UA), com o apoio da Câmara Municipal da Murtosa.

CRIANÇAS DO PRÉ-ESCOLAR DA MURTOSA OFERECERAM UMA PRENDA DE NATAL AOS IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

As crianças do ensino pré-escolar do Agrupamento de Escolas da Murtosa prepararam, neste natal, uma belíssima surpresa para os idosos que se encontram nas instituições de solidariedade social do Concelho da Murtosa.

Durante vários dias, conjuntamente com as educadoras e auxiliares, pintaram e decoraram mais de duas centenas de proas, em madeira. Concluído o trabalho, deslocaram-se às instituições e ofereceram, a cada idoso, uma proa colorida como prenda de natal.

TEATRO DE MARIONETAS NA CASA DOS ESCUTEIROS

Organizado pela Câmara Municipal, teve lugar, no dia 20 de dezembro, na sala de espetáculos da Junta de Freguesia da Murtosa (Casa dos Escuteiros), o espetáculo de teatro de marionetas “Os Trabalhos de Hércules”, encenados pela companhia portuense “Limite Zero – Associação Cultural”.

4.3 ANÁLISE FINANCEIRA DO EXERCÍCIO ECONÓMICO

4.3.1 ANÁLISE DAS RECEITAS

Uma das definições utilizadas para caracterizar receitas autárquicas é: “As entradas de fundos nos seus cofres que, aumentando o respetivo património (duradouro ou não), se destinam a satisfazer necessidades públicas locais.”

Assim, partindo da definição apresentada e tendo como base a Lei das Finanças Locais, as Autarquias Locais têm a faculdade de cobrar impostos, taxas e arrecadar outros recursos. Fazendo uso dos seus privilégios, recorrem ao crédito, prestam serviços e alienam bens patrimoniais, podendo, ainda, receber heranças, legados, doações e outras liberalidades.

As importâncias provenientes dessas fontes (rendimentos, recursos e prestações de serviços) constituem, de grosso modo, as receitas das autarquias locais.

De acordo com a legislação aprovada, as receitas das Autarquias Locais regem-se por códigos de classificação económica, repartindo-se por dois grandes agrupamentos: *Receitas Correntes* e *Receitas de Capital*.

As **Receitas Correntes** são as que aumentam o ativo financeiro ou reduzem o património não duradouro, isto é, aquele cujos elementos estão subordinados às Autarquias por período inferior a um ano. Quer variem ou não os seus quantitativos, dada a necessidade da sua utilização, a cobrança repete-se todos os anos. O processo da sua cobrança esgota-se dentro do período financeiro anual. São próprios de uma gestão financeira corrente. Constituem casos típicos da receita corrente os impostos, as taxas, venda de serviços e venda de bens não duradouros e outros.

As **Receitas de Capital** são as que aumentam o ativo e passivo financeiros ou reduzem o património duradouro (constituído pelos elementos do ativo patrimonial – bens cuja permanência na disponibilidade da Autarquia têm, em regra, duração superior a um ano). Dentro de uma normal gestão financeira, não deveriam, em princípio, repetir-se anualmente. São exemplo desta receita o produto da alienação de bens de capital ou de investimento (terrenos, edifícios, maquinaria e equipamentos), empréstimos contraídos a médio e longo prazos, transferências de capital e outros.

Apresentamos no quadro que se segue, um conjunto de conceitos que nos permite ter uma perceção mais clara do tipo e natureza das receitas obtidas no ano de 2014.

No exercício económico de 2014, as Receitas auferidas advieram das Transferências (44,86%), das Receitas Próprias (36,10%) e do Saldo de Gerência (19,04%).

Nas verbas das Receitas Próprias destacam-se as Receitas Fiscais (69,04%), que englobam os Impostos Diretos, os Impostos Indiretos e as Taxas, Multas e Outras Penalidades. Referindo-se ainda, que as Transferências representam 124,29% relativamente às Receitas Próprias da Autarquia.

Convém lembrar que as Transferências Correntes e de Capital constituem recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, tendo a sua origem em verbas transferidas diretamente do Orçamento de Estado para o Município (*Fundo de Equilíbrio Financeiro*, *Fundo Social Municipal* e *Participação Fixa no IRS*) e em verbas originárias de participações, dotações e subsídios provenientes do Orçamento de Estado e do Orçamento da União Europeia (Fundos Comunitários), tal como é referido nos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 25.º, da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro. Desta forma, este tipo de fundos, dada a sua origem, não são considerados recursos financeiros locais, apesar de constituírem fundos próprios da Autarquia.

Quadro nº 1

unid: euro

| CONCEITOS DE RECEITAS | VALOR | % REC.PROP. | % REC.TOT. |
|---|---------------------|-------------|------------|
| Receitas Fiscais (Imp. Diretos + Imp. Indiretos + Taxas, Multas e O. Penalidades) | 2.034.726,73 | 69,04% | 24,92% |
| Impostos Locais (Imp. Diretos) | 1.862.804,01 | 63,21% | 22,82% |
| Receitas Próprias (Receitas Fiscais+Rend.Prop.+Venda Bens e Serv.+ Rendas+ Outras Receitas Corr.+ Venda Bens Invest.+ Outras Receitas Capital) | 2.947.151,86 | 100,00% | 36,10% |
| Recursos Alheios (Empréstimos) | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Transferências (Correntes + de Capital) | 3.662.873,31 | 124,29% | 44,86% |
| Receita de Estrutura (Imp. Diretos+ Transf.Correntes) | 5.161.822,82 | 175,15% | 63,22% |
| Saldo Gerência Anterior | 1.554.720,33 | 52,75% | 19,04% |
| Receitas Totais | 8.164.745,50 | | |

No cumprimento da norma constitucional da participação nos impostos do Estado, a atual Lei das Finanças Locais preceitua a participação dos Municípios nos impostos (diretos e indiretos) do Estado, nos dois impostos diretos mais importantes, sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e das pessoas coletivas (IRC) e ainda no principal imposto (indireto) sobre a despesa, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), tendo em vista atingir os objetivos de equilíbrio financeiro horizontal e vertical. A repartição de recursos públicos entre o Estado e os Municípios, é obtida através de uma subvenção geral determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), uma subvenção específica determinada a partir do Fundo Social Municipal (FSM) e uma participação variável até 5% no IRS.

No quadro n.º 2, podemos verificar que, no exercício económico de 2014, esta Autarquia arrecadou 6.242.222,27€ de Receitas Correntes e 367.802,90€ de Receitas de Capital, perfazendo um total de 6.610.025,17€ de Receitas Municipais Totais. A acrescer a estas receitas temos o saldo da gerência anterior no valor de 1.554.720,33€. Em relação ao ano anterior, verifica-se uma diminuição de receitas arrecadadas na ordem dos 11,67%. Salienta-se que as principais receitas que contribuíram para esta diminuição foram as receitas de capital, pois decresceram 73,26% relativamente a 2013.

Pela análise do quadro verificamos que, as receitas correntes tiveram um crescimento de 2,20% e as receitas de capital um decréscimo de 73,26%, relativamente ao ano de 2013.

Quadro n.º 2

unid: euro

| RECEITAS | 2014 | % | 2013 | % | 2012 | % | 2011 | % |
|-------------------------------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|----------------------|----------------|---------------------|----------------|
| Receitas Correntes | 6.242.222,27 | 94,44% | 6.107.999,02 | 81,62% | 5.063.861,94 | 53,02% | 4.842.048,89 | 60,69% |
| Receitas de Capital | 367.802,90 | 5,56% | 1.375.225,65 | 18,38% | 4.486.135,29 | 46,98% | 3.136.725,36 | 39,31% |
| Receitas Totais do Exercício | 6.610.025,17 | 100,00% | 7.483.224,67 | 100,00% | 9.549.997,23 | 100,00% | 7.978.774,25 | 100,00% |
| Saldo Gerência Anterior | 1.554.720,33 | | 985.939,60 | | 963.015,77 | | 1.475.782,68 | |
| Receitas Totais | 8.164.745,50 | | 8.469.164,27 | | 10.513.013,00 | | 9.454.556,93 | |

As receitas de natureza corrente, arrecadadas por este Município no ano de 2014, representam 94,44% das Receitas Totais do Exercício, enquanto que as Receitas de Capital representam somente 5,56%.

Pela análise do exposto nos quadros n.º 3 e n.º 4 (Anexo I), constata-se que as principais fontes de recursos desta Autarquia Local, no ano de 2014, foram compostas no seu essencial pelas Transferências Correntes, pelos Impostos Diretos, Prestação de Serviços, pelas Transferências de Capital do Orçamento de Estado, Fundos Comunitários e Administração Local, Rendimentos de Propriedade, Taxas, Multas e Outras Penalidades, Rendas, Outras Receitas Correntes, Impostos Indiretos e Venda de Bens de Investimento.

Os fundos oriundos de Transferências obtiveram um peso significativo no cômputo geral das receitas arrecadadas no ano de 2014. Globalmente, ambas as Transferências representam 44,86% das Receitas Totais. As Transferências de Natureza Corrente representam 52,85% das Receitas Correntes e 49,91% das Receitas Totais. As Transferências de Capital representam 91,35% das Receitas de Capital e 5,50% das Receitas Totais. Pela análise do mapa das Transferências, poderemos verificar, entre outros, a desagregação dos fundos oriundos de transferências da Administração Central e de Participação Comunitária em projetos cofinanciados.

| Quadro nº 3 | | | unid: euro | | |
|--|---------------------|----------------|--------------------------------------|-------------------|----------------|
| RECEITAS CORRENTES | VALOR | % | RECEITAS DE CAPITAL | VALOR | % |
| Impostos Diretos | 1.862.804,01 | 29,84% | Venda de Bens de Investimento | 3.948,40 | 1,07% |
| Imposto Municipal sobre Imóveis | 1.451.250,88 | 23,25% | Transferências de Capital | 335.991,54 | 91,35% |
| Imposto Único de Circulação | 229.375,74 | 3,67% | Estado | 335.991,54 | 91,35% |
| Imp. Munic.s/Tran.Onerosas Imóveis | 182.177,39 | 2,92% | Fundo de Equilíbrio Financeiro | 300.761,00 | 81,77% |
| Impostos Abolidos: | 0,00 | 0,00% | Estado-Part.Comunitária | 35.230,54 | 9,58% |
| Outros Impostos Abolidos | 0,00 | 0,00% | Proj.Cofinanciados | | |
| Impostos Indiretos | 47.258,78 | 0,76% | QREN: | | 0,00% |
| Taxas, Multas e Outras Penal. | 124.663,94 | 2,00% | FEDER | 35.230,54 | 9,58% |
| Rendimentos de Propriedade | 279.969,98 | 4,49% | Administração Local | 27.862,96 | 7,58% |
| Transferências Correntes | 3.299.018,81 | 52,85% | Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00% |
| Estado | 3.147.055,17 | 50,42% | | | |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro | 2.706.845,00 | 43,36% | | | |
| Fundo Social Municipal | 186.769,00 | 2,99% | | | |
| Participação Fixa no IRS | 244.120,00 | 3,91% | | | |
| Outras | 9.321,17 | 0,15% | | | |
| Estado-Partic.Comunit.Projetos cofinanciados | 63.036,66 | 1,01% | | | |
| Serviços e Fundos Autónomos | 45.661,27 | 0,73% | | | |
| Serv.Fundos Aut.Pol.Act.EFP | 22.777,25 | 0,36% | | | |
| Segurança Social | 20.488,46 | 0,33% | | | |
| Venda Bens | 198,94 | 0,0032% | | | |
| Serviços | 454.099,46 | 7,27% | | | |
| Rendas | 123.398,13 | 1,98% | | | |
| Outras Receitas Correntes | 50.810,22 | 0,81% | | | |
| Totais de Receitas Correntes | 6.242.222,27 | 100,00% | Totais de Receitas de Capital | 367.802,90 | 100,00% |

A subrubrica Outras de transferências correntes, englobam as verbas provenientes do Estado na comparticipação nos transportes escolares e verba da Freguesia de S. Jacinto, relativo à dispensa de funcionário como eleito local.

Os Impostos Diretos representam 29,84% das Receitas Correntes e 28,18% das Receitas Totais, sendo o Imposto Municipal sobre Imóveis o que mais contribuiu para esta percentagem.

Os Impostos Indiretos representam 0,76% das Receitas Correntes e 0,71% das Receitas Totais, sendo a subrubrica Loteamentos e Obras que mais contribuiu para esta percentagem.

As Taxas, multas e outras penalidades representam 2,00% das Receitas Correntes e 1,89% das Receitas Totais, sendo as taxas de Ocupação da Via Pública e Loteamentos e Obras as subrubricas que mais contribuíram para esta percentagem.

Os Rendimentos da propriedade contribuíram com 4,49% das Receitas Correntes e 4,24% das Receitas Totais.

As Transferências Correntes representam 52,85% das Receitas Correntes e 49,91% das Receitas Totais, sendo as transferências do Estado as que mais contribuíram.

A Venda de Bens representa somente 0,0032% das Receitas Correntes e 0,0030% das Receitas Totais, totalizando uma receita de 198,94€, provenientes da venda de livros e toucas (piscina).

Os Serviços representam 7,27% das Receitas Correntes e 6,87% das Receitas Totais.

As Rendas representam 1,98% das Receitas Correntes e 1,87% das Receitas Totais.

A rubrica Outras Receitas Correntes representa apenas 0,81% das Receitas Correntes e 0,77% das Receitas Totais. São registadas nesta rubrica, entre outras, as receitas provenientes de reembolsos de seguros, créditos de energia elétrica e despesas com portes de correio.

A Venda de Bens de Investimento representa 1,07% das Receitas de Capital e 0,06% das Receitas Totais, estando aqui englobada, a concessão de terrenos do cemitério.

As Transferências de Capital representam 91,35% das Receitas de Capital e 5,50% das Receitas Totais, as transferências provenientes de Fundos Comunitários contribuíram apenas com 35.230,54€.

De seguida, efetua-se a desagregação das rubricas das Receitas Municipais arrecadadas no exercício económico de 2014:

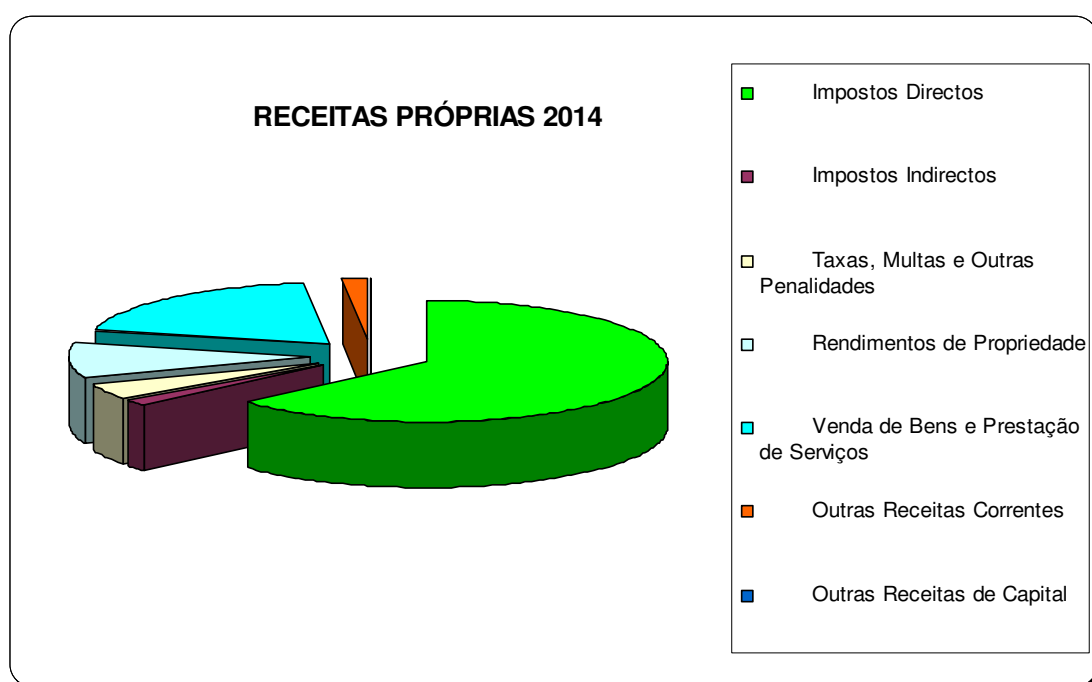
RECEITAS PRÓPRIAS

Receitas Próprias são aquelas que o Município pode arrecadar, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Excluem-se das receitas próprias as relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

As Receitas Próprias incluem quer as receitas correntes quer as receitas de capital. As Receitas Correntes dizem respeito aos Impostos Diretos, Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades, Rendimentos de Propriedade, Venda de Bens e Prestações de Serviços, Rendas e Outras Receitas Correntes. As Receitas de Capital dizem respeito às Vendas de Bens de Investimento e Outras Receitas de Capital.

Pela análise do quadro seguinte, verificamos que as Receitas Próprias do Município tiveram um decréscimo de 2,62%, relativamente ao ano anterior. Salienta-se que, as rubricas que mais decresceram, foram a Venda de Bens e Prestação de Serviços, Outras Receitas Correntes, e Taxas, Multas e Outras Penalidades.

| RECEITAS PRÓPRIAS | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Receitas Correntes | | | | |
| Impostos Diretos | 1.359.692,27 | 1.448.843,89 | 1.768.437,52 | 1.862.804,01 |
| Impostos Indiretos | 56.049,65 | 19.455,13 | 23.013,93 | 47.258,78 |
| Taxas, Multas e Outras Penalidades | 159.404,91 | 115.753,90 | 133.658,93 | 124.663,94 |
| Rendimentos de Propriedade | 25.460,85 | 106.056,17 | 93.135,02 | 279.969,98 |
| Venda de Bens e Prestação de Serviços | 746.326,86 | 858.930,58 | 863.477,58 | 577.696,53 |
| Outras Receitas Correntes | 13.124,99 | 20.505,76 | 131.532,44 | 50.810,22 |
| Total | 2.360.059,53 | 2.569.545,43 | 3.013.255,42 | 2.943.203,46 |
| Receitas de Capital | | | | |
| Venda de Bens de Investimento | 44.293,19 | 3.414,62 | 13.281,28 | 3.948,40 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 102.634,10 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 44.293,19 | 106.048,72 | 13.281,28 | 3.948,40 |
| Total das Receitas Próprias | 2.404.352,72 | 2.675.594,15 | 3.026.536,70 | 2.947.151,86 |



RECEITAS CORRENTES

RECEITAS FISCAIS

IMPOSTOS DIRETOS

Incluem as receitas tributárias que recaem sobre os rendimentos da propriedade imobiliária (rústica e urbana) e as que incidem sobre os ativos financeiros e sobre o valor líquido ou total do património dos agentes residentes. Abrange, ainda, os impostos que incidem sobre os particulares pela posse e utilização dos bens.

Este capítulo engloba as receitas provenientes dos seguintes impostos: Imposto Municipal sobre Imóveis; Imposto Único de Circulação; Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e Impostos Abolidos.

Das Receitas Fiscais (Impostos Diretos + Impostos Indiretos + Taxas, Multas e Outras Penalidades = 2.034.726,73€) arrecadadas pelo Município da Murtosa, 1.862.804,01€, destas receitas correspondem a impostos diretos.

Os impostos locais com maior contributo para as verbas auferidas em Impostos Diretos foram, o Imposto Municipal sobre Imóveis (77,91%), o Imposto Único de Circulação (12,31%) e Imposto Municipal de Transmissões Onerosas de Imóveis (9,78%). (Anexo I - Quadro n.º5).

IMPOSTOS INDIRETOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

São os que recaem exclusivamente sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços e que, em rigor contabilístico, devem ser imputados aos custos de exploração dos agentes pagadores. Consideram-se, igualmente, as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos, ou outras semelhantes pagas por unidades industriais.

Os impostos indiretos contribuíram com 2,32% nas Receitas Fiscais, arrecadando 47.258,78€, tendo sido as rubricas Loteamentos e Obras e Ocupação da Via Pública que mais contribuíram (68,23% e 13,29% respetivamente). Na rubrica outros, são registadas receitas provenientes de averbamentos, alvarás, mudança de técnicos, substituição de empreiteiros, fotocópias autenticadas, certidões narrativas, licenças de ocupação, licenças de utilização atividades industriais e armazéns, verificação de implantação, emissões de horário de funcionamento e atribuição de número de polícia (Anexo I - Quadro n.º6).

TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Taxas

Inclui os pagamentos de particulares, em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. As taxas compreendem designadamente: Mercados e Feiras; Loteamentos e Obras; Ocupação da Via Pública; Caça, Uso e Porte de Arma e Outras.

A cobrança de taxas relativas a serviços prestados pela Autarquia a particulares rendeu 114.708,58€, sendo as rubricas *Ocupação da Via Pública e Loteamentos e Obras* as principais fontes deste tipo de recursos contribuindo com 43,26% e 36,95%, respetivamente (Anexo I – quadro n.º7). Na rubrica *outras* encontram-se registadas as receitas provenientes de licenças diversas, nomeadamente averbamentos, certidões, atribuições de números de polícia, taxas de justiça, informações prévias, verificação de implantação, fotocópias autenticadas, licenças especiais de ruído, desistência de pretensão ou lugar, inspeções periódicas e extraordinárias de elevadores e reinspeções, condomínios, toldos, anúncios luminosos, taxas de ocupação de lugares de amarração e armazéns de aprestos no Porto de Abrigo no Bico, licença de habitação, de inscrição de técnico e certificados de registo de cidadãos da União Europeia.

A cobrança destas taxas representa 5,64% das Receitas Fiscais.

Multas e Outras Penalidades

Neste grupo estão englobadas não só as receitas provenientes de aplicação de multas pela transgressão da Lei, posturas e outros regulamentos, mas também as receitas relativas ao pagamento de dívidas de terceiros, após expirado o prazo de cobrança à boca do cofre.

Neste grupo, no exercício de 2014, foram arrecadadas receitas no valor de 9.955,36€. Estas receitas punitivas e compensatórias representam 0,49% das Receitas Fiscais, sendo a rubrica juros de mora provenientes das cobranças do Imposto Único de Circulação. (Anexo I – Quadro 7).

RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

Este capítulo abrange as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros, depósitos bancários, dividendos e outras participações em lucros e rendas.

Os rendimentos de propriedade obtidos, neste ano económico, dizem respeito, essencialmente à concessão da rede de Iluminação Pública à E.D.P (Rendas – Outros), à remuneração de depósitos detidos por esta entidade em Instituições de Crédito e a Dividendos e Outras Participações em Lucros, correspondendo a 88,91%, 9,25% e 1,84% respetivamente, do total do capítulo, tal como se pode analisar no quadro n.º8 do Anexo I.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

São imputadas neste capítulo as transferências correntes relativas aos recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

As verbas transferidas para este Município, no ano económico em análise, ascenderam a 3.299.018,81€. As verbas provenientes da participação nos impostos do Estado, ou seja, do FEF (*Fundo de Equilíbrio Financeiro*), do FSM (*Fundo Social Municipal*) e Participação Fixa no IRS e Outras, no seu conjunto, contribuíram com cerca de 95,39% do resultado apresentado pelas Transferências Correntes, sendo as receitas provenientes das Participações Comunitárias Projetos Cofinanciados responsáveis por 1,91%, os Serviços e Fundos Autónomos responsáveis por 1,38% provenientes da DGESTE, as Políticas Ativas de Emprego e Formação Profissional responsáveis por 0,69% e a Segurança Social responsáveis por 0,62%. Salienta-se que as transferências das Participações Comunitárias foram efetuadas ao abrigo do Programa Operacional Temático Potencial Humano (POPH) relativo ao Projeto Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local, do Programa Operacional Pesca (PROMAR) relativo ao Projeto Promoção Recursos Endógenos da Ria-Conhecer, Usufruir e Preservar e do Programa Estratégico às Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação relativo ao Projeto Programação Cultural em Rede.

Os fundos consignados ao Município pelas Transferências Correntes representam 49,91% das Receitas Totais e 52,85% das Receitas Correntes arrecadadas este ano. (Quadro n.º 3 e n.º 4 e 9 do Anexo I).

VENDA DE BENS

Neste capítulo incluem-se, na generalidade, as receitas, quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento. Este capítulo apresenta uma receita de 198,94€. (Quadro n.º 3 e n.º 4 e 10 do Anexo I).

SERVIÇOS

A Autarquia presta um conjunto de serviços à comunidade aos quais se encontra associado um preço, calculado com base nos custos de fornecimento dos diversos serviços. Este conjunto de serviços atingiu, em 2014, o montante de 454.099,46€, representando 6,87% das Receitas Totais e 7,27% das Receitas Correntes. Na subrubrica *Outros*, são registadas as verbas provenientes dos protocolos de limpeza de praia com os concessionários, fotocópias, arrematação de lojas nos mercados municipais, fornecimentos de impressos e consumos de energia, água e saneamento do ginásio da piscina municipal. (Quadro n.º3 e Anexo I – Quadro n.º 4 e 10).

RENDAS

O montante de receitas arrecadadas nesta rubrica totalizou 123.398,13€. Na subrubrica outras são registadas as receitas auferidas na renda das habitações sociais na torreira, rendas de concessão de edifícios municipais (Cafeteria-Bar do Monte Branco, Porta de Entrada, Cafeteria Bar do Parque Municipal da Saldida e Ginásio da Piscina Municipal), na concessão do parque de campismo e do aluguer do espaço destinado a uso e ocupação de antenas. Estas receitas representam 1,87% das Receitas Totais e 1,98% das Receitas Correntes. (Anexo I – Quadro n.º 4 e 10 e Quadro n.º3).

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Esta rubrica tem um carácter residual, englobando as receitas que pela sua natureza não possam ser incluídas em nenhuma das rubricas anteriores. O montante de receitas arrecadadas nesta rubrica totalizou 50.810,22€, sendo registadas nesta rubrica as receitas provenientes de reembolsos de seguros, reembolsos de portes de correios, custas dos processos de contraordenação e créditos de energia elétrica. Estas receitas representam 0,77% das Receitas Totais e 0,81% das Receitas Correntes. (Anexo I – Quadro n.º 4 e 10 e Quadro n.º 3).

RECEITAS DE CAPITAL

VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

Este capítulo compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento. Consideram-se neste capítulo as vendas de bens de capital em qualquer estado, inclusive os que tenham ultrapassado o período máximo de vida útil. Este capítulo desagrega-se em quatro grupos: - Terrenos; - Habitações; - Edifícios e Outros bens de investimento.

Durante o ano de 2014, esta rubrica arrecadou somente o montante de 3.948,40€. Sendo este valor proveniente da concessão de terrenos do cemitério. Este capítulo representa 0,06% das Receitas Totais e 1,07% das Receitas de Capital (Quadro n.º 3 e Anexo I – Quadro n.º 4 e 11).

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Constituem Transferências de Capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital. Incluem-se aqui as receitas relativas a cauções e depósitos de garantia que revertem a favor da entidade, assim como heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados. Abrange também as quantias ou valores apreendidos, bem como a venda de géneros e mercadorias apreendidos e ainda as receitas referentes a fianças - crime quebradas e depósitos de contratos não cumpridos.

As Transferências de Capital, em conjunto com as Transferências Correntes, representam um importante apoio financeiro da Autarquia Local.

No ano de 2014, entraram nos cofres do município 363.854,50€ de fundos relativos a verbas transferidas do orçamento do Estado, provenientes da participação nos impostos do Estado (*Fundo de Equilíbrio Financeiro*) e Participação Comunitária, proveniente do PROMAR- Programa Operacional Pesca e Programa Mais Centro – Programa Operacional Regional do Centro. (Anexo I – Quadros n.º12, n.º 13 e 14).

No âmbito do **PROMAR - Programa Operacional Pesca**, a Autarquia usufruiu uma verba de 6.950,32€, para participação no projeto *Promoção dos Recursos Endógenos da Ria – Conhecer, Usufruir e Preservar* e do Programa **Mais Centro - Programa Operacional Regional do Centro** uma verba de 28.280,22€, para participação da obra: *“Edifício dos Antigos Paços do Concelho – Remodelação*. (Anexo I – Quadros n.º13 e n.º 14).

4.3.2 ANÁLISE DAS DESPESAS

As despesas realizadas pela Autarquia, no ano de 2014, cifraram-se em 6.770.450,33€, verificando-se um decréscimo de cerca de 2,29%, em relação aos gastos efetuados no exercício económico de 2013.

Quadro nº 15

unid: euro

| DESPESAS | 2014 | % | 2013 | % | 2012 | % | 2011 | % |
|----------------------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|
| Despesas Correntes | 3.984.159,47 | 58,85% | 3.937.440,85 | 56,83% | 3.597.090,52 | 37,68% | 3.636.918,44 | 42,71% |
| Despesas de Capital | 2.786.290,86 | 41,15% | 2.991.441,14 | 43,17% | 5.949.967,60 | 62,32% | 4.878.155,08 | 57,29% |
| Despesas Totais | 6.770.450,33 | 100,00% | 6.928.881,99 | 100,00% | 9.547.058,12 | 100,00% | 8.515.073,52 | 100,00% |

Pela análise do quadro nº15, conclui-se que as Despesas Correntes correspondem a 3.984.159,47€ e as de Capital 2.786.290,86€. As despesas correntes sofreram um acréscimo de cerca de 1,19% e as despesas de capital um decréscimo de 6,86% relativamente ao ano anterior.

A rubrica Aquisição de Bens e Serviços constituíram as despesas, de natureza corrente, com maior peso representativo, correspondendo a 43,83% das Despesas Correntes e 25,79% das Despesas Totais.

Outros dos gastos correntes, com relevância financeira, foram os verificados com as Despesas com o Pessoal, representando 43,54% das Despesas Correntes e 25,62% das Despesas Totais.

As despesas de Investimento representam 90,82% das Despesas de Capital e 37,37% das Despesas Totais, sendo a rubrica Construções Diversas responsável por 35,87% das Despesas de Capital e 14,76% das Despesas Totais (Quadro n.º16 e Anexo I – Quadro n.º17).

Quadro nº 16

unid: euro

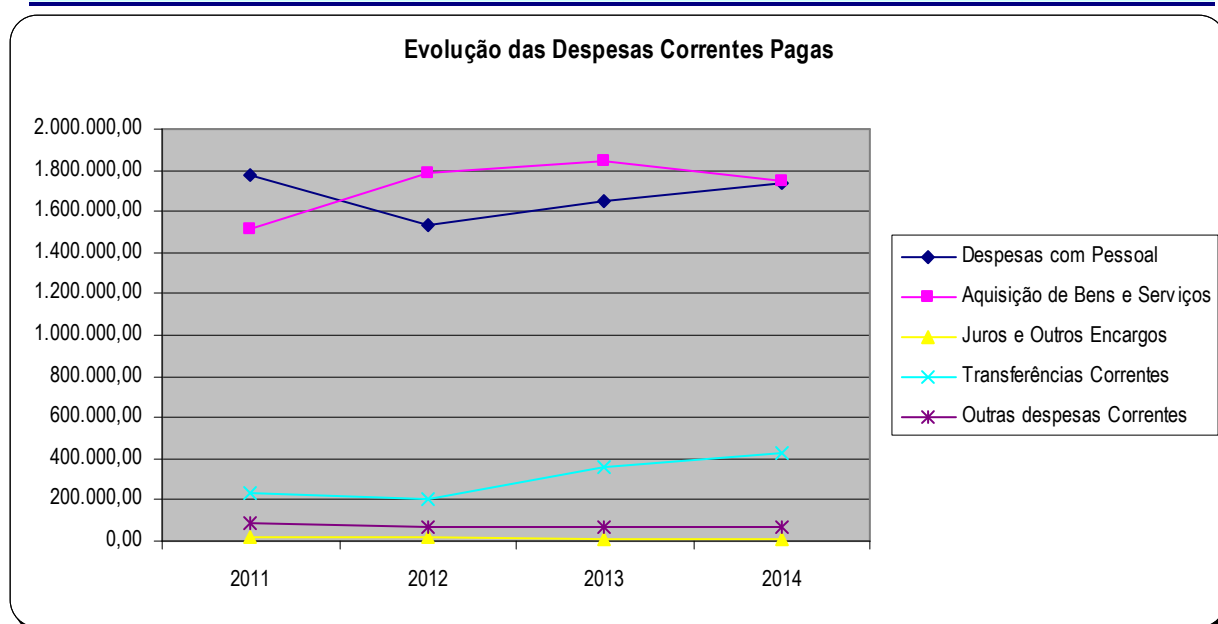
| DESPESAS CORRENTES | VALOR | % | DESPESAS DE CAPITAL | VALOR | % |
|-------------------------------------|---------------------|----------------|--------------------------------------|---------------------|----------------|
| Pessoal | 1.734.599,86 | 43,54% | Investimentos | 2.530.406,18 | 90,82% |
| Aquisição de Bens e Serviços | 1.746.065,69 | 43,83% | Terrenos | 227.156,22 | 8,15% |
| Aquisição de Bens | 265.482,86 | 6,66% | Habitações | 327.490,80 | 11,75% |
| Aquisição de Serviços | 1.480.582,83 | 37,16% | Edifícios | 336.767,76 | 12,09% |
| Juros e Outros Encargos | 9.088,28 | 0,23% | Construções Diversas | 999.340,58 | 35,87% |
| Juros da Dívida Pública | 9.088,28 | 0,23% | Melhoramentos Fundiários | 10.553,19 | 0,38% |
| Outros | 0,00 | 0,00% | Material de Transporte | 218.094,20 | 7,83% |
| Transferências Correntes | 427.345,43 | 10,73% | Equipamento de Informática | 87.360,57 | 3,14% |
| Administração Central | 75.964,23 | 1,91% | Software Informático | 10.928,93 | 0,39% |
| Administração Local | 39.002,94 | 0,98% | Equipamento Administrativo | 51.698,54 | 1,86% |
| Instituições sem fins lucrativos | 168.829,51 | 4,24% | Equipamento Básico | 170.916,89 | 6,13% |
| Famílias | 143.548,75 | 3,60% | Ferramentas e Utensílios | 4.084,11 | 0,15% |
| Subsídios | 0,00 | 0,00% | Investimentos Incorpóreos | 77.705,25 | 2,79% |
| Outras Despesas Correntes | 67.060,21 | 1,68% | Outros Investimentos | 8.309,14 | 0,30% |
| | | | Transferências de Capital | 89.972,65 | 3,23% |
| | | | Administração Local | 75.388,46 | 2,71% |
| | | | Instituições sem fins lucrativos | 14.584,19 | 0,52% |
| | | | Ativos Financeiros | 0,00 | 0,00% |
| | | | Passivos Financeiros | 165.912,03 | 5,95% |
| | | | Amort. Emp. Contraídos M/L Prazo | 165.912,03 | 5,95% |
| Totais de Despesas Correntes | 3.984.159,47 | 100,00% | Totais de Despesas de Capital | 2.786.290,86 | 100,00% |

DESPESAS CORRENTES

As despesas correntes no ano de 2014 ascenderam a 3.984.159,47€, estando agrupadas pelas rubricas das despesas com o Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços, Juros e Outros Encargos, Transferências Correntes, Subsídios e Outras Despesas Correntes. No quadro seguinte, poderemos analisar a evolução das despesas correntes, ao longo de quatro anos.

Quadro nº 18

| Evolução das Despesa Correntes | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Despesas com Pessoal | 1.777.789,41 | 1.529.814,08 | 1.649.845,28 | 1.734.599,86 |
| Aquisição de Bens e Serviços | 1.517.050,95 | 1.781.592,56 | 1.846.119,77 | 1.746.065,69 |
| Juros e Outros Encargos | 24.108,94 | 14.861,77 | 9.296,46 | 9.088,28 |
| Transferências Correntes | 234.638,71 | 200.358,00 | 364.045,72 | 427.345,43 |
| Outras despesas Correntes | 83.330,43 | 70.464,11 | 68.133,62 | 67.060,21 |
| TOTAL | 3.636.918,44 | 3.597.090,52 | 3.937.440,85 | 3.984.159,47 |



Seguidamente analisaremos cada um destes agrupamentos de despesa.

DESPESAS COM PESSOAL

Nesta rubrica são consideradas todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Autarquia tanto aos seus trabalhadores e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço à Autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou avença.

Durante o ano de 2014, as despesas com o pessoal ascenderam a 1.734.599,86€, dos quais 1.239.674,14€ foram de Remunerações Certas e Permanentes com o Pessoal, 58.478,71€ relativos a Abonos Variáveis ou Eventuais e 436.447,01€ referentes a Segurança Social. (Quadro n.º19).

A rubrica de *Remunerações Certas e Permanentes*, representam 71,47% das Despesas com Pessoal (Anexo I -Quadro n.º 20) e apresenta um acréscimo relativamente ao ano de 2013 de 2,82% (+ 33.969,45€), justificado fundamentalmente pelo aumento das rubricas de Pessoal em Qualquer Outra Situação, um aumento de 414,81% (estão aqui englobados os 3 estágios profissionais realizados no Município da Murtosa, o adjunto do Sr. Presidente da Câmara e 3 trabalhadores ao abrigo da Medida Estágio Emprego), Pessoal Aguardando Aposentação, um aumento de 61,72% e

Titulares Órgãos Autárquicos, um aumento de 47,94% (refere-se que o órgão executivo, passou a ter na sua gestão 6 vereadores, dois quais 3 em regime de permanência) e Despesas de Representação, um aumento de 31,53%. (Quadro n.º19).

Os *Abonos Variáveis e Eventuais*, representam apenas 3,37% das despesas com pessoal (Anexo I -Quadro n.º20), correspondendo a um acréscimo de 25,47% (+ 11.869,18€) relativamente ao ano de 2013, justificado pelo aumento dos encargos com os membros dos órgãos executivo (4 vereadores) e deliberativo (25 membros) e com as despesas em horas extraordinárias. (Quadro n.º19).

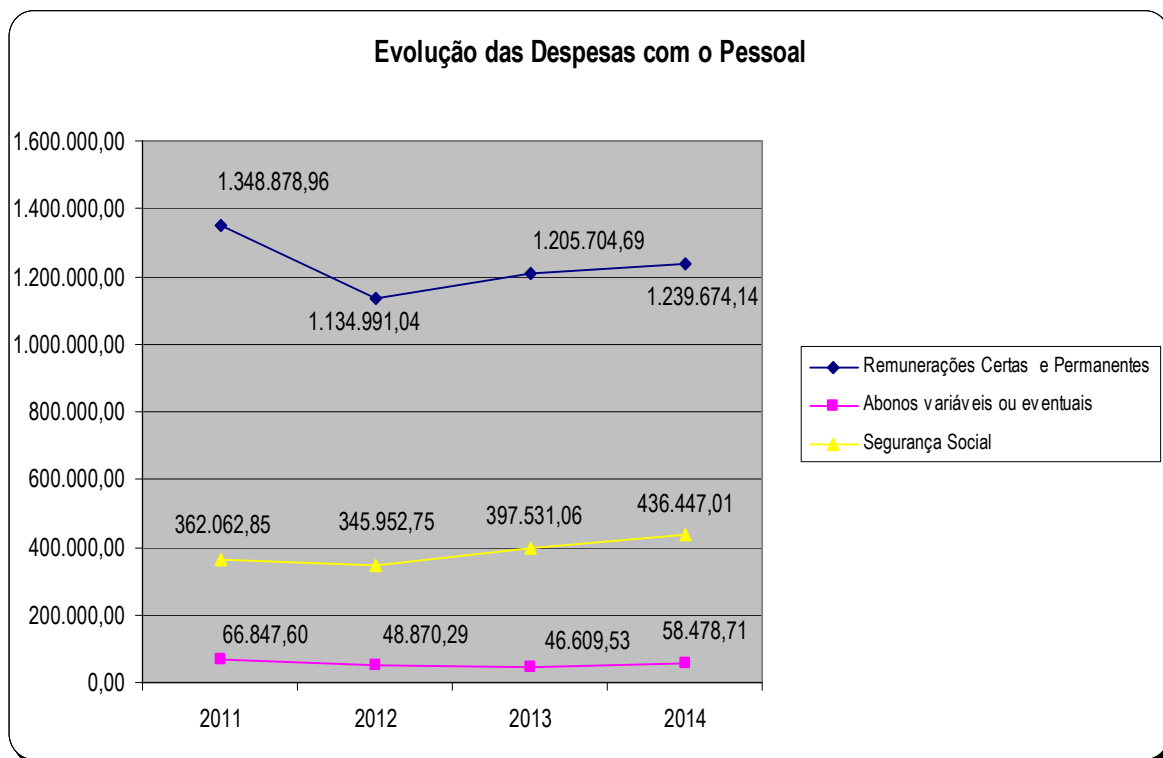
A rubrica *Segurança Social*, representa 25,16% das Despesas com o Pessoal (Anexo I -Quadro n.º20), apresentado um acréscimo de 9,79% relativamente ao exercício de 2013 (+ 38.915,95€), justificado pelo aumento dos Seguros com Pessoal e com as Contribuições para a Segurança Social (Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social).

No quadro seguinte, apresentamos a evolução ao longo dos quatro anos dos agrupamentos da despesa com o pessoal.

Quadro n.º 19

unid:euro

| Evolução das Despesa com o Pessoal | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Δ Absoluta | Δ % |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|---------------|
| Despesas com o Pessoal | | | | | | |
| Remunerações Certas e Permanentes | 1.348.878,96 | 1.134.991,04 | 1.205.704,69 | 1.239.674,14 | 33.969,45 | 2,82% |
| Titulares órgãos sob. e membros órgãos autárquicos | 83.275,88 | 57.427,20 | 63.699,90 | 94.237,43 | 30.537,53 | 47,94% |
| Pessoal dos quadros-regime contrato ind.trabalho | 885.881,33 | 843.906,64 | 831.418,30 | 777.267,73 | -54.150,57 | -6,51% |
| Pessoal contratado a termo | 11.024,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Pessoal em regime de tarefa ou avença | 29.643,00 | 28.044,00 | 28.044,00 | 27.374,28 | -669,72 | -2,39% |
| Pessoal aguardando aposentação | 6.322,43 | 2.409,53 | 2.102,56 | 3.400,29 | 1.297,73 | 61,72% |
| Pessoal em qualquer outra situação | 0,00 | 0,00 | 10.190,58 | 52.461,85 | 42.271,27 | 414,81% |
| Representação | 24.546,49 | 17.598,84 | 17.737,85 | 23.331,03 | 5.593,18 | 31,53% |
| Suplementos e Prémios | 5.617,57 | 7.424,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Subsídio Refeição | 89.968,90 | 86.411,99 | 84.025,06 | 84.528,92 | 503,86 | 0,60% |
| Subsídio de Férias e de Natal | 177.375,50 | 57.002,97 | 151.201,82 | 159.504,43 | 8.302,61 | 5,49% |
| Remunerações por doença e maternidade/paternidade | 35.223,38 | 34.765,78 | 17.284,62 | 17.568,18 | 283,56 | 1,64% |
| Abonos variáveis ou eventuais | 66.847,60 | 48.870,29 | 46.609,53 | 58.478,71 | 11.869,18 | 25,47% |
| Horas extraordinárias | 48.795,53 | 40.575,80 | 32.351,31 | 35.741,85 | 3.390,54 | 10,48% |
| Alimentação e alojamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Ajudas de Custo | 456,80 | 677,10 | 1.859,47 | 1.178,88 | -680,59 | -36,60% |
| Abono para falhas | 2.975,97 | 3.029,26 | 2.952,14 | 2.833,35 | -118,79 | -4,02% |
| Indemnizações por cessação de funções | 12.604,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Outros suplementos e prémios | 2.014,98 | 4.588,13 | 9.446,61 | 18.724,63 | 9.278,02 | 98,22% |
| Segurança Social | 362.062,85 | 345.952,75 | 397.531,06 | 436.447,01 | 38.915,95 | 9,79% |
| Encargos com saúde | 121.377,35 | 127.517,57 | 128.034,23 | 125.724,44 | -2.309,79 | -1,80% |
| Outros encargos com saúde | 17.039,99 | 16.125,76 | 12.241,07 | 13.180,40 | 939,33 | 7,67% |
| Subsídio Familiar a crianças e jovens | 8.405,77 | 8.707,37 | 7.397,82 | 5.476,46 | -1.921,36 | -25,97% |
| Outras prestações familiares | 1.826,14 | 5.030,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Contribuições para a segurança social | 183.399,36 | 149.984,21 | 219.975,36 | 272.464,42 | 52.489,06 | 23,86% |
| Outras pensões | 6.830,08 | 2.862,08 | 20.554,25 | 7.212,01 | -13.342,24 | -64,91% |
| Seguros | 16.236,58 | 17.599,74 | 7.563,01 | 10.326,26 | 2.763,25 | 36,54% |
| Outras despesas de segurança social | 6.947,58 | 18.125,38 | 1.765,32 | 2.063,02 | 297,70 | 16,86% |
| TOTAL | 1.777.789,41 | 1.529.814,08 | 1.649.845,28 | 1.734.599,86 | 84.754,58 | 5,14% |



Limites Legais de despesa com o Pessoal:

O artigo 10º da Lei n.º 44/85, de 13 de setembro, dispõe o seguinte:

as despesas efetuadas com o pessoal do quadro não poderão exceder 60% das receitas correntes do ano anterior ao respetivo exercício;

as despesas com o pessoal pago pela rubrica “pessoal em qualquer outra situação” não poderão ultrapassar os 25% do limite dos encargos referidos no número anterior.

Segundo a Direção Geral das Autarquias Locais a expressão “despesas com o pessoal” está utilizada em sentido restrito referindo-se exclusivamente a “remunerações certas e permanentes”.

Após a análise do mapa dos limites legais de despesas com o pessoal, do anexo II, podemos concluir que, o limite legal das despesas com o pessoal tanto do quadro (contrato Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado) como em qualquer outra situação, não foi posto em causa, visto que para o pessoal do quadro a percentagem de utilização verificada foi de 27,05% e para o pessoal em qualquer outra situação foi de 10,25%.

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

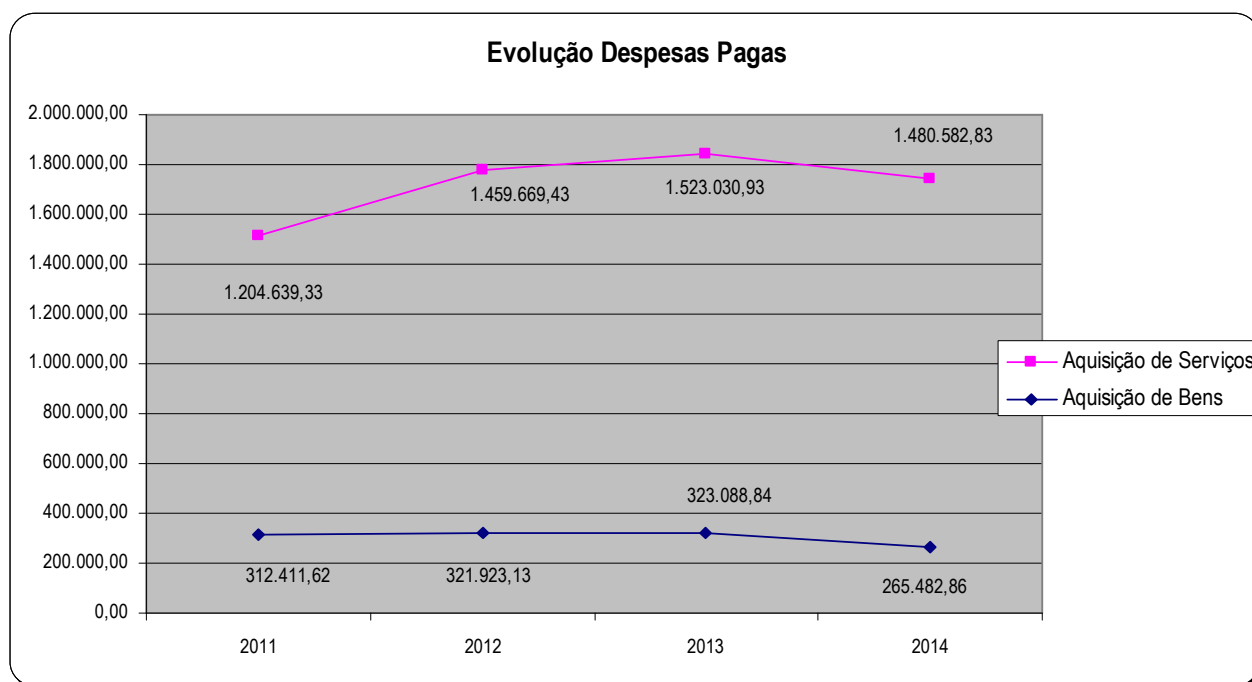
Neste agrupamento incluem-se, de um modo geral, as despesas quer com bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital quer, ainda, com a aquisição de serviços.

As despesas com aquisição de bens e serviços correntes no exercício económico de 2014, ascendem a 1.746.065,69€, representando 25,79% das Despesas Totais e 43,83% das Despesas Correntes, representando um decréscimo de 5,73% relativamente ao ano de 2013. (Quadros n.º16 e 21 e quadro n.º 20 do Anexo I).

Quadro nº 21

unid: euro

| Aquisição de Bens e Serviços | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Δ Absoluta | Δ % |
|------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------|---------------|
| Aquisição de Bens | 312.411,62 | 321.923,13 | 323.088,84 | 265.482,86 | -57.605,98 | -17,83% |
| Aquisição de Serviços | 1.204.639,33 | 1.459.669,43 | 1.523.030,93 | 1.480.582,83 | -42.448,10 | -2,79% |
| Total | 1.517.050,95 | 1.781.592,56 | 1.846.119,77 | 1.746.065,69 | -100.054,08 | -5,73% |



AQUISIÇÃO DE BENS

Nesta rubrica classifica-se a aquisição dos bens que em regra tenham, pelo menos, um ano de duração, devendo por isso ser inventariáveis e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são concretizáveis como bens de capital (investimento). Incluem, igualmente, os bens que são correntemente consumidos na produção ou com uma presumível duração útil não superior a um ano, não sendo, por isso, inventariáveis.

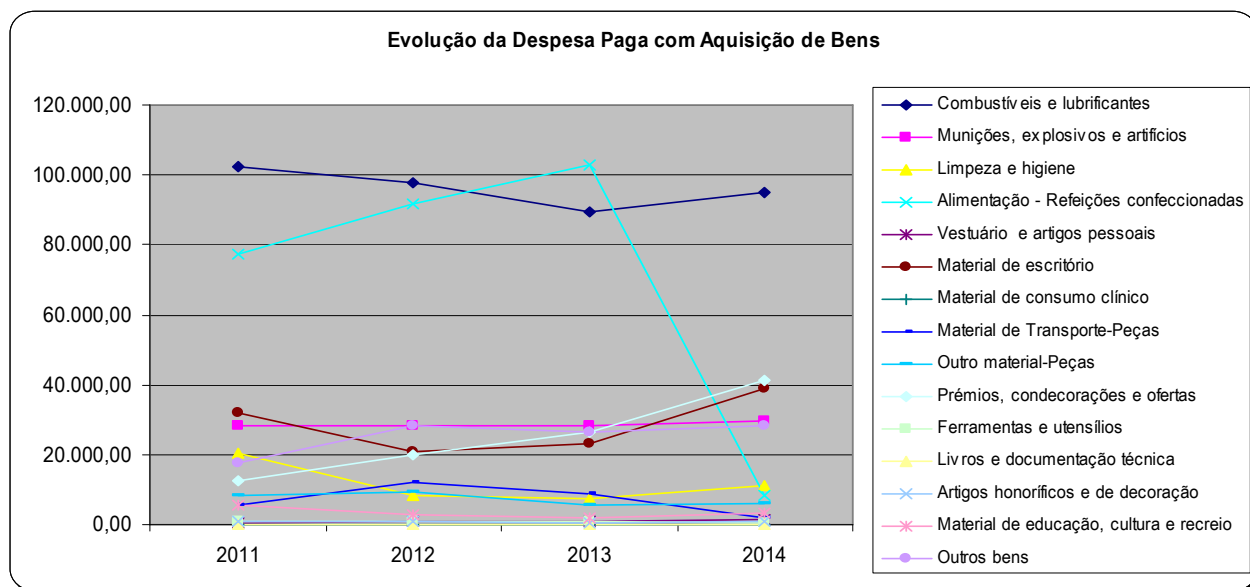
As despesas com aquisição de bens cifraram-se em 265.482,86€ e representa 3,92% das Despesas Totais e 6,66% das Despesas Correntes. Sendo os *Combustíveis e Lubrificantes* a subrubrica que mais contribui, correspondendo a 35,69% do valor total da rubrica Aquisição de Bens, seguindo-se as aquisições com *Prémios, Condecorações e Ofertas, Material de Escritório, Munições, Explosivos e Artíficos, Outros Bens e Limpeza e Higiene*, com 15,53%, 14,57%, 11,17%, 10,66% e 4,15%, respetivamente (Anexo I – Quadro n.º22). Salienta-se que, na subrubrica *Outros Bens*, estão considerados diversos bens, designadamente: inertes, fertilizantes e herbicidas, pregos, abraçadeiras, porcas e parafusos, tintas, lâmpadas, vidros, luvas, diluente, sacos de terra, baldes, mangueiras, colas, chapas e barras de ferro, elétrodos, troncos de pinho, manga plástica, válvulas, tomadas, correntes e discos para motosserra, folhas de lixa, rede plastificada, fita sinalizadora, pilhas, sacos plástico, corda, etc.

No quadro seguinte podemos analisar a evolução das despesas pagas com a aquisição de bens.

Quadro nº 23

| Aquisição de Bens | unid: euro | | | | | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|
| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Δ Absoluta | Δ % |
| Combustíveis e lubrificantes | 102.304,85 | 97.664,68 | 89.577,19 | 94.759,19 | 5.182,00 | 5,78% |
| Munições, explosivos e artificios | 28.044,00 | 28.044,00 | 28.413,00 | 29.643,00 | 1.230,00 | 4,33% |
| Limpeza e higiene | 20.595,37 | 8.384,67 | 7.553,25 | 11.008,49 | 3.455,24 | 45,75% |
| Alimentação - Refeições confeccionadas | 77.453,66 | 91.683,78 | 103.044,28 | 8.484,64 | -94.559,64 | -91,77% |
| Vestuário e artigos pessoais | 398,69 | 788,57 | 826,97 | 1.214,84 | 387,87 | 46,90% |
| Material de escritório | 32.073,38 | 20.716,70 | 23.111,89 | 38.693,85 | 15.581,96 | 67,42% |
| Material de consumo clínico | 66,45 | 0,00 | 213,45 | 22,70 | -190,75 | -89,37% |
| Material de Transporte-Peças | 5.693,71 | 12.048,06 | 8.578,17 | 1.685,87 | -6.892,30 | -80,35% |
| Outro material-Peças | 8.263,50 | 9.445,43 | 5.725,83 | 5.859,58 | 133,75 | 2,34% |
| Prémios, condecorações e ofertas | 12.336,35 | 20.031,76 | 26.383,85 | 41.231,29 | 14.847,44 | 56,27% |
| Ferramentas e utensílios | 924,97 | 1.094,43 | 762,18 | 599,37 | -162,81 | -21,36% |
| Livros e documentação técnica | 0,00 | 51,66 | 0,00 | 12,00 | 12,00 | 0,00% |
| Artigos honoríficos e de decoração | 1.100,92 | 924,83 | 614,78 | 805,92 | 191,14 | 31,09% |
| Material de educação, cultura e recreio | 5.394,72 | 2.560,36 | 1.825,50 | 3.168,03 | 1.342,53 | 73,54% |
| Outros bens | 17.761,05 | 28.484,20 | 26.458,50 | 28.294,09 | 1.835,59 | 6,94% |
| TOTAL | 312.411,62 | 321.923,13 | 323.088,84 | 265.482,86 | -57.605,98 | -17,83% |

Da análise efetuada ao quadro anterior, verificamos que, quase todas as rubricas tiveram acréscimos relativamente ao ano anterior, verificando-se, no entanto, uma diminuição significativa (91,77%) da rubrica Alimentação – Refeições confeccionadas, justificado pelo facto das refeições, fornecidas ao 1.º Ciclo e ao Pré-Escolar, terem passado para a responsabilidade direta do Agrupamento de Escolas, continuando a Autarquia a suportar o custo, materializado na transferência das verbas correspondentes ao Agrupamento de Escolas. Passando este custo a onerar a rubrica de transferências que será analisada mais à frente.



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

No ano de 2014, a Autarquia despendeu 1.480.582,83€ na aquisição de serviços, que representa 37,16% das Despesas Correntes e 21,87% das Despesas Totais. As subrubricas com maior peso para a rubrica Aquisição de Serviços foram os *Outros Serviços* (25,07%), *Encargos de Instalações* (24,83%), *Outros Trabalhos Especializados* (17,42%), *Locação de Outros Bens* (9,07%) e *Conservação de Bens* (4,94%). (Anexo I – Quadro n.º 24).

Na subrubrica *Outros Trabalhos Especializados*, as despesas mais importantes e que mais pesaram foram: o Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos – ERSUC (136.178,38€). Nesta subrubrica incluem-se, ainda, as despesas realizadas com serviço de sonorização em arraiais, taxas de manutenção de programas informáticos (da AIRC), inspeções e reinspeções de veículos automóveis, serviços de desinfestação nas escolas, serviços de análises água, Piscina Municipal subscrição da plataforma de contratação pública, fiscalização e coordenação de segurança de empreitadas, custos inerentes à organização de eventos culturais, recreativos e desportivos, nomeadamente das festas Concelhias, contratação de animadores para as atividades para a infância, festa do emigrante, atividades diversas, feiras diversas, comemorações temáticas e animações diversas.

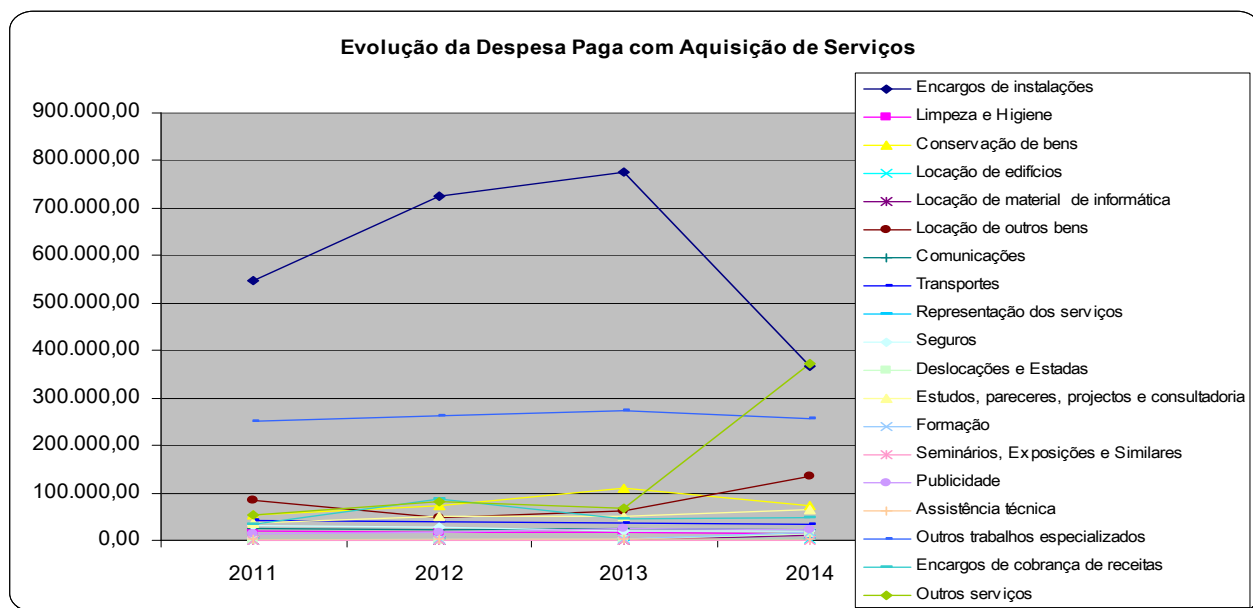
A subrubrica *Outros Serviços*, apresenta despesas com a iluminação pública no âmbito do contrato de concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão, as iluminações das festas concelhias do S. Paio, os encargos com publicação de anúncios, avisos e editais, cativações de receitas para a DGAL, lavagem e aspiração de viaturas, vistorias de edifícios, serviços de impressão gráfica, licenças para realização de eventos culturais, serviços de instalação de baixa tensão EDP, inspeção de elevadores, certificação de projetos de instalação elétrica, certificação de assinaturas digitais, diversos serviços no âmbito da semana europeia de cicloturismo.

No quadro seguinte, podemos analisar a evolução das despesas pagas com a aquisição de serviços. Verificamos que existe um decréscimo da rubrica de Encargos de Instalações, em virtude do custo da iluminação pública ser efetuado ao abrigo do contrato de concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão com a EDP e por esse motivo e de acordo com a DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais ser considerada na um outro serviço e não encargos de instalações.

Salienta-se também um acréscimo significativo na rubrica de Formação, devido ao projeto que a Autarquia e a Fundação CEFA desenvolveu no âmbito do POPH – Programa Operacional Potencial Humano denominado “Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local, e na rubrica Locação de Material Informático no âmbito da implementação do projeto SIG – Sistema de Informação Geográfica.

Quadro nº 25

| Aquisição de Serviços | unid: euro | | | | | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------|---------------|
| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Δ Absoluta | Δ % |
| Encargos de instalações | 548.727,52 | 726.087,75 | 776.448,63 | 367.568,22 | -408.880,41 | -52,66% |
| Limpeza e Higiene | 18.923,24 | 18.303,79 | 17.056,15 | 13.795,98 | -3.260,17 | -19,11% |
| Conservação de bens | 54.636,84 | 72.979,48 | 109.099,75 | 73.067,40 | -36.032,35 | -33,03% |
| Locação de edifícios | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 | 1.800,00 | -1.200,00 | -40,00% |
| Locação de material de informática | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.868,88 | 10.868,88 | 0,00% |
| Locação de outros bens | 85.640,63 | 48.181,81 | 61.954,93 | 134.288,04 | 72.333,11 | 116,75% |
| Comunicações | 25.553,49 | 23.522,73 | 24.118,92 | 23.836,80 | -282,12 | -1,17% |
| Transportes | 42.303,49 | 38.114,01 | 37.935,87 | 34.298,14 | -3.637,73 | -9,59% |
| Representação dos serviços | 2.231,21 | 1.428,95 | 613,89 | 1.468,10 | 854,21 | 139,15% |
| Seguros | 30.976,88 | 27.170,87 | 19.306,22 | 21.041,21 | 1.734,99 | 8,99% |
| Deslocações e Estadas | 116,41 | 184,98 | 2.201,56 | 14.936,97 | 12.735,41 | 578,47% |
| Estudos, pareceres, projetos e consultadoria | 38.007,28 | 49.638,11 | 50.786,49 | 64.786,91 | 14.000,42 | 27,57% |
| Formação | 80,00 | 2.711,85 | 2.358,00 | 16.925,92 | 14.567,92 | 617,81% |
| Seminários, Exposições e Similares | 0,00 | 0,00 | 500,00 | 0,00 | -500,00 | -100,00% |
| Publicidade | 14.994,53 | 15.809,32 | 25.585,94 | 22.323,87 | -3.262,07 | -12,75% |
| Assistência técnica | 3.678,86 | 3.677,12 | 3.626,63 | 3.571,25 | -55,38 | -1,53% |
| Outros trabalhos especializados | 251.384,34 | 262.730,83 | 275.070,14 | 257.983,94 | -17.086,20 | -6,21% |
| Encargos de cobrança de receitas | 34.140,00 | 86.637,61 | 44.449,11 | 46.857,15 | 2.408,04 | 5,42% |
| Outros serviços | 53.244,61 | 82.490,22 | 68.918,70 | 371.164,05 | 302.245,35 | 438,55% |
| TOTAL | 1.204.639,33 | 1.459.669,43 | 1.523.030,93 | 1.480.582,83 | -42.448,10 | -2,79% |



JUROS E OUTROS ENCARGOS

O termo “juro” designa habitualmente o montante que o devedor tem a responsabilidade de pagar ao credor ao longo de determinado período pela utilização de um montante de capital.

Nesta rubrica inscrevem-se as despesas referentes aos juros provenientes da contratação de empréstimos bancários, empréstimos por obrigações ou outros, os juros suportados com a locação financeira, bem como os juros a pagar pelo ressarcimento de importâncias provenientes da cobrança de impostos a mais ou indevidamente cobrados. Incluem-se, ainda, outros juros de dívidas contraídas, bem como as despesas inerentes, nomeadamente, a serviços bancários.

Esta rubrica representa apenas 0,13% das Despesas Totais e 0,23% das Despesas Correntes, correspondendo a 9.088,28€, referente essencialmente a Juros dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo (Vários Investimentos, que constam do mapa de empréstimo e Habitação Social na Torreira). (Quadro n.º 16 e Anexo I – Quadro n.º 17 e 26).

Pela análise do quadro abaixo verificamos que os juros da dívida pública têm uma trajetória decrescente acompanhando a evolução da taxa de juro.

| Quadro nº 26 | <i>unid: euro</i> | | | |
|-------------------------------|-------------------|------------------|-----------------|-----------------|
| Juros e Outros Encargo | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
| Juros da dívida pública | 24.102,93 | 14.861,77 | 9.296,46 | 9.088,28 |
| Outros Juros | 4,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Encargos Financeiros | 1,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 24.108,94 | 14.861,77 | 9.296,46 | 9.088,28 |

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com a Autarquia Local.

As importâncias retiradas do rendimento corrente da Autarquia e concedidas, por esta a outras entidades para financiar despesas correntes, sem qualquer contrapartida, somaram 427.345,43€. (Quadro n.º 16 e 28 e Anexo I – Quadro n.º 17, 27).

Os montantes atribuídos estão tipificados no mapa de Transferências Correntes Concedidas.

A rubrica *Administração Central - Fundos e Serviços Autónomos*, apresenta as verbas transferidas para o Agrupamento de Escolas da Murtosa no âmbito da Educação, relativo a despesas de funcionamento e à comparticipação nas refeições escolares ao 1.º Ciclo e Pré-escolar.

Na rubrica *Administração Local*, estão as transferências efetuadas para a Freguesia do Bunheiro no âmbito do Acordo de Execução e as pagas à Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro relativos aos vários projetos intermunicipais existentes (ProRia, Grupo de Ação Costeira, Programação Cultural em Rede, Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, Cartografia, Porto Canal e Projeto de Divulgação dos Municípios).

As transferências pagas na rubrica *Instituições sem Fins Lucrativos*, destinaram-se ao financiamento das despesas correntes ao abrigo do PAC – Programa de Apoio às Coletividades e outras atividades não inseridas neste programa, bem como as transferências efetuadas para a União Europeia de Cicloturismo e Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores da Bicicleta, no âmbito da “Semana Europeia de Cicloturismo” e as realizadas para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Murtosa ao abrigo de protocolo.

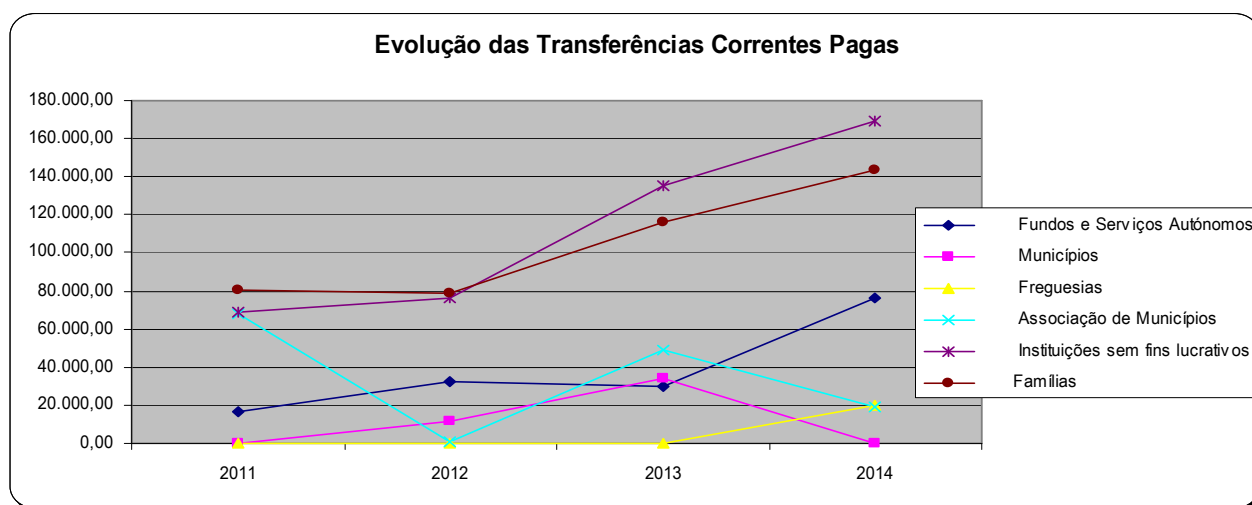
Na rubrica *Família*, a verbas destinaram-se essencialmente ao apoio no âmbito da ação social (subsídios para livros a alunos carenciados (6.629,76€), atribuição de bolsas de estudo (32.646,00€) e apoio ao arrendamento (80.216,00€). As verbas atribuídas no âmbito de atividades culturais destinaram-se essencialmente a prémios de participação nas regatas S. Paio, Festa do Emigrante e Concursos Diversos.

No quadro que se segue podemos analisar a evolução das transferências Correntes.

Quadro nº 28

unid: euro

| Transferências Correntes | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Δ Absoluta | Δ % |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|
| Administração Central | 16.585,00 | 32.641,31 | 29.661,83 | 75.964,23 | 46.302,40 | 156,10% |
| Fundos e Serviços Autónomos | 16.585,00 | 32.641,31 | 29.661,83 | 75.964,23 | 46.302,40 | 156,10% |
| Administração Local | 68.015,13 | 12.317,59 | 82.911,83 | 39.002,94 | -43.908,89 | -52,96% |
| Municípios | 0,00 | 11.688,06 | 34.074,06 | 0,00 | -34.074,06 | -100,00% |
| Freguesias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 100,00% |
| Associação de Municípios | 68.015,13 | 629,53 | 48.837,77 | 19.002,94 | -29.834,83 | -61,09% |
| Instituições sem fins lucrativos | 69.225,60 | 76.332,71 | 135.309,05 | 168.829,51 | 33.520,46 | 24,77% |
| Famílias | 80.812,98 | 79.066,39 | 116.163,01 | 143.548,75 | 27.385,74 | 23,58% |
| TOTAL | 234.638,71 | 200.358,00 | 364.045,72 | 427.345,43 | 63.299,71 | 17,39% |



OUTRAS DESPESAS CORRENTES

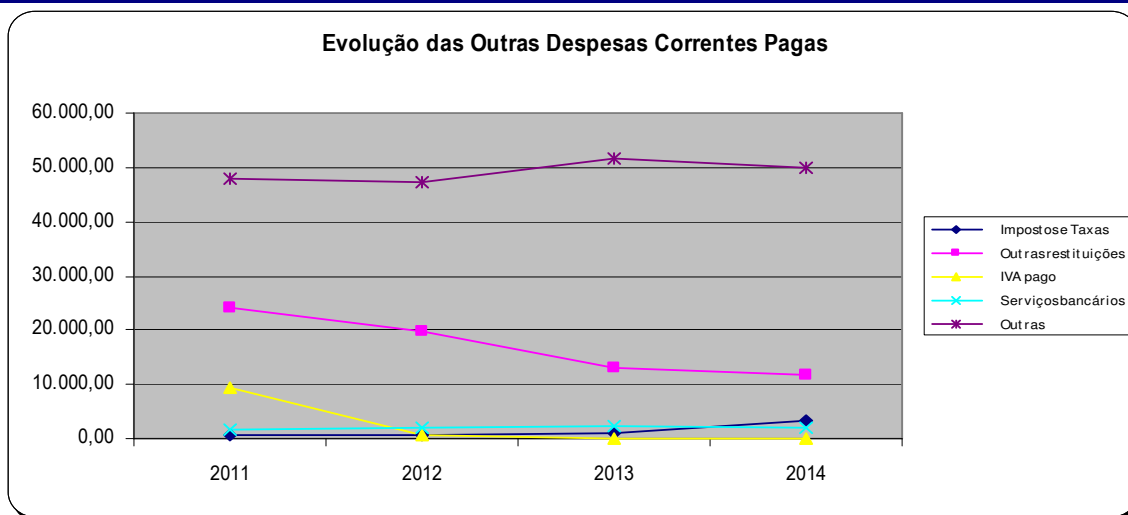
Trata-se de uma rubrica económica com uma função meramente residual, na qual se registam as despesas correntes não incluídas nas restantes rubricas.

Nesta rubrica são registadas todas as despesas relativas a tributação emolumentar referente a registos prediais e de escrituras, coimas e custos de processos, IRC suportado em juros de capitais e dividendos e as quotas anuais à Associação Nacional de Municípios Portugueses e Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro totalizando um montante de 67.060,21€, representando 0,99% das Despesas Totais e 1,68% das Despesas Correntes. (Quadro n.º16 e 30 e Anexo I – Quadro n.º 17 e 29).

Quadro nº 29

unid: euro

| Outras Despesas Correntes | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Δ Absoluta | Δ % |
|---------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|---------------|
| Impostos e Taxas | 720,48 | 769,63 | 1.080,19 | 3.431,13 | 2.350,94 | 217,64% |
| Outras restituições | 23.967,20 | 19.693,33 | 13.089,77 | 11.859,87 | -1.229,90 | -9,40% |
| IVA pago | 9.249,09 | 695,45 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Serviços bancários | 1.545,44 | 1.953,77 | 2.496,50 | 1.848,91 | -647,59 | -25,94% |
| Outras | 47.848,22 | 47.351,93 | 51.467,16 | 49.920,30 | -1.546,86 | -3,01% |
| TOTAL | 83.330,43 | 70.464,11 | 68.133,62 | 67.060,21 | -1.073,41 | -1,58% |

**DESPESAS DE CAPITAL**

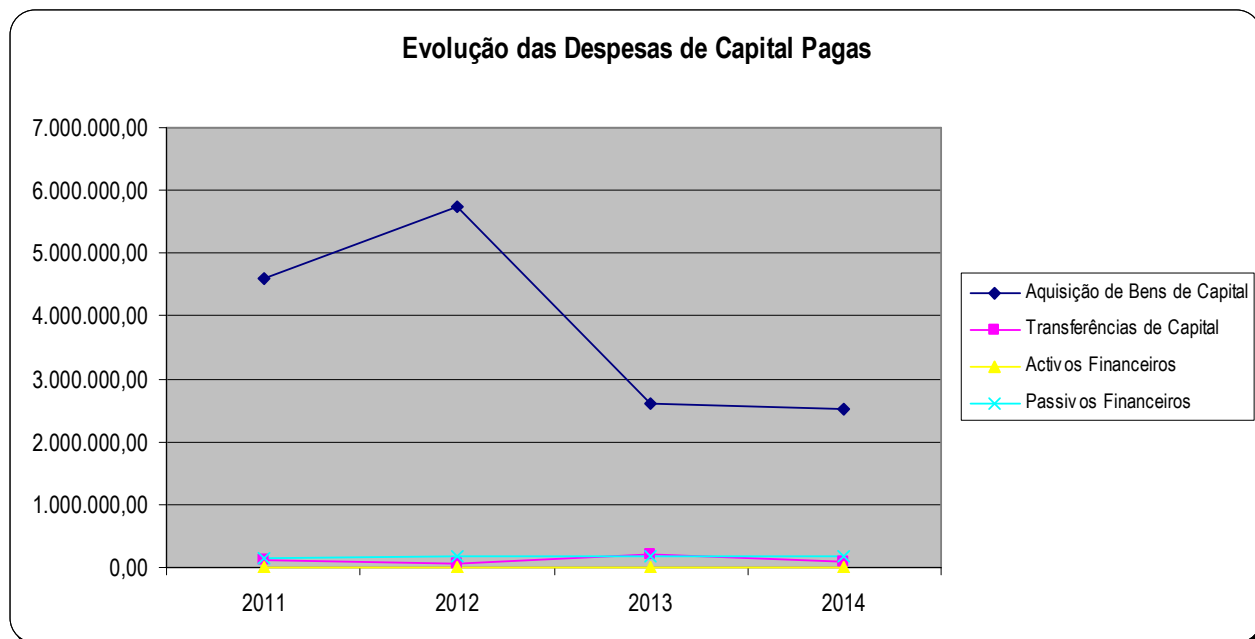
As despesas de capital no ano de 2014 totalizaram 2.786.290,86€, estando agrupadas pelas rubricas das despesas com Aquisição de Bens de Investimento, Transferências de Capital, Ativos Financeiros, Passivos Financeiros e Outras Despesas de Capital.

Seguidamente analisaremos a evolução das Despesas Capital por rubricas de Investimento.

Quadro nº 31

unid: euro

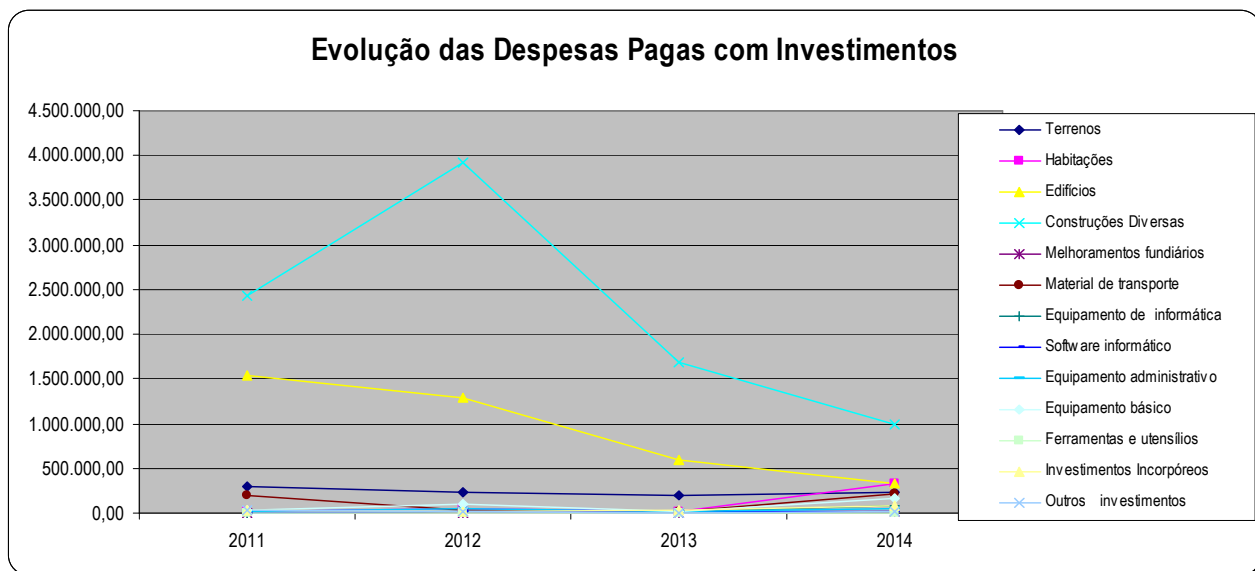
| Evolução das Despesas de Capital | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Δ Absoluta | Δ % |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------|---------------|
| Aquisição de Bens de Capital | 4.602.840,51 | 5.733.696,90 | 2.616.092,62 | 2.530.406,18 | -85.686,44 | -3,28% |
| Transferências de Capital | 118.212,50 | 53.872,69 | 209.880,60 | 89.972,65 | -119.907,95 | -57,13% |
| Ativos Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Passivos Financeiros | 157.102,07 | 162.398,01 | 165.467,92 | 165.912,03 | 444,11 | 0,27% |
| TOTAL | 4.878.155,08 | 5.949.967,60 | 2.991.441,14 | 2.786.290,86 | -205.150,28 | -6,86% |



AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO

As verbas despendidas com investimentos, no ano económico de 2014, atingiram o valor de 2.530.406,18€.

Como se pode ver no quadro n.º 32 (Anexo I), foi privilegiada a intervenção em diferentes áreas, sendo as rubricas *Construções Diversas*, *Edifícios e Habitações* as que mais oneram as despesas de investimento, representando 39,49%, 13,31% e 12,94% respetivamente. Salienta-se que o maior investimento na rubrica *Construções Diversas* refere-se à subrubrica *Viadutos, arruamentos e obras complementares* (27,31%).



Seguidamente apresenta-se um quadro com a evolução das despesas pagas em Investimentos por rubrica e subrubrica.

Quadro nº 33

unid: euro

| Aquisição de Bens de Capital | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Δ Absoluta | Δ % |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------|-----------------|
| Terrenos | 301.335,53 | 237.505,60 | 193.520,05 | 227.156,22 | 33.636,17 | 17,38% |
| Habitacões | 9.311,22 | 55.271,87 | 17.691,40 | 327.490,80 | 309.799,40 | 1751,13% |
| Construções | 9.311,22 | 49.008,12 | 17.691,40 | 327.490,80 | 309.799,40 | 1751,13% |
| Reparação e Beneficiação | 0,00 | 6.263,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Edifícios | 1.541.641,88 | 1.288.522,51 | 595.535,82 | 336.767,76 | -258.768,06 | -43,45% |
| Instalações de serviços | 99.487,18 | 247.217,59 | 40.337,95 | 74.980,78 | 34.642,83 | 85,88% |
| Instalações desportivas e recreativas | 0,00 | 5.056,71 | 6.180,44 | 0,00 | -6.180,44 | -100,00% |
| Mercados e instalações de fiscalização sanitária | 0,00 | 406,08 | 0,00 | 7.851,54 | 7.851,54 | 1,00% |
| Escolas | 1.377.158,22 | 754.878,07 | 54.729,37 | 63.227,52 | 8.498,15 | 15,53% |
| Outros | 64.996,48 | 280.964,06 | 494.288,06 | 190.707,92 | -303.580,14 | -61,42% |
| Construções Diversas | 2.428.615,05 | 3.918.293,35 | 1.693.081,10 | 999.340,58 | -693.740,52 | -40,98% |
| Viadutos, arruamentos e obras complementares | 873.638,94 | 1.166.328,83 | 809.325,04 | 691.067,08 | -118.257,96 | -14,61% |
| Iluminação pública | 8.466,09 | 43.859,86 | 11.298,78 | 1.715,85 | -9.582,93 | -84,81% |
| Parques e jardins | 2.678,43 | 386.185,99 | 204.106,23 | 66.308,62 | -137.797,61 | -67,51% |
| Instalações desportivas e recreativas | 49.957,60 | 278.337,89 | 1.738,73 | 558,42 | -1.180,31 | -67,88% |
| Sinalização e trânsito | 5.222,55 | 5.883,22 | 6.216,05 | 4.323,40 | -1.892,65 | -30,45% |
| Cemitérios | 0,00 | 136.865,50 | 2.354,19 | 0,00 | -2.354,19 | -100,00% |
| Outras | 1.488.651,44 | 1.900.832,06 | 658.042,08 | 235.367,21 | -422.674,87 | -64,23% |
| Melhoramentos fundiários | 2.635,82 | 4.160,56 | 2.089,26 | 10.553,19 | 8.463,93 | 405,12% |
| Material de transporte | 203.247,20 | 26.765,06 | 23.967,46 | 218.094,20 | 194.126,74 | 809,96% |
| Recolha de resíduos | 183.381,98 | 1.268,13 | 9.810,66 | 1.590,44 | -8.220,22 | -83,79% |
| Outro | 19.865,22 | 25.496,93 | 14.156,80 | 216.503,76 | 202.346,96 | 1429,33% |
| Equipamento de informática | 1.402,80 | 13.680,78 | 14.901,54 | 87.360,57 | 72.459,03 | 486,25% |
| Software informático | 0,00 | 19.810,56 | 15.861,87 | 10.928,93 | -4.932,94 | -31,10% |
| Equipamento administrativo | 21.309,10 | 48.820,18 | 8.792,44 | 51.698,54 | 42.906,10 | 487,99% |
| Equipamento básico | 38.491,57 | 91.146,28 | 22.308,57 | 170.916,89 | 148.608,32 | 666,15% |
| Equipamento de recolha de resíduos | 5.728,11 | 6.105,11 | 6.236,10 | 8.999,57 | 2.763,47 | 44,31% |
| Outro | 32.763,46 | 85.041,17 | 16.072,47 | 161.917,32 | 145.844,85 | 907,42% |
| Ferramentas e utensílios | 1.325,15 | 4.605,47 | 1.836,61 | 4.084,11 | 2.247,50 | 122,37% |
| Investimentos Incorpóreos | 27.526,06 | 15.422,64 | 26.506,50 | 77.705,25 | 51.198,75 | 193,16% |
| Outros investimentos | 25.999,13 | 9.692,04 | 0,00 | 8.309,14 | 8.309,14 | 100,00% |
| TOTAL | 4.602.840,51 | 5.733.696,90 | 2.616.092,62 | 2.530.406,18 | -85.686,44 | -3,28% |

Pela análise do balancete das Grandes Opções de Plano poder-se-ão verificar os projetos, programas e objetivos, que obtiveram desenvolvimento financeiro durante o exercício económico em análise.

No anexo II – no mapa da situação dos contratos, apresenta-se a lista das adjudicações de obras públicas, mais significativas, efetuadas pelo Município em 2014, assim como, o valor, a forma de atribuição e entidades adjudicatárias. Nesse anexo efetua-se a descrição de alguns trabalhos executados por administração direta e obras executadas e em execução por empreitada. Apresenta-se, ainda, a listagem de alguns planos em execução na área do ordenamento do território.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas de capital, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com a Autarquia Local.

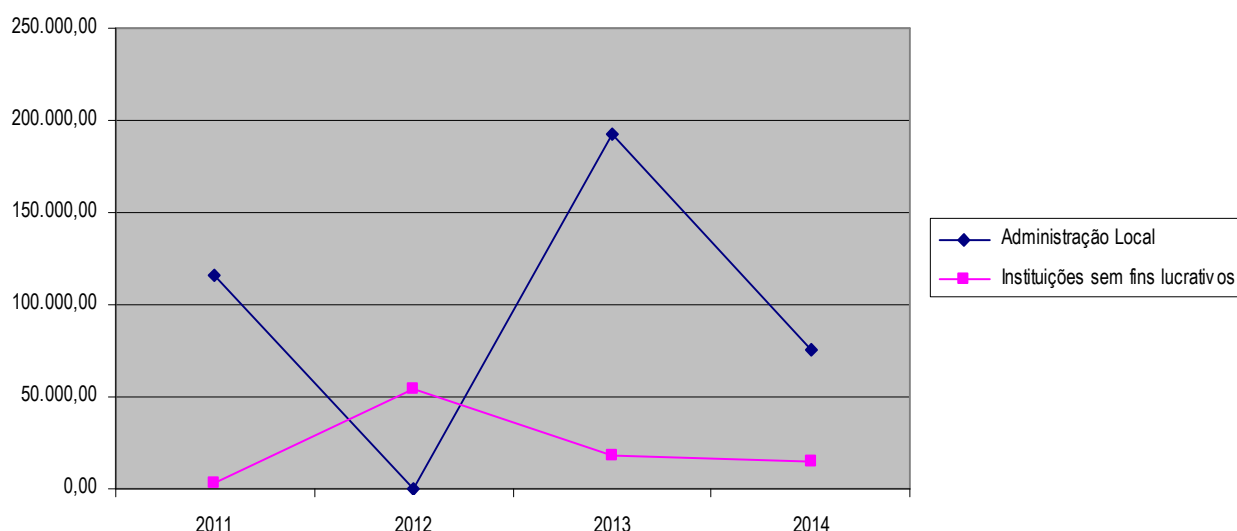
A concessão de verbas, pertencentes ao rendimento de capital do Município, a outras entidades, sem qualquer contrapartida, para financiar despesas de capital totalizou 89.972,65€.

Quadro nº 34

unid: euro

| Transferências de Capital | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| Administração Local | 115.472,50 | 0,00 | 192.205,94 | 75.388,46 |
| Municípios | 0,00 | 0,00 | 192.205,94 | 75.388,46 |
| Associações de Municípios | 115.472,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Instituições sem fins lucrativos | 2.740,00 | 53.872,69 | 17.674,66 | 14.584,19 |
| TOTAL | 118.212,50 | 53.872,69 | 209.880,60 | 89.972,65 |

Evolução das Transferências de Capital Pagas



Estas transferências, destinaram-se a compartilhar o Município de Estarreja no âmbito do Projeto CicloRia (75.388,46€) e a Instituições sem Fins Lucrativos (14.584,19€) ao abrigo do Programa de Apoio às Coletividades. (Quadro n.º 15 e 34 e Anexo I – Quadro n.º 17 e 35).

Os montantes atribuídos estão discriminados, no mapa das Transferências de Capital Concedidas.

ATIVOS FINANCEIROS

Este agrupamento económico contabiliza as operações financeiras com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação.

O Município da Murtosa participa no capital social de algumas sociedades concessionárias de exploração de sistemas multimunicipais, que conjugam capitais privados e públicos, as quais garantem a execução global de projetos de serviços básicos, nomeadamente, projetos relativos ao saneamento, águas residuais, distribuição de gás natural, tratamento de resíduos sólidos e distribuição de água.

As sociedades em que o município participa são:

LUSITÂNIAGÁS - Companhia de Gás do Centro, S.A.

A Lusitâniagás, S.A., com sede em Aveiro, foi constituída para exploração da rede de distribuição regional do gás natural e construção das respetivas infraestruturas.

Atualmente, o capital social desta sociedade anónima de capitais mistos é de 20.500.000,00€, valores que resultaram da redenominação do capital para euros e do aumento de capital social por incorporação de reservas. Assim, a parcela de participação deste Município é de 4.400,00€, correspondente a 4.400 Ações e a 0,021% do Capital Social da Empresa.

No ano em causa não se procedeu a qualquer subscrição de ações desta empresa.

 ERSUC - Resíduos Sólidos de Coimbra, S.A.

A concessão da exploração do sistema multimunicipal de valorização e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, da região do Litoral Centro, foi atribuída à sociedade anónima ERSUC, S.A. Esta Sociedade com sede em Coimbra tem um capital social de 8.500.000,00€, após o aumento de capital social.

A parcela de participação no Capital Social desta empresa é de 35.970,00€, correspondente a 7.194 ações e a 0,423% do Capital Social da Empresa.

 SIMRIA - Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S.A.

Esta sociedade explora em regime de concessão o sistema multimunicipal de recolha, tratamento e destino final dos efluentes líquidos provenientes dos Municípios da Ria de Aveiro e tem um capital social após aumento de capital resultante da redenominação e renominalização de 16.712.225,00€.

A participação do Município da Murtosa, nesta sociedade, corresponde a 50.145,00€, correspondente a 10.029 ações e a 0,300% da participação no capital social.

 AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A.

A AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A., com sede em Aveiro, foi constituída para exploração da rede de distribuição regional de água e construção das respetivas infraestruturas. O objetivo é garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económico-financeira do setor, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e ordenamento do território. A participação do estado através da AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, é de 51% do capital social, ficando a subscrição do valor remanescente do capital social para os dez Municípios acionistas das Águas da Região de Aveiro – AdRA (Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos), tem um capital social de 15.000.000,00€.

A participação do Município da Murtosa, nesta sociedade, corresponde a 7.350,00€, correspondente a 0,049% do capital social.

SERVIÇO DE DÍVIDA

 Empréstimos

A Autarquia não efetuou qualquer empréstimo de curto prazo durante o ano de 2014.

No ano de 2000, a Autarquia contraiu um empréstimo de médio e longo prazo no valor de 1.695.912,86€, que foi repartido por duas instituições de crédito (C.G.D. e B.P.I).

Os contratos celebrados com as referidas instituições de crédito estabeleceram um período de utilização e diferimento de 24 meses de prazo, ou seja, nos dois primeiros anos a Autarquia teve apenas como encargos os juros. Este prazo expirou no início do ano de 2002. Neste momento, a Autarquia encontra-se também a amortizar o empréstimo.

Este empréstimo destinou-se a financiar as seguintes obras do plano de atividades: -“ Abastecimento de Água às Quintas do Norte - Execução da Obra”; “Aquisição de Terrenos Zona Industrial Bunheiro-2ª Fase”; “Execução da Obra de Remodelação da Escola n.º1 da Murtosa”; “Beneficiação da EN 109-5 (entre Estarreja e Esteiro)”; - “Construção da Rede de Esgotos da Torreira – 2ª Fase” e “Remodelação do Largo da Varina – 2ª Fase”.

No ano de 2009, a Autarquia contraiu novo empréstimo para a Habitação Social na Torreira ao Banco BPI, S.A., no âmbito do acordo de colaboração do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) ao abrigo do PROHABITA – Programa de Financiamento para Acesso à Habitação e do Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de junho.

O contrato celebrado com a referida instituição de crédito estabelece um período de utilização e diferimento de 18 meses de prazo, ou seja, durante este período a Autarquia teve apenas como encargos os juros. O prazo máximo do empréstimo é de 20 anos e destinou-se à construção de 51 fogos habitacionais na Torreira. Iniciou a amortização de capital em 2011.

Os juros de empréstimos suportados (9.088,28€) no ano económico em análise correspondem a 0,23% das Despesas Correntes e 0,13% das Despesas Totais. As amortizações suportadas (165.912,03€) durante o ano de 2014 correspondem a 5,95% das Despesas de Capital e 2,45% das Despesas Totais. (Quadro n.º16 e Anexo I – Quadro n.º17, 36 e 37).

Endividamento Municipal:

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado RFALEI) veio, no seu art. 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne ao endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais, regendo-se pelos seguintes normativos:

· Artigo 52.º - Definição do limite da dívida total que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;

· O n.º 2 do art.º 52.º do RFALEI - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

No artigo 54.º do RFALEI - Definem quais as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total. As entidades que relevam são:

· Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

· As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, **independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado**, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;

- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs. 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, **proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;**
- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (art.º 61.º).

A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE2014), estipula no n.º 2 do art.º 97.º que "Em 2014, para efeitos da aplicação do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total a considerar é a existente em 31 de dezembro de 2013."

Durante o ano económico em análise, foi calculado o endividamento municipal (dívida total), atingindo no final do ano, o valor de 1.914.387,94€. Refere-se que, a dívida resultante do reconhecimento da subscrição da realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (423.764,99€), não contribui para a dívida total do Município em 2014, tendo por base, a nota explicativa do SATAPOCAL que, refere:

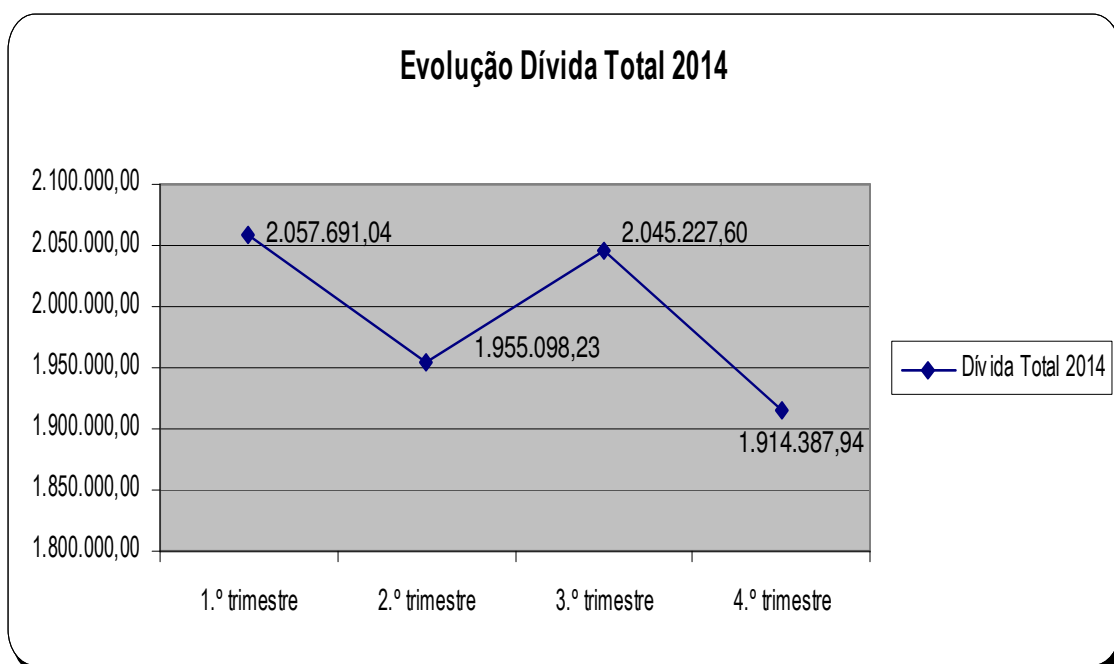
"O Orçamento do Estado para 2015 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Não obstante, uma vez que a obrigação do reconhecimento do passivo ocorre em 2014, com a comunicação do montante a subscrever, e considerando ainda que a dívida total a 1 de janeiro de 2015 corresponde à dívida total a 31 de dezembro de 2014, esclarece-se que o montante subscrito no ano 2014, por razões de comparabilidade, não releva, de igual modo, para o limite da dívida total."

Tendo por base o referido anteriormente e de acordo com o novo conceito de endividamento municipal, a dívida total para o ano económico de 2014 teve por base o seguinte:

| Limite = 1,5 RCLC | Dívida Total 2013 | Margem Disponível | 20% Margem Disponível |
|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|
| 8.006.807,88 | 2.055.352,23 | 5.951.455,65 | 1.190.291,13 |

Em seguida, podemos analisar a evolução da dívida total ao longo do ano por trimestres.

| | 1.º Trimestre | 2.º Trimestre | 3.º Trimestre | 4.º Trimestre |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Total Dívida Município | 1.800.239,67 | 1.721.013,61 | 1.738.808,54 | 1.664.945,47 |
| Total Entidades Intermunicipais e Entidades Associativas | 257.451,37 | 234.084,62 | 306.419,06 | 249.442,47 |
| Dívida Total 2014 | 2.057.691,04 | 1.955.098,23 | 2.045.227,60 | 1.914.387,94 |



DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

A execução das Grandes Opções do Plano no quadro de desenvolvimento da intervenção municipal, apresenta, organizadas por objetivos, programas, projetos e ações, as intervenções sectoriais. São partes integrantes deste documento: o Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e o Mapa de Execução Plurianual das Atividades Mais Relevantes.

Assim, nas Grandes Opções do Plano, consta, para além das despesas de investimento, as restantes despesas de capital (transferências de capital e ativos financeiros) e as despesas de natureza corrente que a Autarquia destacou da sua atividade normal.

Agrupando as **despesas por classificação funcional**, ou seja, de acordo com os objetivos definidos nas Grandes Opções do Plano, e analisando o quadro infra e tendo como base os objetivos definidos pelo Executivo para o ano económico de 2014, nas Grandes Opções do Plano, verificamos que foram executadas 60,01% das despesas previstas.

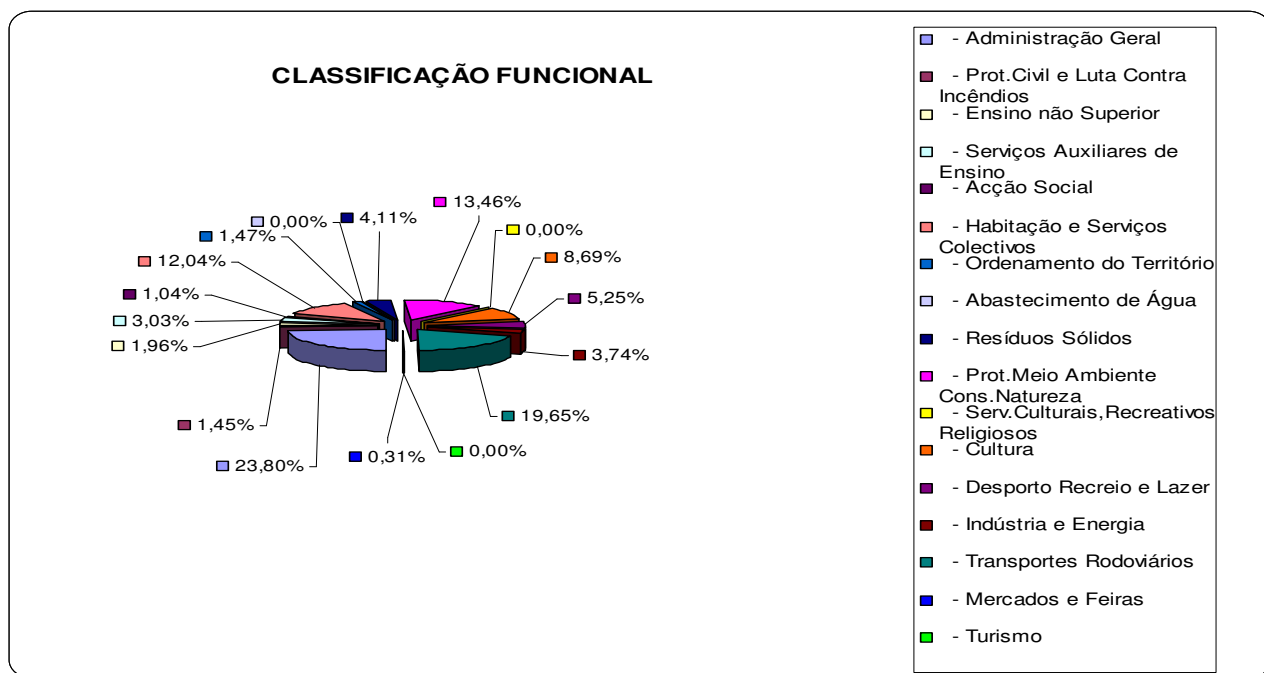
O quadro n.º 38 demonstra os níveis de execução das Grandes Opções do Plano. Este quadro pode ser analisado conjuntamente com o mapa de Execução Anual das Grandes Opções do Plano.

Facilmente se constata que o maior valor da dotação disponível e realizada se concentrou em dois eixos prioritários: Administração Geral, Transportes Rodoviários e Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza, sendo realizado 23,80%, 19,65% e 13,46%, respetivamente, das verbas previstas e executadas.

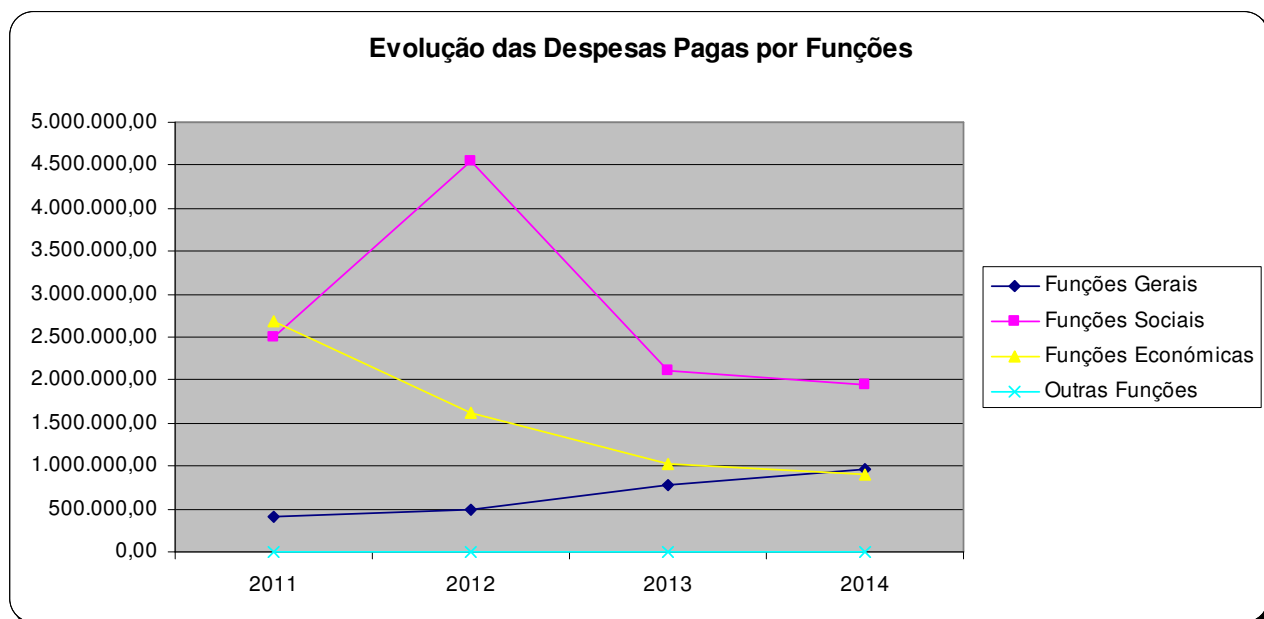
Quadro nº 38

unid: euro

| | Dotações Iniciais | Dotações Atuais | Montante Executado | Nível de Execução | % Executado |
|--|--------------------------|------------------------|---------------------------|--------------------------|--------------------|
| Funções Gerais | 1.617.802,00 | 1.636.907,00 | 958.615,69 | 58,56% | 25,25% |
| - Administração Geral | 1.557.652,00 | 1.576.357,00 | 903.569,17 | 57,32% | 23,80% |
| - Prot.Civil e Luta Contra Incêndios | 60.150,00 | 60.550,00 | 55.046,52 | 90,91% | 1,45% |
| Funções Sociais | 2.717.792,00 | 3.011.222,00 | 1.937.919,75 | 64,36% | 51,05% |
| - Ensino não Superior | 81.130,00 | 83.280,00 | 74.484,46 | 89,44% | 1,96% |
| - Serviços Auxiliares de Ensino | 167.850,00 | 151.080,00 | 115.163,81 | 76,23% | 3,03% |
| - Ação Social | 39.800,00 | 50.100,00 | 39.521,33 | 78,88% | 1,04% |
| - Habitação e Serviços Coletivos | 627.000,00 | 529.125,00 | 457.230,87 | 86,41% | 12,04% |
| - Ordenamento do Território | 101.525,00 | 112.525,00 | 55.665,96 | 49,47% | 1,47% |
| - Resíduos Sólidos | 191.100,00 | 216.100,00 | 156.094,60 | 72,23% | 4,11% |
| - Prot. Meio Ambiente Cons.Natureza | 796.532,00 | 1.077.792,00 | 510.899,73 | 47,40% | 13,46% |
| - Serv. Culturais,Recreativos Religiosos | 20.600,00 | 20.600,00 | 4,62 | 0,02% | 0,00% |
| - Cultura | 378.205,00 | 426.575,00 | 329.733,39 | 77,30% | 8,69% |
| - Desporto Recreio e Lazer | 314.050,00 | 344.045,00 | 199.120,98 | 57,88% | 5,25% |
| Funções Económicas | 1.037.475,00 | 1.672.140,00 | 899.488,41 | 53,79% | 23,70% |
| - Indústria e Energia | 77.100,00 | 194.400,00 | 141.885,65 | 72,99% | 3,74% |
| - Transportes Rodoviários | 948.375,00 | 1.442.640,00 | 745.867,39 | 51,70% | 19,65% |
| - Mercados e Feiras | 12.000,00 | 35.100,00 | 11.735,37 | 33,43% | 0,31% |
| Outras Funções | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| - Diversas não especificadas | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Despesas Totais | 5.378.069,00 | 6.325.269,00 | 3.796.023,85 | 60,01% | 100,00% |



Em termos comparativos a evolução das despesas pagas por funções é a que a seguir se apresenta.



4.3.3 RESUMO DA PREVISÃO E EXECUÇÃO

ORÇAMENTO

O orçamento permite evidenciar todos os recursos que a Autarquia local prevê arrecadar para financiamento das despesas que pretende realizar.

A atividade financeira desenvolvida pela Autarquia, no âmbito da gestão previsional, baseia-se no orçamento, documento que é elaborado, tendo em conta os princípios orçamentais e as regras previsionais em articulação com as Grandes Opções do Plano.

No quadro que apresentamos, podemos observar os desvios e a execução do Orçamento de 2014.

Execução Orçamento 2014

| Designação | Orçamento | | | Desvio | | Tx. de Execução (c) / (b) |
|----------------------------|---------------------|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|------------------------------|
| | Inicial (a) | Final (b) | Execução (c) | (b)-(a) | (c)-(b) | |
| Saldo da Gerência Anterior | | 1.554.720,33 | 1.554.720,33 | 1.554.720,33 | 0,00 | 100,00% |
| Receitas: | | | | | | |
| - Correntes | 6.028.159,00 | 6.053.659,00 | 6.242.222,27 | 25.500,00 | 188.563,27 | 103,11% |
| - Capital | 2.867.059,00 | 2.691.218,67 | 367.802,90 | -175.840,33 | -2.323.415,77 | 13,67% |
| Total | 8.895.218,00 | 10.299.598,00 | 8.164.745,50 | 1.404.380,00 | -2.134.852,50 | 79,27% |
| Despesas: | | | | | | |
| - Correntes | 4.667.650,00 | 5.290.430,00 | 3.984.159,47 | 622.780,00 | -1.306.270,53 | 75,31% |
| - Capital | 4.227.568,00 | 5.009.168,00 | 2.786.290,86 | 781.600,00 | -2.222.877,14 | 55,62% |
| Total | 8.895.218,00 | 10.299.598,00 | 6.770.450,33 | 1.404.380,00 | -3.529.147,67 | 65,74% |

Ao analisarmos o quadro, verificamos que, o orçamento da Receita, sofreu um aumento de 1.404.380,00€, relativamente às verbas definidas no orçamento inicial, que se deveu à aplicação do saldo da gerência anterior, reforço de verba em fundos comunitários correntes e diminuição de receitas de capital provenientes da venda de bens de investimento - Terrenos.

Quanto ao Orçamento da Despesa, verificamos que houve um aumento tanto das despesas correntes como das despesas de capital relativamente ao orçamento inicial. Este aumento resultou da introdução de três novos projetos, introdução de 2 ações em projetos já existentes, introdução de 1 rubrica de despesa em orçamento, reajustamento de valores em 17 projetos já definidos inicialmente e reforço de 18 rubricas de despesa.

Se observarmos a coluna dos desvios, verificamos que, tanto as receitas como as despesas tiveram uma execução inferior ao previsto.

Ao nível da execução, os objetivos definidos pela Autarquia ficaram aquém do previsto. Os níveis de execução atingiram 79,27%, para o Orçamento da Receita, considerando o saldo de gerência anterior e 65,74%, para o Orçamento da Despesa.

Nos quadros que se seguem podemos analisar os desvios relativamente às rubricas desagregadas da receita e da despesa.

Pela análise do quadro seguinte verificamos que o orçamento inicial da receita sofreu um aumento de 15,79%, que correspondeu a 1.404.380,00€. Em termos de execução, atingiu-se 79,27% do previsto, correspondendo a 8.164.745,50€ de execução e a um desvio de 2.134.857,50€ do orçamento final.

EXECUÇÃO DA RECEITA

| Capítulos | Previsão Inicial (a) | Previsão Corrigida (b) | Execução (c) | Desvio | % Exec. |
|---|----------------------|------------------------|---------------------|----------------------|---------------|
| | | | | (c) - (b) | (c) / (b) |
| Receitas Correntes | 6.028.159,00 | 6.053.659,00 | 6.242.222,27 | 188.563,27 | 103,11 |
| 01 - Impostos Diretos | 1.608.771,00 | 1.608.771,00 | 1.862.804,01 | 254.033,01 | 115,79 |
| 02 - Impostos Indiretos | 20.219,00 | 20.219,00 | 47.258,78 | 27.039,78 | 233,73 |
| 04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades | 118.119,00 | 118.119,00 | 124.663,94 | 6.544,94 | 105,54 |
| 05 - Rendimentos da Propriedade | 362.042,00 | 362.042,00 | 279.969,98 | -82.072,02 | 77,33 |
| 06 - Transferências Correntes | 3.282.580,00 | 3.308.080,00 | 3.299.018,81 | -9.061,19 | 99,73 |
| 07 - Venda de Bens e Serviços | 619.406,00 | 619.406,00 | 577.696,53 | -41.709,47 | 93,27 |
| 08 - Outras Receitas Correntes | 17.022,00 | 17.022,00 | 50.810,22 | 33.788,22 | 298,50 |
| Receitas de Capital | 2.867.059,00 | 2.691.218,67 | 367.802,90 | -2.323.415,77 | 13,67 |
| 09 - Venda de Bens de Investimento | 1.736.425,00 | 1.560.584,67 | 3.948,40 | -1.556.636,27 | 0,25 |
| 10 - Transferências de Capital | 979.002,00 | 979.002,00 | 363.854,50 | -615.147,50 | 37,17 |
| 13 - Outras Receitas de Capital | 151.632,00 | 151.632,00 | 0,00 | -151.632,00 | 0,00 |
| Outras Receitas | 0,00 | 1.554.720,33 | 1.554.720,33 | 0,00 | 100,00 |
| 16 - Saldo da Gerência Anterior | 0,00 | 1.554.720,33 | 1.554.720,33 | 0,00 | 100,00 |
| Total da Receita | 8.895.218,00 | 10.299.598,00 | 8.164.745,50 | -2.134.852,50 | 79,27 |

O Orçamento inicial da despesa também sofreu um aumento de 1.404.380,00€. Verificamos que em termos de execução se atingiram os 65,74%, correspondendo a 6.770.450,33€ de execução e a um desvio de 3.529.147,67€ entre a execução e o orçamento final.

EXECUÇÃO DA DESPESA

| Capítulos | Previsão Inicial (a) | Previsão Corrigida (b) | Execução (c) | Desvio | % Exec. |
|-----------------------------------|----------------------|------------------------|---------------------|----------------------|--------------|
| | | | | (c) - (b) | (c) / (b) |
| Despesas Correntes | 4.667.650,00 | 5.290.430,00 | 3.984.159,47 | -1.306.270,53 | 75,31 |
| 01 - Despesas com o Pessoal | 1.752.070,00 | 1.901.950,00 | 1.734.599,86 | -167.350,14 | 91,20 |
| 02 - Aquisição de Bens e Serviços | 2.315.660,00 | 2.608.340,00 | 1.746.065,69 | -862.274,31 | 66,94 |
| 03 - Juros e Outros Encargos | 25.560,00 | 10.560,00 | 9.088,28 | -1.471,72 | 86,06 |
| 04 - Transferências Correntes | 506.850,00 | 687.870,00 | 427.345,43 | -260.524,57 | 62,13 |
| 05 - Subsídios | 5,00 | 5,00 | 0,00 | -5,00 | 0,00 |
| 06 - Outras Despesas Correntes | 67.505,00 | 81.705,00 | 67.060,21 | -14.644,79 | 82,08 |
| Despesas de Capital | 4.227.568,00 | 5.009.168,00 | 2.786.290,86 | -2.222.877,14 | 55,62 |
| 07 - Aquisição de Bens de Capital | 3.720.442,00 | 4.588.442,00 | 2.530.406,18 | -2.058.035,82 | 55,15 |
| 08 - Transferências de Capital | 327.126,00 | 240.726,00 | 89.972,65 | -150.753,35 | 37,38 |
| 09 - Ativos Financeiros | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | -5.000,00 | 0,00 |
| 10 - Passivos Financeiros | 175.000,00 | 175.000,00 | 165.912,03 | -9.087,97 | 94,81 |
| Total da Despesa | 8.895.218,00 | 10.299.598,00 | 6.770.450,33 | -3.529.147,67 | 65,74 |

Durante o ano de 2014, foi necessário realizar catorze modificações orçamentais (treze alterações e uma revisão), com o intuito de ajustar as previsões da despesa às reais necessidades.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, define no artigo 40.º o conceito de Equilíbrio Orçamental.

Artigo 40.º

Equilíbrio orçamental

- 1 — Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.
 2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.
 3 — O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5 % das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte
 . 4 — Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

Da aplicação desta regra, resultou uma poupança, corrente no ano de 2014, de 2.112.616,85€.

Equilíbrio Orçamental

| | |
|--|---------------------|
| Receita Corrente Cobrada Bruta | 6.253.081,69 |
| Despesas Correntes | 3.984.159,47 |
| Amortizações Médias de Empréstimos MLP | 156.305,37 |
| Poupança Corrente | 2.112.616,85 |

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano (GOP's) são apresentadas num horizonte móvel de 4 anos, sendo o elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da Autarquia, a desenvolver para o ano a que se refere o orçamento.

Constitui natureza programática sistematizada para esse ano, com reflexo nos três anos subsequentes, as correspondentes intervenções definidas no plano de médio prazo definido para a Autarquia.

| Objetivo/ Programa | Designação | Dotação | | | | Variação | | Execução | |
|-----------------------|--|---------------------|----------------|---------------------|----------------|-------------------|---------------|---------------------|---------------|
| | | Inicial | | Final | | Valor (b-a) | Peso | Valor (c) | Peso |
| | | Valor (a) | Peso | Valor (b) | Peso | | | | |
| 1 | Funções Gerais | | | | | | | | |
| 1 / 111 | Administração Geral Proteção Civil e Luta | 1.557.652,00 | 28,96% | 1.576.357,00 | 24,92% | 18.705,00 | 1,20% | 903.569,17 | 57,32% |
| 1 / 121 | Contra Incêndios | 60.150,00 | 1,12% | 60.550,00 | 0,96% | 400,00 | 0,67% | 55.046,52 | 90,91% |
| | Total | 1.617.802,00 | 30,08% | 1.636.907,00 | 25,88% | 19.105,00 | 1,18% | 958.615,69 | 58,56% |
| 2 | Funções Sociais | | | | | | | | |
| 2 / 211 | Ensino Superior Serviços Auxiliares de | 81.130,00 | 1,51% | 83.280,00 | 1,32% | 2.150,00 | 2,65% | 74.484,46 | 89,44% |
| 2 / 212 | Ensino | 167.850,00 | 3,12% | 151.080,00 | 2,39% | -16.770,00 | -9,99% | 115.163,81 | 76,23% |
| 2 / 232 | Ação Social Habitação e Serviços | 39.800,00 | 0,74% | 50.100,00 | 0,79% | 10.300,00 | 25,88% | 39.521,33 | 78,88% |
| 2 / 240 | Coletivos | 627.000,00 | 11,66% | 529.125,00 | 8,37% | -97.875,00 | -15,61% | 457.230,87 | 86,41% |
| 2 / 242 | Ordenamento do Território | 101.525,00 | 1,89% | 112.525,00 | 1,78% | 11.000,00 | 10,83% | 55.665,96 | 49,47% |
| 2 / 245 | Resíduos Sólidos Proteção Meio Ambiente | 191.100,00 | 3,55% | 216.100,00 | 3,42% | 25.000,00 | 13,08% | 156.094,60 | 72,23% |
| 2 / 246 | Cons. Natureza Serviços Culturais, | 796.532,00 | 14,81% | 1.077.792,00 | 17,04% | 281.260,00 | 35,31% | 510.899,73 | 47,40% |
| 2 / 250 | Recreativos e Religiosos | 20.600,00 | 0,38% | 20.600,00 | 0,33% | 0,00 | 0,00% | 4,62 | 0,02% |
| 2 / 251 | Cultura | 378.205,00 | 7,03% | 426.575,00 | 6,74% | 48.370,00 | 12,79% | 329.733,39 | 77,30% |
| 2 / 252 | Desporto, Recreio e Lazer | 314.050,00 | 5,84% | 344.045,00 | 5,44% | 29.995,00 | 9,55% | 199.120,98 | 57,88% |
| | Total | 2.717.792,00 | 50,53% | 3.011.222,00 | 47,61% | 293.430,00 | 10,80% | 1.937.919,75 | 64,36% |
| 3 | Funções Económicas | | | | | | | | |
| 3 / 320 | Indústria e Energia | 77.100,00 | 1,43% | 194.400,00 | 3,07% | 117.300,00 | 152,14% | 141.885,65 | 72,99% |
| 3 / 331 | Transportes Rodoviários | 948.375,00 | 17,63% | 1.442.640,00 | 22,81% | 494.265,00 | 52,12% | 745.867,39 | 51,70% |
| 3 / 341 | Mercados e Feiras | 12.000,00 | 0,22% | 35.100,00 | 0,55% | 23.100,00 | 192,50% | 11.735,37 | 33,43% |
| | Total | 1.037.475,00 | 19,29% | 1.672.140,00 | 26,44% | 634.665,00 | 61,17% | 899.488,41 | 53,79% |
| 4 | Outras funções | | | | | | | | |
| 4/430 | Diversas não especificadas | 5.000,00 | 0,09% | 5.000,00 | 0,08% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | Total | 5.000,00 | 0,09% | 5.000,00 | 0,08% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | Total das GOP's | 5.378.069,00 | 100,00% | 6.325.269,00 | 100,00% | 947.200,00 | 17,61% | 3.796.023,85 | 60,01% |

Como podemos observar pelo quadro apresentado houve um acréscimo das verbas definidas inicialmente nas Grandes Opções do Plano, sendo o seu aumento de 947.200,00€ e a sua execução de 60,01% do previsto.

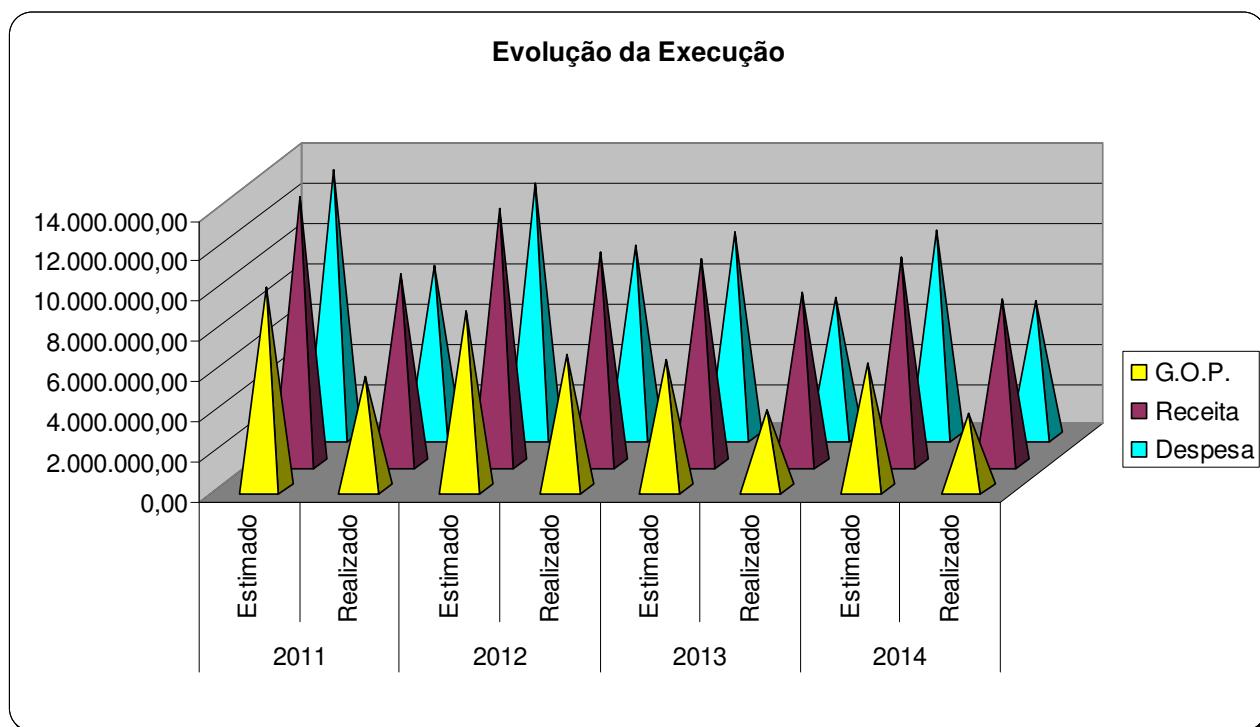
Salienta-se que as Grandes Opções do Plano (GOP's), que representam o programa de ação da intervenção Municipal, previsto pelo executivo, absorveram em 2014, na ótica do compromisso 4.359.716,17€, ou seja, execução física em

curso, correspondendo a uma taxa de concretização face ao orçamentado de 68,93%, foram realizados 3.825.779,08€ e pagos 3.796.023,85€, que corresponde a uma taxa de 99,22% do realizado.

| Objetivo/ Programa | Designação | Financiamento Definido | Compromisso | Realizado | Pago |
|-----------------------|--|---------------------------|--------------|--------------|--------------|
| 1 | Funções Gerais | | | | |
| 1 / 111 | Administração Geral | 1.576.357,00 | 1.125.979,61 | 915.047,07 | 903.569,17 |
| 1 / 121 | Proteção Civil e Luta Contra Incêndios | 60.550,00 | 55.046,52 | 55.046,52 | 55.046,52 |
| | Total | 1.636.907,00 | 1.181.026,13 | 970.093,59 | 958.615,69 |
| 2 | Funções Sociais | | | | |
| 2 / 211 | Ensino Superior | 83.280,00 | 75.490,24 | 74.590,28 | 74.484,46 |
| 2 / 212 | Serviços Auxiliares de Ensino | 151.080,00 | 134.583,85 | 115.163,81 | 115.163,81 |
| 2 / 232 | Ação Social | 50.100,00 | 40.730,43 | 40.630,86 | 39.521,33 |
| 2 / 240 | Habituação e Serviços Coletivos | 529.125,00 | 483.845,87 | 459.669,00 | 457.230,87 |
| 2 / 242 | Ordenamento do Território | 112.525,00 | 70.672,21 | 55.665,96 | 55.665,96 |
| 2 / 245 | Resíduos Sólidos | 216.100,00 | 178.722,01 | 165.859,50 | 156.094,60 |
| 2 / 246 | Proteção Meio Ambiente Cons. Natureza | 1.077.792,00 | 545.315,84 | 510.899,73 | 510.899,73 |
| 2 / 250 | Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos | 20.600,00 | 4,62 | 4,62 | 4,62 |
| 2 / 251 | Cultura | 426.575,00 | 331.862,84 | 330.033,39 | 329.733,39 |
| 2 / 252 | Desporto, Recreio e Lazer | 344.045,00 | 213.927,44 | 202.942,54 | 199.120,98 |
| | Total | 3.011.222,00 | 2.075.155,35 | 1.955.459,69 | 1.937.919,75 |
| 3 | Funções Económicas | | | | |
| 3 / 320 | Indústria e Energia | 194.400,00 | 144.113,15 | 141.885,65 | 141.885,65 |
| 3 / 331 | Transportes Rodoviários | 1.442.640,00 | 945.968,37 | 746.604,78 | 745.867,39 |
| 3 / 341 | Mercados e Feiras | 35.100,00 | 13.453,17 | 11.735,37 | 11.735,37 |
| | Total | 1.672.140,00 | 1.103.534,69 | 900.225,80 | 899.488,41 |
| 4 | Outras funções | | | | |
| 4/430 | Diversas não especificadas | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Total | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Total das GOP's | 6.325.269,00 | 4.359.716,17 | 3.825.779,08 | 3.796.023,85 |

Seguidamente apresenta-se um quadro/resumo relativo às execuções das Grandes Opções do Plano e Orçamento desde 2011.

| | 2011 | | | | Saldo Gerência | 2012 | | | |
|------------|---------------|--------------|--------|----------------|----------------|---------------|---------------|--------------|----------------|
| | Estimado | Realizado | % | Saldo Gerência | | Estimado | Realizado | % | Saldo Gerência |
| | Euros | Euros | | | | Euros | Euros | | |
| G.O.P. | 10.029.820,68 | 5.591.259,76 | 55,75% | 963.015,77 | 8.871.337,00 | 6.667.891,35 | 75,16% | 985.939,60 | |
| Orçamento: | | | | | | | | | |
| Receita | 13.284.770,68 | 9.454.556,93 | 71,17% | | | 12.693.610,77 | 10.513.013,00 | | 82,82% |
| Despesa | 13.284.770,68 | 8.515.073,52 | 64,10% | | | 12.693.610,77 | 9.547.058,12 | | 75,21% |
| | 2013 | | | | Saldo Gerência | 2014 | | | |
| | Estimado | Realizado | % | Saldo Gerência | | Estimado | Realizado | % | Saldo Gerência |
| | Euros | Euros | | | | Euros | Euros | | |
| G.O.P. | 6.415.573,60 | 3.931.552,64 | 61,28% | 1.554.720,33 | 6.325.269,00 | 3.796.023,85 | 60,01% | 1.405.154,59 | |
| Orçamento: | | | | | | | | | |
| Receita | 10.191.179,60 | 8.469.164,27 | 83,10% | | | 10.299.598,00 | 8.164.745,50 | | 79,27% |
| Despesa | 10.191.179,60 | 6.928.881,99 | 67,99% | | | 10.299.598,00 | 6.770.450,33 | | 65,74% |



RESUMO DOS MOVIMENTOS FINANCEIROS DA GERÊNCIA DE 2014

O mapa de Fluxos de Caixa apresenta-nos, discriminadas, as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer a operações de tesouraria. São também evidenciados os saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua proveniência (execução orçamental e operações de tesouraria).

As receitas e despesas orçamentais são desagregadas de acordo com a discriminação constante do orçamento. No quadro que se segue, podemos visualizar os resumos dos movimentos financeiros, do ano económico em análise.

RESUMO DOS MOVIMENTOS FINANCEIROS DA GERÊNCIA 2014

| Designação | Operações Orçamentais | Operações Tesouraria | Total |
|-------------------------------------|--------------------------|-------------------------|--------------|
| Saldo de Gerência (1) | 1.554.720,33 | 489.121,92 | 2.043.842,25 |
| Receitas Cobradas (2) | 6.620.884,59 | 427.824,84 | 7.048.709,43 |
| Despesa Realizada (3) | 6.770.450,33 | 536.319,98 | 7.306.770,31 |
| Saldo a Transitar para 2014 (1+2-3) | 1.405.154,59 | 380.626,78 | 1.785.781,37 |

5 INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Podemos definir os indicadores de avaliação de desempenho como “unidades de medida que permitem o acompanhamento e avaliação periódica das variáveis” – chave de uma organização, mediante a sua comparação com referências internas e externas.

No entanto, os indicadores, não constituem instrumentos de pilotagem da gestão. Para serem úteis, deverão medir as atividades realizadas, os resultados obtidos e os meios utilizados.

5.1 INDICADORES DE ANÁLISE DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL

5.1.1 RÁCIOS SOBRE O GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS

No âmbito destes rácios, é importante verificar a evolução da poupança corrente da Autarquia, ou seja, a comparação das receitas correntes com as despesas correntes da Autarquia, evidenciando o esforço efetuado na redução das despesas correntes, canalizando parte das receitas correntes para a execução de despesas de capital, se se verificar a seguinte equação:

| |
|---|
| Receitas Correntes – Despesas Correntes > 0 |
|---|

RÁCIOS SOBRE O GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS

| INDICADORES | | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|---|---------|---------|---------|---------|
| Cobertura das despesas pelas receitas | Receita Total/Despesa Total | 93,70% | 100,03% | 108,00% | 97,63% |
| Cobertura da despesa total por receitas controladas pela Autarquia | Receitas Próprias/Despesa Total | 28,24% | 28,03% | 43,68% | 43,53% |
| Peso do pessoal nas receitas correntes | Pessoal/Receitas Correntes | 36,72% | 30,21% | 27,01% | 27,79% |
| Peso das despesas correntes nas receitas correntes | Despesas Correntes/Receitas Correntes | 75,11% | 71,03% | 64,46% | 63,83% |
| Peso das despesas de capital nas receitas de capital | Despesas Capital/Receitas Capital | 155,52% | 132,63% | 217,52% | 757,55% |
| Grau de cobertura das despesas c/ aquisição de bens e serviços pelos fundos autárquicos correntes | Aquisição de bens e serviços correntes/Fundos Autárquicos Correntes | 63,47% | 78,04% | 63,46% | 55,65% |
| Grau de cobertura dos juros+amortização da dívida pelos fundos autárquicos correntes | Serviço da dívida/Fundos Autárquicos Correntes | 7,58% | 7,76% | 6,01% | 5,58% |
| Grau de cobertura do investimento pelos fundos municipais de capital | Aquisição de bens de investimento/Fundos Autárquicos Capital | 345,67% | 457,62% | 417,60% | 841,33% |

O quadro apresentado mostra-nos alguns indicadores orçamentais, ao nível do grau de cobertura global das despesas.

Ao nível do grau de cobertura global das despesas, verificamos que, o indicador que relaciona a Receita Total com a Despesa Total mostra que a Autarquia não revelou ter capacidade de cobrir as despesas totais com as receitas que auferiu durante todo o ano. Salienta-se que, o rácio da cobertura das despesas pelas receitas da Autarquia, não utilizando o saldo de gerência anterior, corresponde a 97,63%.

O grau de cobertura da despesa total por receitas controladas pela Autarquia (receitas próprias) teve uma pequena descida relativamente ao ano anterior, correspondendo a 43,53%.

Ao analisarmos o rácio do peso do pessoal nas receitas correntes verificamos que estas despesas, percentualmente, cresceram relativamente ao ano anterior, representando 27,79% das Receitas Correntes.

As despesas correntes correspondem a 63,83% das receitas correntes, tal como se pode verificar no rácio que relaciona o peso das despesas correntes nas receitas correntes, mostrando que a equação apresentada (**Receitas Correntes - Despesas Correntes > 0**) é respeitada, sendo por isso, canalizadas receitas correntes para pagamento de despesas de investimento.

O rácio relativo ao peso das despesas de capital nas receitas de capital mostra-nos que as receitas de capital não foram suficientes para cobrir as despesas de capital, aumentando exponencialmente o diferencial relativamente ao ano anterior.

Pela análise dos graus de cobertura das despesas com Aquisição de Bens e Serviços pelos Fundos Autárquicos Correntes verificamos que estes têm um peso significativo uma vez que as despesas com aquisição de bens e serviços corresponde a 55,65% destes Fundos Autárquicos e o serviço da dívida corresponde a 5,58% dos mesmos.

Já não podemos dizer a mesma coisa relativamente aos Fundos Autárquicos de Capital uma vez que estes não foram suficientes para as aquisições efetuadas em bens de investimento. O peso das despesas na aquisição de bens de investimento corresponderam a 841,33% dos Fundos Autárquicos de Capital, ou seja, estes fundos, apenas suportaram 17,23% do Investimento.

5.1.2 RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA

Estes rácios têm como finalidade evidenciar o peso de certas componentes da receita e da despesa no total das receitas e das despesas.

Dos diferentes indicadores apresentados para analisar a estrutura da receita, realça-se a grande importância que têm os Fundos Autárquicos Correntes (47,47%), os Impostos Diretos (28,18%) na Receita Total. Verificando-se um acréscimo no peso dos Impostos Diretos e dos Fundos Autárquicos Correntes e decréscimo significativo das Transferências do Exterior.

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA

| INDICADORES | | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|----------------------|--|--------|--------|--------|--------|
| Estrutura da Receita | Receita Própria/Receita Total | 30,13% | 28,02% | 40,44% | 44,59% |
| | Impostos Diretos/Receita Total | 17,04% | 15,17% | 23,63% | 28,18% |
| | Fundos Autárquicos Correntes /Receita Total | 29,96% | 23,90% | 38,88% | 47,47% |
| | Passivos Financeiros/Receita Total | 1,97% | 1,70% | 2,21% | 2,51% |
| | Transferências Fundos Comunitários (Correntes+Capital) / Receita Total | 22,41% | 33,56% | 10,94% | 1,49% |

Dos diferentes indicadores apresentados para analisar a estrutura da despesa, realçam-se as rubricas que têm maior peso nas Despesas Totais e que são: Aquisição de Bens de Investimento (37,37%), Aquisição de Bens e Serviços Correntes (25,79%) e Pessoal (25,62%). Salienta-se, que houve uma ligeira diminuição percentual na aquisição de bens de investimento, na aquisição de bens e serviços correntes e nos fundos autárquicos de capital. Verificando-se um aumento percentual nas despesas com o pessoal.

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA DESPESA

| | | | | | |
|----------------------|--|--------|--------|--------|--------|
| Estrutura da Despesa | Pessoal / Despesa Total | 20,88% | 16,02% | 23,81% | 25,62% |
| | Aquisição de Bens e Serviços Correntes/Despesa Total | 17,82% | 18,66% | 26,64% | 25,79% |
| | Serviços da Dívida/Despesa Total | 2,13% | 1,86% | 2,52% | 2,58% |
| | Fundos Autárquicos Capital /Despesa Total | 15,64% | 13,12% | 9,04% | 4,44% |
| | Aquisição de Bens de Investimento/ Despesa Total | 54,06% | 60,06% | 37,76% | 37,37% |

Ainda pela análise do quadro anterior verificamos que, ao nível dos indicadores de estrutura da despesa, o peso do Serviço da Dívida representa apenas 2,58% da despesa total.

Refira-se, ainda que os Fundos Autárquicos de Capital representam somente 4,44% das Despesas Totais. Ao analisarmos os indicadores dos graus de cobertura da despesa verificamos que:

=> Os **Passivos Financeiros** representam 2,51% das Receitas Totais.

=> As **receitas de estrutura**, ou seja, as provenientes dos Impostos Diretos, Fundos Municipais Correntes e Outras Transferências Correntes foram suficientes para suportar as **despesas de estrutura**, isto é, as que resultaram das despesas de Pessoal, das Transferências Correntes e do Serviço da Dívida, correspondendo a 213,98% das despesas de estrutura.

Receitas de Estrutura = 5.000.538,01€

Despesas de Estrutura = 2.336.945,60€

=> As **receitas de funcionamento**, ou seja, as provenientes dos Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades, Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes e Outras Receitas Correntes não foram suficientes para suportar as **despesas de funcionamento**, isto é, as relativas às despesas com a Aquisição de Bens e Serviços Correntes e Outras Despesas Correntes, correspondendo a 44,15%.

Receitas de Funcionamento = 800.429,47€

Despesas de Funcionamento = 1.813.125,90€

5.1.3 RÁCIOS SOBRE O GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

RÁCIOS SOBRE O GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

| INDICADORES | | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---------------------------------------|--|--------|--------|---------|---------|
| Grau de Financiamento do Investimento | Venda de Bens de Investimento / Investimento (PPI) | 0,96% | 0,06% | 0,51% | 0,16% |
| | Fundos Municipais de Capital / Investimento (PPI) | 28,93% | 21,85% | 23,95% | 11,89% |
| | Fundos Municipais (Correntes e Capital) / Investimento (PPI) | 80,86% | 61,67% | 135,15% | 135,89% |
| | Passivos Financeiros / Investimento (PPI) | 3,41% | 2,83% | 6,33% | 6,56% |

Na análise aos diferentes indicadores do grau de Financiamento do Investimento, verificamos que:

- A Receita obtida da venda de Bens de Investimento representa somente 0,16% das despesas efetuadas no investimento (Plano Plurianual de Investimentos).
- Os Fundos Municipais de Capital suportaram apenas 11,89% das despesas de Investimento do Plano Plurianual de Investimentos.
- A totalidade dos Fundos Municipais Correntes e de Capital auferidos pela Autarquia superaram as despesas com o Investimento do Plano Plurianual de Investimentos representando 135,89%.
- Os Passivos Financeiros representaram 6,56% das despesas efetuadas em Investimento.

=> As **receitas de investimento**, ou seja, as provenientes dos Fundos Municipais de Capital, Venda de Bens de Investimento, Outras Receitas de Capital, Passivos Financeiros e Ativos Financeiros corresponderam a 11,94% das **despesas de investimento**, isto é, foram insuficientes para suportar as despesas com a Aquisição de Bens de Investimento, as transferências de Capital, os Ativos Financeiros, Passivos Financeiros e as Outras Despesas de Capital.

Receitas de Investimento = 332.542,36€

Despesas de Investimento = 2.786.290,86€

5.1.4 RÁCIOS SOBRE O GRAU DE ENDIVIDAMENTO

RÁCIOS DE ENDIVIDAMENTO

| INDICADORES | | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|-----------------------|--|--------|-------|-------|-------|
| Grau de Endividamento | Outras Dívidas a Terceiros (31/12) / Receita Total | 12,06% | 8,65% | 6,82% | 8,24% |
| | Serviço da Dívida / Receita Total | 2,27% | 1,86% | 2,34% | 2,65% |

Pela análise dos indicadores ao grau de endividamento verificamos que:

- As Outras Dívidas a Terceiros, em 31 de dezembro de 2014 (968.661,47€), ou seja, as dívidas relativas aos documentos existentes na Secção de Contabilidade, que se encontram por regularizar para com terceiros,

representam 8,24% da receita total. Salienta-se que, as dívidas orçamentais correspondem a 164.261,41€ e as não orçamentais a 380.635,07€, verificando-se um acréscimo nas Dívidas a Terceiros relativamente ao ano anterior, na ordem dos 6,72%. Chama-se a atenção, que, para o cálculo do rácio de endividamento não foi considerado a dívida com o reconhecimento da subscrição da realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (423.764,99€), uma vez que, na nota explicativa do SATAPOCAL, refere o seguinte:

“O Orçamento do Estado para 2015 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Não obstante, uma vez que a obrigação do reconhecimento do passivo ocorre em 2014, com a comunicação do montante a subscrever, e considerando ainda que a dívida total a 1 de janeiro de 2015 corresponde à dívida total a 31 de dezembro de 2014, esclarece-se que o montante subscrito no ano 2014, por razões de comparabilidade, não releva, de igual modo, para o limite da dívida total.”

- As despesas com o serviço da dívida cresceram relativamente ao ano anterior. Representam 2,65% das receitas totais.

5.1.5 RÁCIOS DE EFICÁCIA

Estes rácios representam o nível de concretização das previsões iniciais, indicando o grau de execução orçamental da receita e da despesa ou de execução do PPI.

RÁCIOS DE EFICÁCIA

| INDICADORES | | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|------------------|--|---------|--------|---------|---------|
| Grau de Eficácia | Receitas Correntes / Previsão Receitas Correntes | 109,06% | 97,71% | 108,82% | 103,55% |
| | Receitas Capital / Previsão Receitas Capital | 42,57% | 68,51% | 38,28% | 12,83% |
| | Receitas Totais / Previsão Receitas Totais | 67,57% | 81,41% | 81,29% | 74,31% |
| | Despesas Correntes / Previsão Despesas Correntes | 82,55% | 90,70% | 83,08% | 85,36% |
| | Despesas Capital / Previsão Despesas Capital | 54,94% | 76,63% | 66,99% | 65,91% |
| | Despesas Totais / Previsão Despesas Totais | 64,10% | 81,39% | 75,27% | 76,11% |
| | P.P.I/ Previsão do PPI | 69,84% | 81,85% | 70,87% | 68,01% |

Pela análise dos indicadores verificamos que o grau de eficácia relativo às receitas correntes atingiu os 103,55%, enquanto o das receitas de capital ficou pelos 12,83%, o que deu origem a um grau de eficácia das Receitas Totais de 74,31%.

Relativamente ao grau de eficácia das despesas verificamos que as despesas correntes no ano económico em análise atingiram um grau de eficácia de 85,36%, e as despesas de capital atingiram um grau de eficácia de 65,91%, o que deu origem a um grau de eficácia global das despesas totais de 76,11%.

Quanto à eficácia do Plano Plurianual de Investimentos, verificamos que este atingiu um grau de eficácia de 68,01%.

5.2 ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO

O Balanço é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e patrimonial da Autarquia. Normalmente reportado ao final do exercício económico, apresenta devidamente agrupados e classificados os Ativos, os Passivos e os Fundos Próprios da Autarquia.

O Balanço equaciona três tipos de massas patrimoniais:

- Apuramento contabilístico do ativo, que se divide em três grupos: Ativo Circulante, Ativo Fixo e Acréscimos e Diferimentos;
- Apuramento Contabilístico do Passivo, que se divide em quatro grupos: Provisões para riscos e encargos, Passivo Circulante, Passivo de Médio e Longo prazo e Acréscimos e Diferimentos;
- Determinação dos Fundos Próprios;

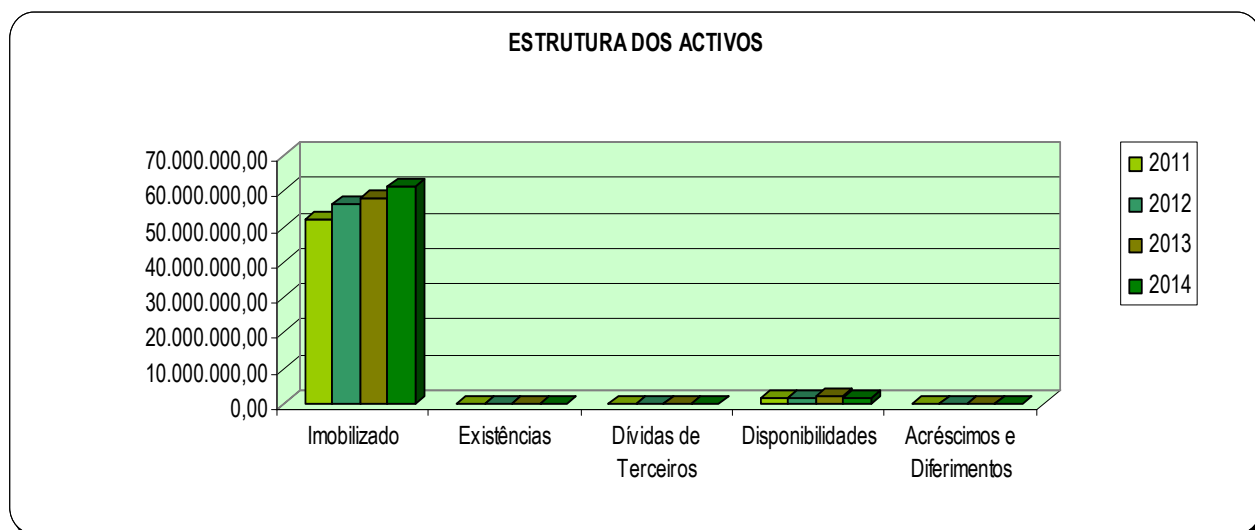
A estrutura patrimonial da Autarquia, bem como a sua evolução no exercício de 2014, face ao balanço inicial identificado à data de 01/01/2002, é a que a seguir se apresenta.

Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia 2014

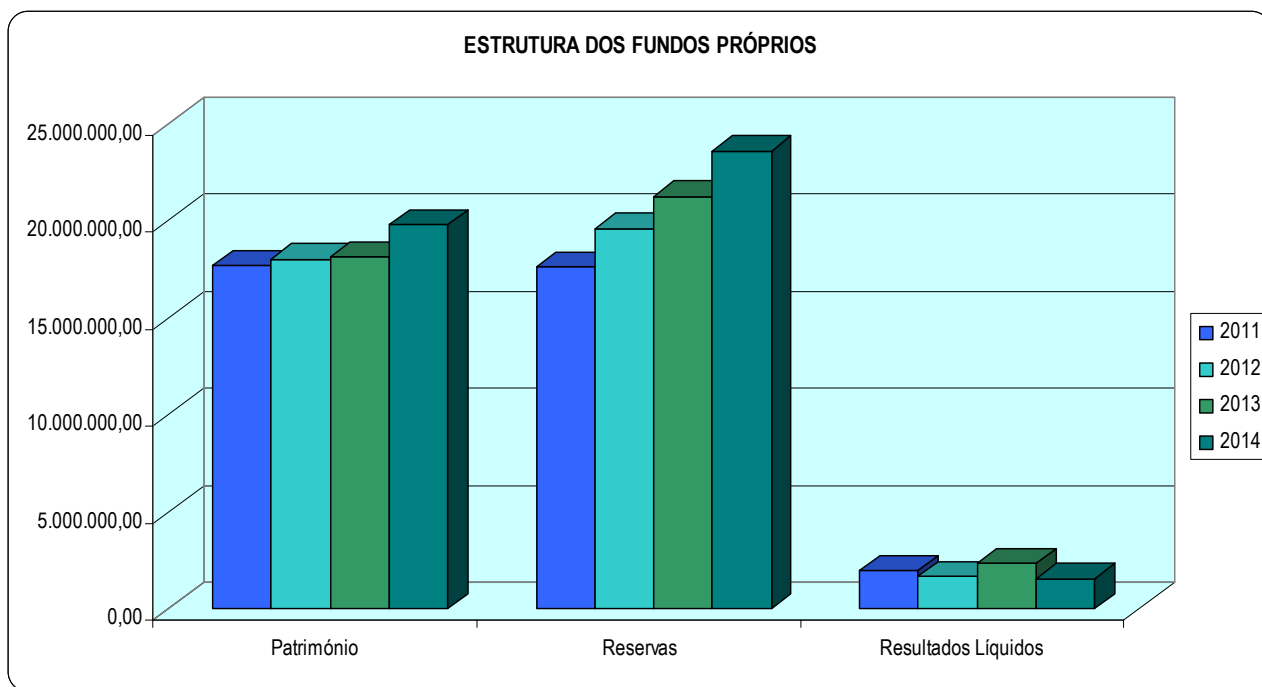
| Descrição | 2011 | | 2012 | | 2013 | | 2014 | |
|---|----------------------|----------------|----------------------|----------------|----------------------|----------------|----------------------|----------------|
| | Valor | Peso | Valor | Peso | Valor | Peso | Valor | Peso |
| Ativo Fixo: | | | | | | | | |
| Imobilizado | 51.707.900,88 | 96,82% | 56.343.133,76 | 96,92% | 58.092.502,66 | 96,22% | 61.507.253,86 | 96,85% |
| Total do Ativo Fixo | 51.707.900,88 | 96,82% | 56.343.133,76 | 96,92% | 58.092.502,66 | 96,22% | 61.507.253,86 | 96,85% |
| Ativo Circulante: | | | | | | | | |
| Existências | 21.032,35 | 0,04% | 20.025,79 | 0,03% | 22.338,89 | 0,04% | 24.217,91 | 0,04% |
| Dívidas de Terceiros | 68.874,91 | 0,13% | 208.667,54 | 0,36% | 106.526,11 | 0,18% | 82.896,25 | 0,13% |
| Disponibilidades | 1.416.046,90 | 2,65% | 1.397.302,79 | 2,40% | 2.043.842,25 | 3,39% | 1.785.781,37 | 2,81% |
| Total do Ativo Circulante | 1.505.954,16 | 2,82% | 1.625.996,12 | 2,80% | 2.172.707,25 | 3,60% | 1.892.895,53 | 2,98% |
| Acréscimos e Diferimentos | 194.399,90 | 0,36% | 166.742,43 | 0,29% | 107.374,95 | 0,18% | 106.673,03 | 0,17% |
| Ativo Líquido Total | 53.408.254,94 | 100,00% | 58.135.872,31 | 100,00% | 60.372.584,86 | 100,00% | 63.506.822,42 | 100,00% |
| Património | 17.695.868,88 | 47,45% | 18.023.240,03 | 45,86% | 18.153.209,29 | 43,47% | 19.780.085,77 | 44,02% |
| Reservas | 17.634.092,01 | 47,28% | 19.601.596,74 | 49,87% | 21.278.237,65 | 50,95% | 23.605.819,91 | 52,53% |
| Resultados Transitados | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Resultados Líquidos | 1.967.504,73 | 5,28% | 1.676.640,91 | 4,27% | 2.327.582,26 | 5,57% | 1.550.046,68 | 3,45% |
| Fundos Próprios | 37.297.465,62 | 100,00% | 39.301.477,68 | 100,00% | 41.759.029,20 | 100,00% | 44.935.952,36 | 100,00% |
| Provisões para riscos e encargos: | | | | | | | | |
| Provisões | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 6.208,99 | 100,00% |
| Passivo de Médio e Longo Prazo: | | | | | | | | |
| Dívidas a terceiros -médio longo prazo | 1.994.462,02 | 12,38% | 1.832.064,01 | 9,73% | 1.666.596,09 | 8,95% | 1.863.911,05 | 10,04% |
| Total Passivo de Médio e Longo Prazo | 1.994.462,02 | 12,38% | 1.832.064,01 | 9,73% | 1.666.596,09 | 8,95% | 1.863.911,05 | 10,04% |
| Passivo Circulante: | | | | | | | | |
| Dívidas a terceiros -curto prazo | 962.038,10 | 5,97% | 826.447,73 | 4,39% | 510.557,26 | 2,74% | 605.438,09 | 3,26% |
| Total Passivo Circulante | 962.038,10 | 5,97% | 826.447,73 | 4,39% | 510.557,26 | 2,74% | 605.438,09 | 3,26% |
| Acrésc. de Custos e Proveitos Diferidos | 13.154.289,20 | 81,65% | 16.175.882,89 | 85,88% | 16.436.402,31 | 88,30% | 16.095.311,93 | 86,67% |
| Passivo | 16.110.789,32 | 100,00% | 18.834.394,63 | 100,00% | 18.613.555,66 | 100,00% | 18.570.870,06 | 100,00% |

Pelos valores apresentados constata-se que o Ativo cresceu 3.134.237,56€, a que corresponde uma taxa de crescimento de 5,19% relativamente ao ano transato e uma taxa de crescimento de 9,14% relativamente ao ano de 2012.

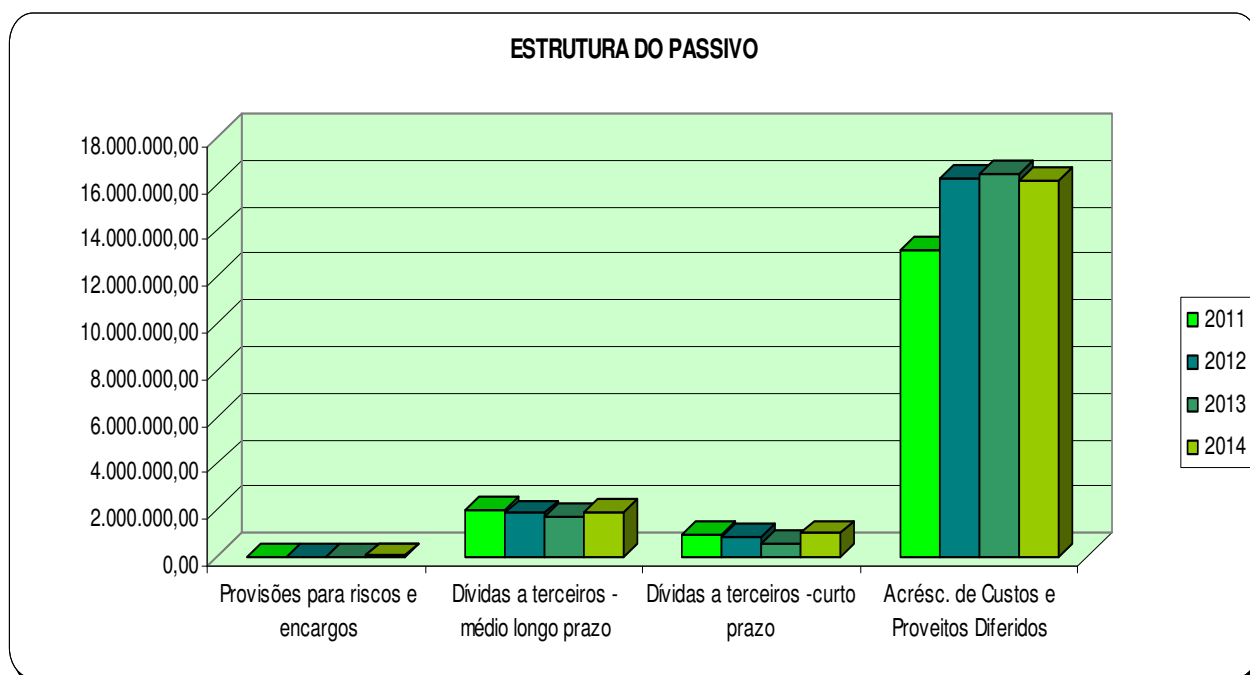
A estrutura dos Ativos é a que a seguir se apresenta graficamente, sendo que as variações mais significativas, em termos absolutos, ocorreram no Imobilizado.



Os Fundos Próprios tiveram uma taxa de crescimento de 7,61%. Este aumento deveu-se essencialmente ao crescimento das reservas em 10,94%.



O Passivo decresceu 0,23%, relativamente ao ano anterior. Este decréscimo deveu-se à diminuição dos acréscimos e diferimentos em 2,08%.



A) Indicadores do Balanço:

| Indicadores do balanço | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--|----------|----------|----------|----------|
| Estrutura do Ativo | | | | |
| - Ativo Fixo / Ativo Total | 96,82% | 96,92% | 96,22% | 96,85% |
| - Ativo Circulante / Ativo Total | 2,82% | 3,08% | 3,78% | 2,98% |
| - Ativo Fixo / Ativo Circulante | 3433,56% | 3142,85% | 2547,82% | 3249,37% |
| Estrutura do Passivo | | | | |
| - Capitais Permanentes /Passivo Total | 243,89% | 218,40% | 233,30% | 252,01% |
| - Passivo de Longo Prazo /Passivo Total | 12,38% | 9,73% | 8,95% | 10,04% |
| - Passivo Curto Prazo /Passivo Total | 5,97% | 4,39% | 2,74% | 3,26% |
| - Passivo Longo Prazo /Passivo Curto Prazo | 207,32% | 221,68% | 326,43% | 307,86% |
| Análise do Ativo Fixo | | | | |
| - Endividamento Médio Longo Prazo/Ativo Fixo | 3,86% | 3,25% | 2,87% | 3,03% |
| Análise do Passível Exigível | | | | |
| -> Coeficiente de Endividamento | | | | |
| - Div.a curto, médio e longo Prazo/Fundos Próprios e Passivo | 5,54% | 4,57% | 3,61% | 3,89% |
| -> Coeficiente de Endividamento a Curto Prazo | | | | |
| - Exigível Curto Prazo/Patrimônio Líquido | 5,44% | 4,59% | 2,81% | 1,35% |
| -> Coeficiente de Endividamento a Longo Prazo | | | | |
| - Exigível Médio e Longo Prazo/Patrimônio Líquido | 11,27% | 10,17% | 9,18% | 4,15% |
| Índice de Liquidez Imediata | | | | |
| -Disponibilidades/Exigível a Curto Prazo | 147,19% | 169,07% | 400,32% | 294,96% |
| Índice de Liquidez | | | | |
| -Ativo Circulante/Passivo Circulante | 156,54% | 216,92% | 446,59% | 312,65% |
| Índice de Solvência | | | | |
| -Dívidas a Terceiros/Ativo Total | 5,54% | 4,57% | 3,61% | 3,89% |
| Índice de Autonomia | | | | |
| -Patrimônio Líquido/Ativo Total | 33,13% | 31,00% | 30,07% | 70,76% |
| Rendibilidade Líquida do Ativo | | | | |
| - Resultado Líquido / Ativo | 3,68% | 2,88% | 3,86% | 2,44% |

Usualmente estes indicadores são utilizados para a apreciação da capacidade de endividamento e podem ser sinais da forma como evolui a situação financeira da Autarquia, não podendo, efetivamente, serem lidos como medida da capacidade de endividamento da mesma, uma vez que esta é definida por lei. Os recursos próprios da Autarquia dificilmente serão a garantia de endividamento perante terceiros, pois, os bens que os sustentam não podem, em grande parte, ser hipotecados nem alienados, visto tratarem-se de bens do domínio público ou de bens privados do Município necessários à prestação de utilidades públicas.

No entanto, pelo valor dos indicadores apresentados, obtém-se informação, que permite conhecer melhor a tendência evolutiva das massas patrimoniais, bem como fornecer elementos para posteriores decisões de natureza económico - financeira. Assim, poder-se-á concluir:

a) Do lado do **Ativo**, verificamos que o ativo fixo tem um peso considerável relativamente ao ativo total, pois representa 96,85%. Pela análise da estrutura do balanço verificamos que o Ativo Fixo sofreu um acréscimo significativo, os acréscimos e diferimentos sofreram um decréscimo na ordem dos 0,65% em relação ao ano passado.

b) Do lado do **Passivo**, verificamos que o passivo de longo prazo tem um peso de 307,86% relativamente ao passivo de curto prazo e um peso de 10,04% no Passivo Total. As dívidas a terceiros de curto prazo, aumentaram ao ano anterior, passando a ter um peso de 3,26% do Passivo Total. Refere-se que, nestas dívidas, está considerada a assunção da dívida do Município relativa à subscrição das unidades de participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM) para ano de 2015.

c) Outro elemento importante de análise é a participação do **Endividamento** de longo prazo no ativo fixo. Verifica-se que o endividamento de médio e longo prazo corresponde a 3,03%, o que quer dizer que é pouco representativo no ativo fixo avaliado. Salienta-se que este índice representa a garantia em bens da Autarquia aos seus financiadores. No entanto, pela sua natureza fundamental de domínio público, o património municipal não é, na grande parte, alienável ou é imprescindível ao desempenho das atribuições da Autarquia, pelo que este indicador apenas poderá ser sinal meramente indicativo da solvência do Município.

É importante referir que este indicador, apesar de apresentar um valor satisfatório, está, ainda, aquém do que realmente poderá ser, dado o facto do ativo fixo da Autarquia ainda não estar totalmente avaliado.

Refere-se que, apesar do trabalho de atualização do inventário efetuado em 2014 importa referir que não foram concluídas todas as fases de inventariação de alguns bens, designadamente bens imóveis, que estão na posse do Município, por falta de título legal para se efetuar o registo na Conservatória do Registo Predial. A Câmara Municipal está a trabalhar no sentido do suprimento legal desses documentos que se referem a bens antigos que estão na posse do Município há dezenas de anos, estando a decorrer os tramites procedimentais tendo como objetivo a realização das adequadas justificações notariais ou desafetações do domínio público para integração no domínio privado do Município.

d) O passivo composto pelo exigível de curto prazo (prazo de vencimento igual ou inferior a 12 meses), que inclui não só as dívidas orçamentais, como créditos de terceiros cobrados pela Autarquia e ainda não entregues, tem um peso de 1,35% sobre o Património Líquido. Dos índices apresentados salienta-se o decréscimo do peso do coeficiente do endividamento a curto prazo e um acréscimo do peso do coeficiente de endividamento de longo prazo relativamente ao Património Líquido.

e) Associando os indicadores do passivo exigível ao Índice de Liquidez Imediata e Geral, verifica-se que as disponibilidades existentes, à data de 31/12/2014, eram suficientes para suportar as dívidas de curto prazo, pois o seu peso representa 294,96%, das dívidas. Salienta-se também que o Ativo Circulante tem um peso de 312,65%. A liquidez imediata, mede a existência, no momento, de dificuldades de tesouraria. O valor de 312,65%, significa que o Município em 31 de dezembro de 2014, através de disponibilidades de tesouraria (1.785.781,37€), conseguia liquidar todas as suas dívidas de curto prazo (605.438,09€). Se complementarmos a análise do passivo exigível com a apreciação do

Índice de Solvência, e o Índice de Autonomia, verifica-se que as dívidas a terceiros representam 3,89% do Ativo Total e que o Património representa 70,76% do Ativo Total.

f) A Rendibilidade Líquida do Ativo permite aferir da relação entre custos e proveitos, em percentagem dos recursos patrimoniais. O resultado deste rácio, indica que no exercício de 2014, existiu uma gestão equilibrada dos meios colocados à disposição, com os custos a serem menores que os proveitos em cerca de 2,44% do Ativo.

B) Análise das Rubricas do Balanço:

Evolução do Ativo:

Imobilizado

As imobilizações líquidas, apresentadas à data de 31/12/2002, resultaram de uma avaliação, ainda que incompleta, dos bens móveis e imóveis da Autarquia e de novas aquisições de bens de imobilizado efetuadas durante o ano de 2002. Pois não se tinha procedido à avaliação dos bens do domínio público, nomeadamente infraestruturas viárias, de saneamento, de abastecimento de água, jardins, praças e passeios, etc.

Desta forma, o valor do *Imobilizado Bruto*, avaliado a 01/01/2003 era de 8.342.753,72€. Sendo 8.221.394,72€ relativo ao *Imobilizado Corpóreo*, 49.448,44€ de *Imobilizado Incorpóreo* e 71.910,56€ de *Investimentos Financeiros* e a amortização acumulada até aquela data, foi de 963.431,80€, resultando daí um **Imobilizado Líquido** de 7.379.321,92€.

No ano de 2014, relativamente aos **Bens de Domínio Público**, verificamos que houve um aumento de 1.012.594,69€ resultante de aquisições de serviços, nomeadamente na beneficiação das estradas, iluminação pública e parques e jardins no valor de 154.192,55€, de avaliações no valor de 423.467,26€ e aumento em imobilizações em curso de 434.934,88€, proveniente de obras em curso, dando origem a um valor bruto de 38.928.685,75€.

Estes valores podem ser analisados no mapa anexo ao Balanço – Ativo Bruto (Imobilizado Bruto).

As amortizações do exercício relativo ao imobilizado incorpóreo, apresentam um valor de 885.712,39€, tal como se pode analisar no mapa das Amortizações e Provisões.

O **Imobilizado Incorpóreo**, registou um aumento de 60.111,82€, sendo 37.350,18€, resultante de projetos de desenvolvimento de um software para o Museu da Comur, elaboração de projetos do Plano Diretor Municipal – Revisão, 8.248,42€ de transferências de valores em imobilizado em curso relativo ao projeto de eficiência hídrica e 22.761,64€ de valores de imobilizações corpóreas em curso relativo a projetos de avaliação ambiental da revisão do plano pormenor das pedrinhas e plano diretor municipal, dando origem a um valor de 620.879,89€ de imobilizado bruto, tal como se pode analisar no mapa anexo ao Balanço – Ativo Bruto (Imobilizado Bruto).

As amortizações do exercício relativo ao imobilizado incorpóreo, apresentam um valor de 30.387,95€, tal como se pode analisar no mapa das Amortizações e Provisões.

Durante o ano económico em análise, o **Imobilizado Corpóreo** da Autarquia registou um aumento de 3.165.237,97€ resultante de *aquisições de imobilizado* no valor de 1.918.131,83€, provenientes de aquisições de terrenos (237.709,41€), obras em edifícios e outras construções (119.662,03€), aquisição de equipamento básico (12.228,76€), equipamento de transporte (304.348,14€), ferramentas e utensílios (4.820,14€), equipamento administrativo (172.452,95€) e outras imobilizações corpóreas (84.437,28€), de imobilizações em curso no valor de 982.473,12€ e de avaliações no montante de 1.247.288,14€, proveniente de autos de avaliação de terrenos no montante de 496.592,71€, autos de avaliação de edifícios e outras construções 739.388,36€ e autos de avaliação de livros no valor de 11.307,07€.

Refere-se ainda que, foram transferidas de imobilizações em curso para a respetiva rubrica de Edifícios e outras construções as seguintes empreitadas: - Habitação Social Torreira; Armazéns Gerais; Comur - Museu Municipal;

Mercado de Pardelhas, totalizando um montante de 3.821.349,97€, bem como, para a rubrica terrenos e recursos naturais um terreno no valor de 6.383,39€.

O valor do imobilizado corpóreo bruto totaliza 29.563.757,69€

Saliente-se que no que se refere aos aumentos verificados no imobilizado corpóreo, através de avaliações, durante o ano de 2014 a Comissão de Avaliação lavrou 37 autos de avaliação, 2 relativos a terrenos, 5 imóveis e 30 arruamentos situados nas Freguesia do Bunheiro e Monte.

As amortizações do exercício de imobilizações corpóreas, apresentam um valor de 330.919,37€, tal como se pode analisar no mapa anexo ao Balanço – Amortizações e Provisões.

A rubrica de **Investimentos Financeiros** apresenta um aumento de 423.644,43€, resultante da contribuição do Município na realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM), a realizar em 7 anos, no valor de 423.764,99€ e a uma diminuição de 120,56€ relativo a ações da SIMRIA, uma vez que em 2002 resultante da redenominação e renominalização do capital social, a Autarquia teve que compartilhar o valor referido uma vez que o mesmo n.º de ações passaram a ter um valor superior, no entanto foi erradamente considerado como aumento de capital. Verificou-se também, uma reclassificação dos títulos de participação que o Município possui na Lusitanigás para a conta 412 – Obrigações e Títulos de Participação, uma vez que os nossos revisores oficiais de contas, são do entendimento que não se trata de partes de capital, mas sim títulos de participação.

O valor das participações em partes de capital totaliza o valor de 521.629,99€, referente a participações em ações nas seguintes sociedades:

- ERSUC;
- SIMRIA;
- LUSITANIAGÁS;
- AdRA;
- FAM (Fundo de Apoio Municipal)

Acréscimos e Diferimentos:

As receitas são reconhecidas nos exercícios a que dizem respeito independentemente do seu recebimento.

Constata-se que os Acréscimos de Proveitos representam 0,17% do Ativo Total e resultaram exclusivamente da identificação das dívidas de terceiros em 31/12/2014, originando acréscimos de Proveitos no valor de 103.077,27€ e custos diferidos no valor de 3.595,76€. No quadro seguinte encontram-se discriminados os acréscimos de proveitos:

Acréscimos de Proveitos

| Designação | Valor |
|--|---------------------|
| Imposto Único de Circulação | 14.430,70 € |
| Imp. Municipal Transmissões Onerosas de Imóveis | 8.529,86 € |
| Juros Compensatórios | 37,61 € |
| Imposto Municipal sobre Imóveis | 13.730,93 € |
| Juros de Mora | 1.277,38 € |
| Juros de Depósitos | 12.606,45 € |
| Resíduos Sólidos | 32.688,36 € |
| DGESTE | 12.320,32 € |
| DGAL - Transportes Escolares | 828,00 € |
| Taxa Municipal Direitos Passagem - MEO/Cabovisão/Nos/Oni | 510,59 € |
| Dividendos Lusitânia Gás | 6.117,07 € |
| TOTAL | 103.077,27 € |

Dívidas de Terceiros:

As dívidas de terceiros, contabilizadas em 31/12/2014, foram de 82.896,25€. Este valor desdobra-se nas dívidas de Clientes, Contribuintes, Utentes e Outros Devedores referentes a diversos serviços prestados pela Autarquia. Salienta-se que destes créditos, 40.793,85€ dizem respeito a dívidas relativas à habitação social, 1.853,12€ a dívidas com almoços e prolongamento de horário e estão registados em cobrança duvidosa (água, resíduos sólidos, limpeza de fossas, ocupação da via pública, construção de ramais e mercados) 23.136,34€ dos quais 833,75€, estão provisionados.

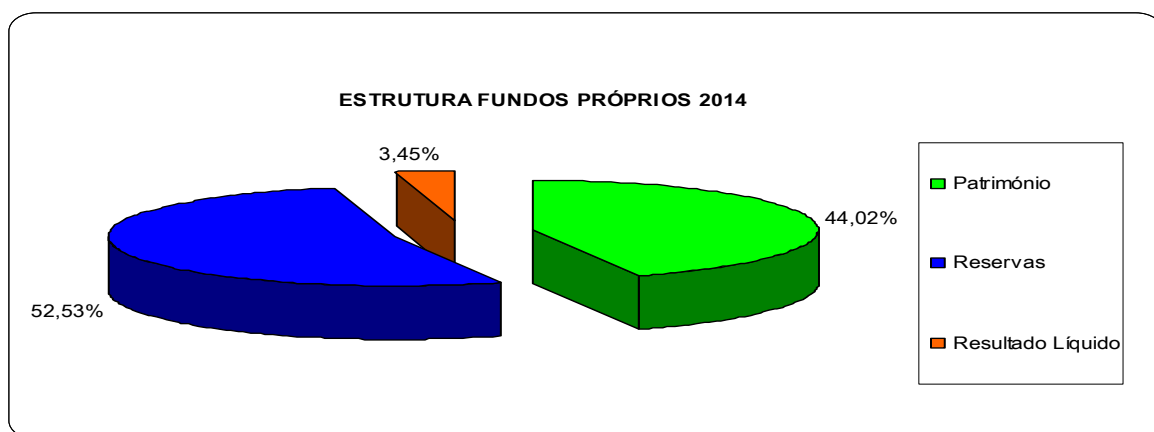
Disponibilidades:

As disponibilidades totalizam 1.785.781,37€, sendo 1.783.766,82€ de depósitos em Instituições Financeiras e 2.014,55€ de valores em caixa, conforme se pode observar no Mapa do Resumo Diário de Tesouraria, no Balanço e no mapa de Fluxos de Caixa. Neste mapa verificamos que os valores dividem-se em: Saldo de Gerência Orçamental e de Operações de Tesouraria, sendo 1.405.154,59€ e 380.626,78€, respetivamente.

A diferença de 8,29€ no saldo de Operações de Tesouraria do mapa de Operações de Tesouraria e o saldo dos Fluxos de Caixa e do Resumo Diário de Tesouraria, deve-se a arredondamentos na transposição de saldos iniciais de escudos para Euros (0,98€) e a valor de 7,31€ que se encontra em crédito nos Serviços Estrangeiros e Fronteiras.

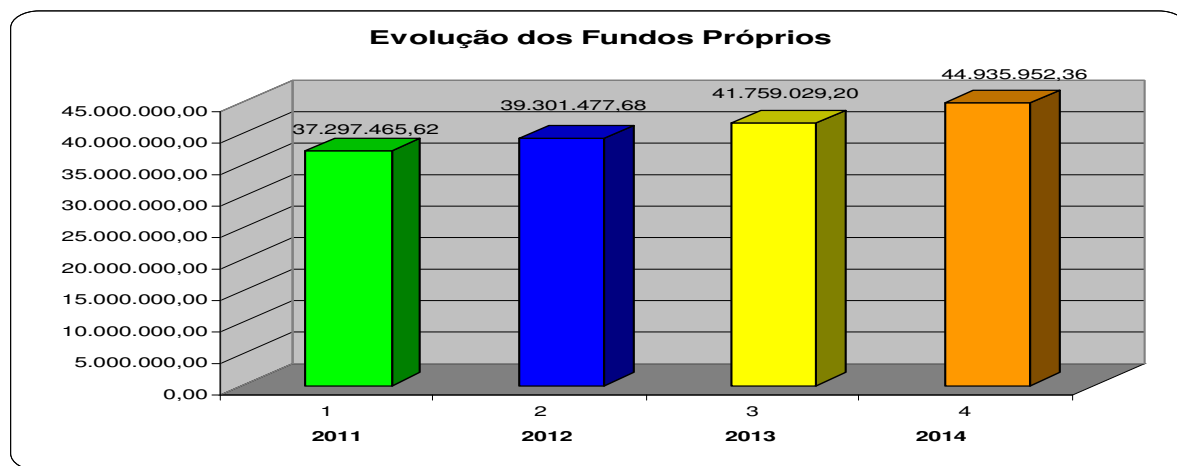
Estrutura dos Fundos Próprios:

No final do exercício de 2014, os Fundos próprios da Autarquia eram 44.935.952,36€. O aumento dos Fundos Próprios resulta do aumento do Património em 1.626.876,48€ (relativo a avaliações patrimoniais de terrenos, edifícios e outras construções, avaliação de livros e regularização de valor dos títulos negociáveis), do aumento das Reservas no valor 2.327.582,26€ (aplicação de resultados do ano anterior) e ao decréscimo dos Resultados Líquidos do Exercício no valor de 777.535,58€. No gráfico apresentado verificamos que o património representa 44,02% dos Fundos Próprios, as Reservas 52,53% e os Resultados Líquidos 3,45%.



O valor da conta 51 "Património" de 19.780.085,77€, corresponde ao valor do património inicial, com os reforços que a lei obriga, acrescido das avaliações efetuadas nos vários exercícios económicos.

No gráfico seguinte, podemos verificar que os Fundos Próprios Autárquicos têm vindo a crescer de ano para ano.



Face às imposições do ponto 2.7.3 do POCAL, os resultados líquidos serão transferidos para os resultados transitados, cujo montante deverá ser repartido de modo a que a conta 51 “Património” corresponda a 20% do Ativo Líquido. Atualmente, o valor registado naquela conta corresponde a 31,15% do Ativo Líquido, logo a Autarquia não necessita de reforçar a conta 51 “Património”. Deverá nos termos do ponto 2.7.3.5 do POCAL, constituir um reforço da conta 571 “Reservas Legais”, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do exercício.

Evolução do Passivo:

O Passivo da Autarquia resume-se a 12 rubricas: Provisões para riscos e encargos; Dívida a Terceiros de Médio e Longo Prazo (Empréstimos Bancários e FAM); Fornecedores c/c; Fornecedores – Faturas em receção e conferência; Fornecedores de imobilizado; Estado e outros entes públicos; Outros Credores (dívidas a terceiros de curto prazo); Associações Privadas; Fornecedores de Imobilizado – Faturas em receção; Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos.

Provisões para riscos e encargos:

A constituição de provisões corresponde à aplicação em concreto do princípio da prudência e implica o reconhecimento de uma perda provável de valor de ativos (aplicações financeiras).

Esta rubrica apresenta um valor de 6.208,99€, resultou da diferença de cotações de aplicações financeiras.

Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo:

O valor em dívida em 31/12/2014 apresentado pela Autarquia nesta rubrica corresponde a 1.863.911,05€, sendo 1.500.684,06€ relativo a empréstimos de médio e longo prazo e 363.226,99€ relativo ao valor da participação no capital social no FAM (encargos de 6 anos).

Dívidas a Terceiros de Curto Prazo:

Em 31/12/2014, as dívidas a Fornecedores, c/c totalizavam 136.777,75€, as dívidas a Fornecedores – Faturas em receção e conferência apresenta o saldo de 10.881,68€, as dívidas a Fornecedores de imobilizado, c/c totalizavam 2.179,10€, as dívidas a fornecedores de imobilizado – faturas em receção apresenta o saldo de 10.546,80€ e as dívidas a Outros credores totalizavam 415.891,79€, salienta-se que esta rubrica inclui o valor de 60.538,00€ da participação no capital no FAM para o ano 2015 (1 ano).

Acréscimos de Custos:

Acréscimos de Custos 2014

| Designação | Valor |
|--|---------------------|
| EDP | 1.890,60 € |
| Comunicações | 1.181,15 € |
| Encargos Min. Finanças - Imposto Municipal s/Imóveis | 352,97 € |
| Encargos Min. Finanças - Imposto Municipal s/Transm Onerosas Imóveis | 952,77 € |
| Encargos Min. Finanças - Imposto Único de Circulação | 394,01 € |
| Encargos TPA | 213,50 € |
| IRC Dividendos Lusitânia Gás | 1.501,01 € |
| IRC Juros depósitos a prazo Totta | 129,55 € |
| IRC Juros depósitos a prazo BIC | 2.595,68 € |
| AdRA | 4.407,05 € |
| ERSUC | 9.754,85 € |
| Remunerações | 191.755,39 € |
| Regularização TSU | 2.870,45 € |
| ADSE | 849,22 € |
| El Corte Inglés | 648,66 € |
| Total | 219.496,86 € |

As despesas são reconhecidas quando ocorrem, independentemente do seu pagamento. Esta conta apresenta um saldo de 219.496,86€ referente a custos do ano de 2014 nomeadamente com, encargos de vencimentos, encargos com comunicações, encargos de liquidação e cobrança de receitas, encargos bancários, consumos de água e tratamento de resíduos sólidos, encargos com ADSE e regularização TSU, tal como se pode verificar no quadro anterior.

 Proveitos Diferidos:

Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes. Esta conta destina-se a registar proveitos que se creditam num exercício, mas que devem reportar-se ao exercício ou exercícios seguintes.

São, portanto, receitas antecipadas, que deverão ser transferidas para a conta 7983 – “Transferências de Capital”, à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitem. No caso de empreitadas, esta situação ocorre após receção provisória das obras. No caso de equipamentos subsidiados, após receção da fatura e respetiva inventariação.

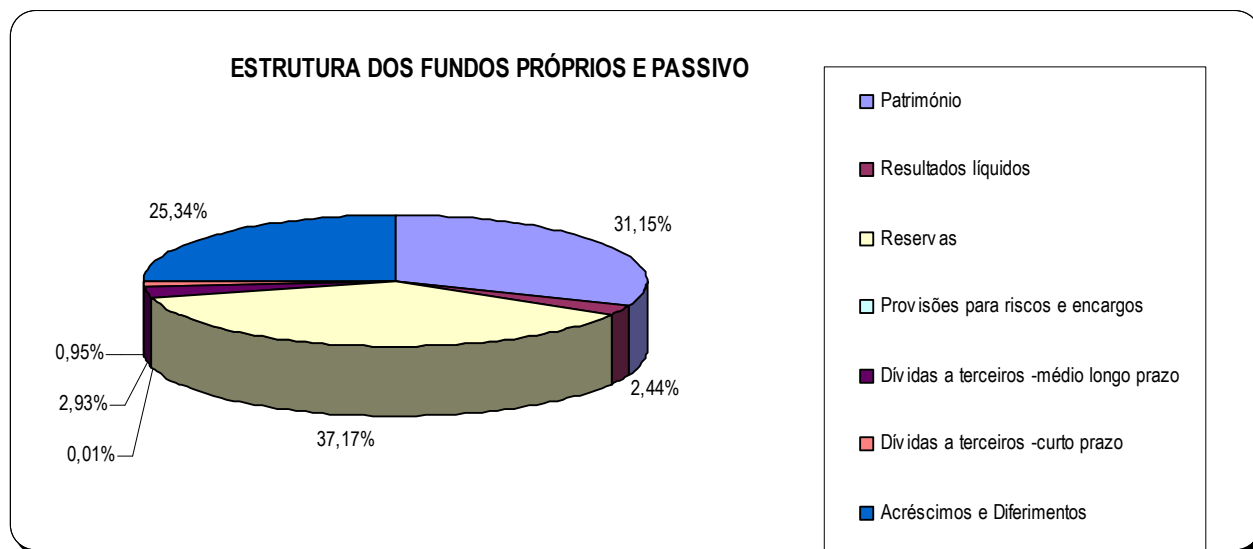
O valor apresentado de 15.875.815,07€, resulta do registo dos subsídios ao investimento que ainda não foram reconhecidos como proveitos, provenientes do QCA III ao abrigo do FEDER, URBCOM, AGRIS, MARIS, POSI, MAPE e PRODED recebidos durante os anos de 2002 a 2014, investimentos no âmbito QREN ao abrigo do FEDER e ainda do IHRU- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana ao abrigo do Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de junho.

Ao abrigo do QREN, as verbas arrecadadas em 2014 totalizaram 35.230,54€, sendo transferido pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional o valor de 28.280,22€ e do Instituto de Financiamento de Agricultura e Pesca o valor de 6.950,32€.

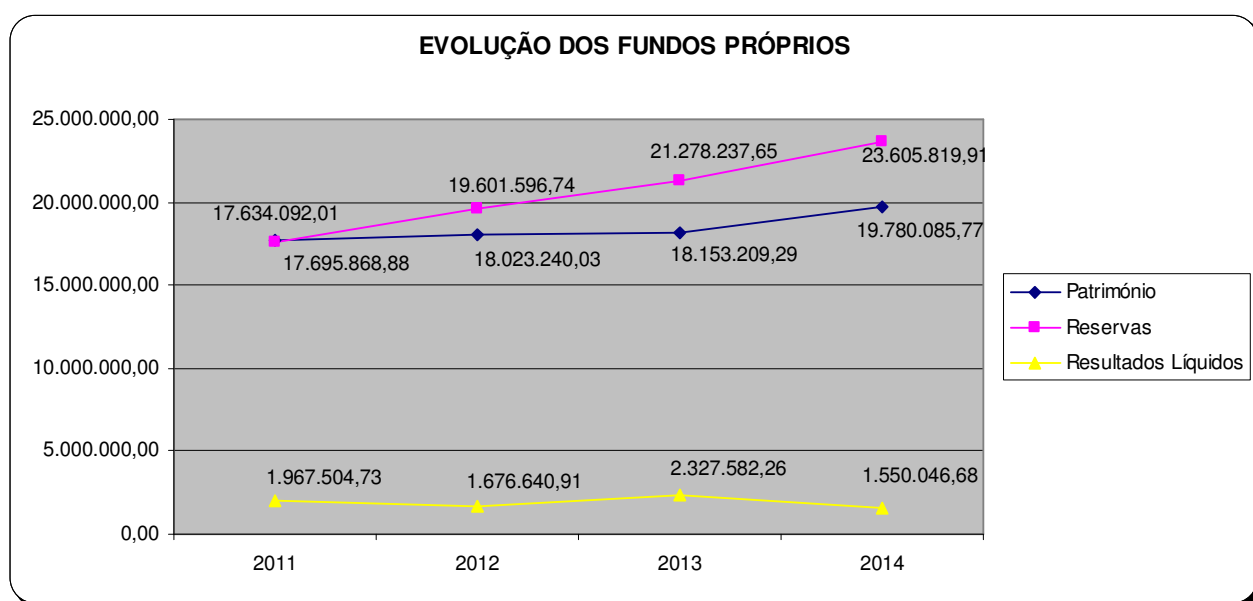
O valor correspondente ao reconhecimento de proveitos totalizou 324.238,89€, sendo 72,05€ relativo ao Programa Rede Social; QREN programa SAMA o valor de 10.810,16€ relativo ao Programa Operação + Maria; do Programa URBCOM 325,75€; 89.486,23€ relativo ao Q.C.A.III FEDER, PRODED (Piscina Municipal) o montante de 13.485,24€, POVT o montante de 79.753,24€; IHRU – Habitação Social na Torreira o montante de 14.966,89€; QREN - FEDER o montante de 107.890,69€, Eficiência Hídrica o montante de 2.185,64€ e Recursos Endógenos 5.263,00€.

□ Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo:

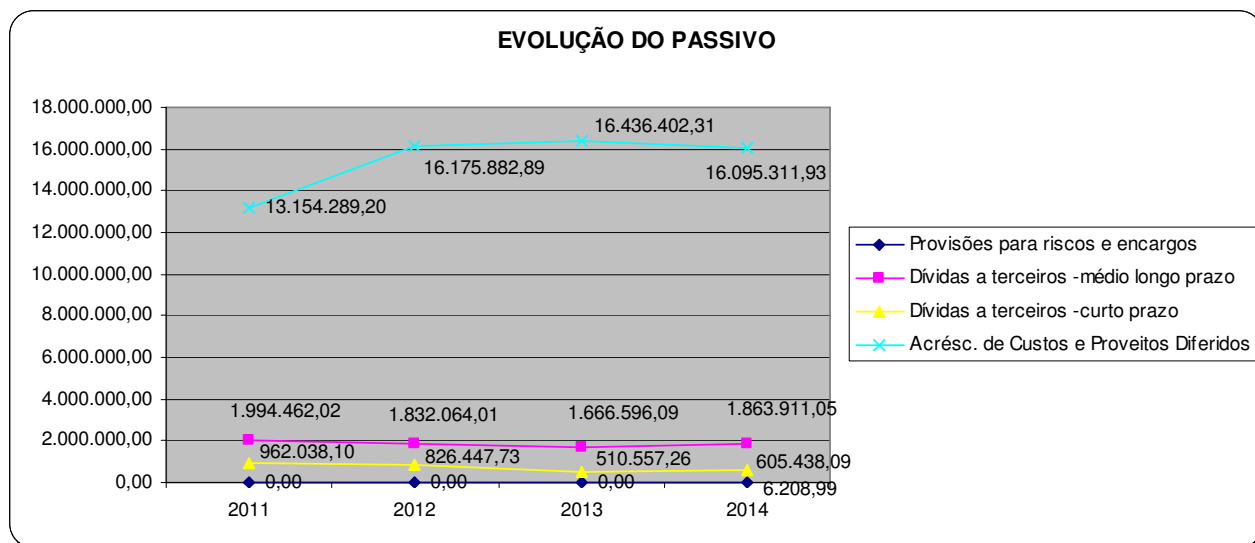
A figura seguinte, mostra-nos a estrutura do Passivo e dos Fundos Próprios, do ano de 2014:



Pela análise do gráfico anterior, verificamos que as reservas e o património têm o maior peso no total dos fundos próprios e passivos. Nos gráficos seguintes podemos analisar a evolução das diferentes rubricas do passivo e fundos próprios nestes quatro anos.



O gráfico da Estrutura dos Fundos Próprios, mostra o aumento do Património, bem como a evolução das Reservas e dos Resultados Líquidos.



Como se verifica pelo gráfico da Estrutura do Passivo, a rubrica Provisões para Riscos e Encargos, reconhece uma perda provável de valor de ativos; as Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo, sofreram um aumento, justificado pelo reconhecimento da dívida na participação do Município na realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal. As dívidas a Terceiros de Curto Prazo sofreram um ligeiro acréscimo relativamente ao ano anterior, e refletem também o reconhecimento da dívida de curto prazo relativo à realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal. Os acréscimos de custos e proveitos diferidos sofreram um decréscimo.

5.3 ANÁLISE DA ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se um total de **Custos** no montante de 5.341.726,19€ e de **Proveitos** no valor de 6.891.772,87€. Desta situação resultou um **Resultado Líquido** positivo de 1.550.046,68€, que se reflete do seguinte modo:

Demonstração dos Resultados por Atividades

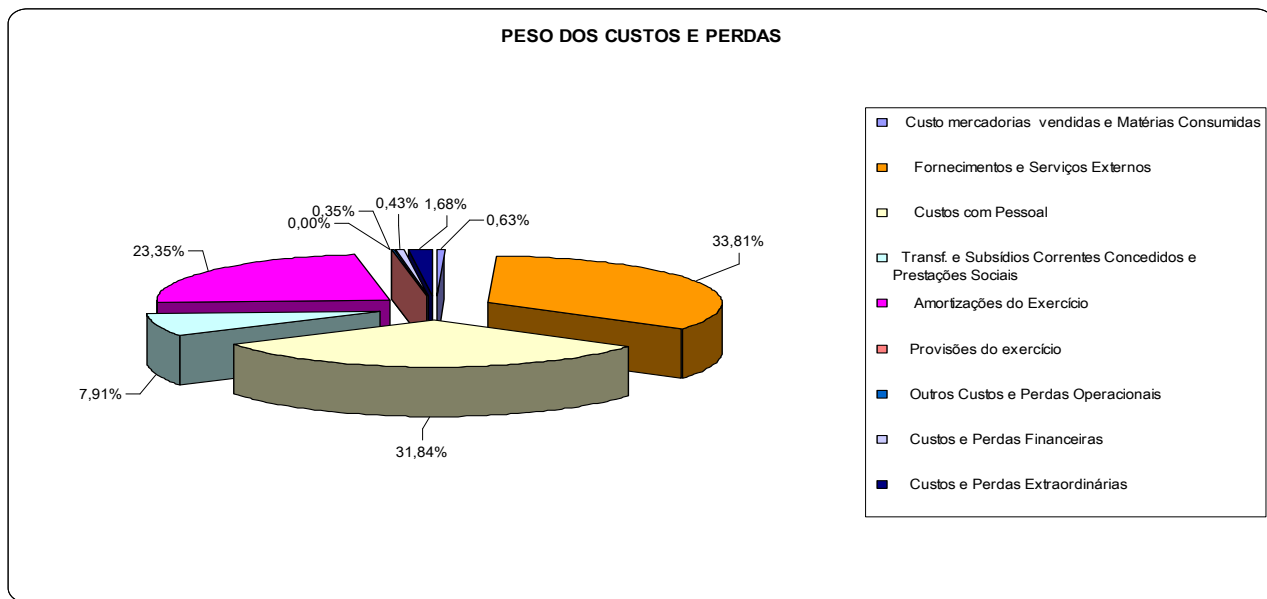
| Atividade | 2011 | | 2012 | | 2013 | | 2014 | |
|---|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Custos e Perdas: | | | | | | | | |
| Custo Merc. Vendidas e Mat. Consumidas | 17.935,38 | 0,38% | 20.298,42 | 0,42% | 20.738,25 | 0,41% | 33.881,83 | 0,63% |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 1.687.574,55 | 35,47% | 1.790.059,03 | 36,92% | 1.734.511,28 | 34,47% | 1.806.264,15 | 33,81% |
| Custos com Pessoal | 1.554.429,45 | 32,67% | 1.524.855,08 | 31,45% | 1.641.839,31 | 32,63% | 1.701.012,68 | 31,84% |
| Transf. e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais | 227.795,48 | 4,79% | 206.424,12 | 4,26% | 357.440,02 | 7,10% | 422.464,94 | 7,91% |
| Amortizações do Exercício | 893.372,28 | 18,78% | 895.308,94 | 18,47% | 986.829,49 | 19,61% | 1.247.019,71 | 23,34% |
| Provisões do Exercício | 833,75 | 0,02% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Outros Custos e Perdas Operacionais | 14.230,00 | 1,79% | 14.364,00 | 0,30% | 14.477,00 | 0,29% | 18.563,24 | 0,35% |
| Custos e Perdas Financeiras | 28.592,90 | 0,60% | 28.623,76 | 0,59% | 21.669,23 | 0,43% | 22.960,23 | 0,43% |
| Custos e Perdas Extraordinárias | 333.332,30 | 7,01% | 368.502,62 | 7,60% | 254.480,88 | 5,06% | 89.559,41 | 1,68% |
| Total | 4.758.096,09 | 100,00% | 4.848.435,97 | 100,00% | 5.031.985,46 | 100,00% | 5.341.726,19 | 100,00% |
| Proveitos e Ganhos: | | | | | | | | |
| Vendas e Prestações de Serviços | 793.127,02 | 11,79% | 843.144,18 | 12,92% | 833.845,23 | 11,33% | 816.502,74 | 11,85% |
| Impostos e Taxas | 1.549.506,67 | 23,04% | 1.586.646,37 | 24,32% | 1.931.649,44 | 26,25% | 2.007.153,91 | 29,12% |
| Transferências e Subsídios Obtidos | 3.808.381,54 | 56,63% | 3.755.169,69 | 57,55% | 4.000.653,71 | 54,36% | 3.672.968,53 | 53,29% |
| Outros Proveitos e Ganhos Operacionais | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| Proveitos e Ganhos Financeiros | 20.225,85 | 0,30% | 70.083,06 | 1,07% | 39.866,32 | 0,54% | 53.001,72 | 0,77% |
| Proveitos e Ganhos Extraordinários | 554.359,74 | 8,24% | 270.033,58 | 4,14% | 553.553,02 | 7,52% | 342.145,97 | 4,96% |
| Total | 6.725.600,82 | 100,00% | 6.525.076,88 | 100,00% | 7.359.567,72 | 100,00% | 6.891.772,87 | 100,00% |
| Resultado Líquido do Exercício | 1.967.504,73 | | 1.676.640,91 | | 2.327.582,26 | | 1.550.046,68 | |

□ ANÁLISE DE CUSTOS E PERDAS:

Aqui, são registados, todos os custos e perdas que a Autarquia suporta na sua atividade, representando as diminuições dos fundos próprios decorrentes da atividade autárquica.

Uma análise de estrutura permite-nos concluir que, em termos de custos, o maior peso está concentrado nos Custos com Fornecimentos e Serviços Externos (1.806.264,15€) e nos Custos com o Pessoal (1.701.012,68€). Pela análise do quadro apresentado, verificamos que os custos e perdas foram superiores aos que se verificaram no ano de 2013. Para este aumento contribuiu essencialmente o acréscimo dos custos nas seguintes rubricas: Fornecimentos e serviços externos, Custos com o Pessoal, Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais, e as amortizações do exercício.

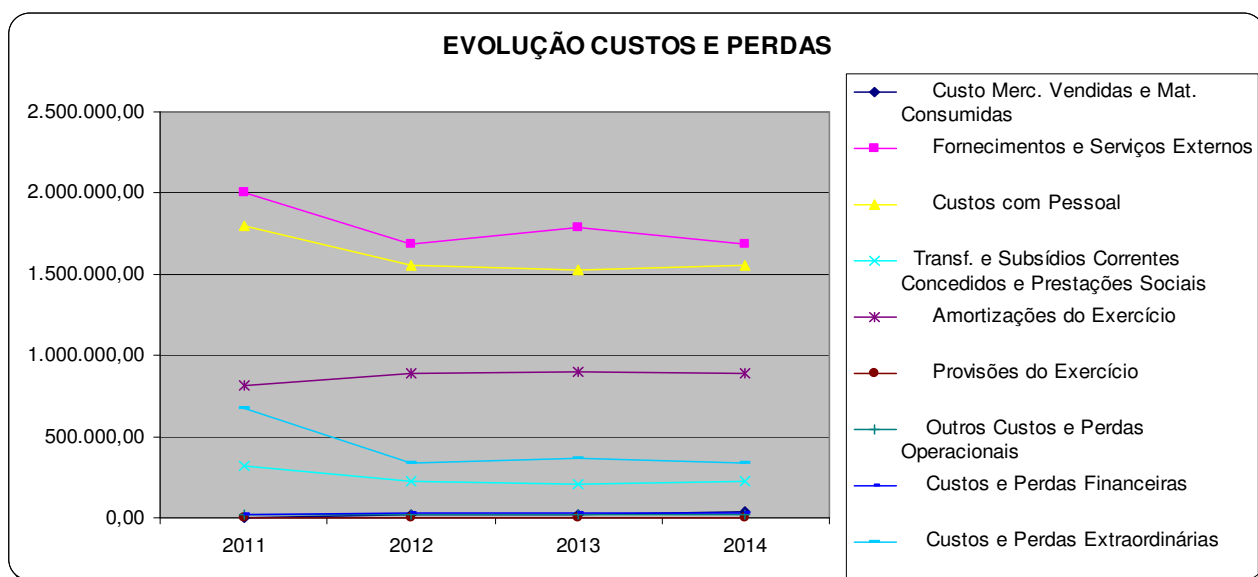
O gráfico que a seguir apresentamos, mostra-nos o peso de cada rubrica dos custos e perdas.



O montante de “Outros Custos e Perdas Operacionais” (18.563,24€), refletem custos afetos à quotização da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e Associação Portuguesa de Corredores Verdes e os encargos com IRC de juros de capitais e dividendos.

O valor dos “Custos e Perdas Financeiras” sofreram um ligeiro acréscimo relativamente ao ano anterior. Estes valores reportam-se a juros do empréstimo de médio e longo prazo e diversos serviços bancários e representam um acréscimo de 5,96% relativamente ao ano transato.

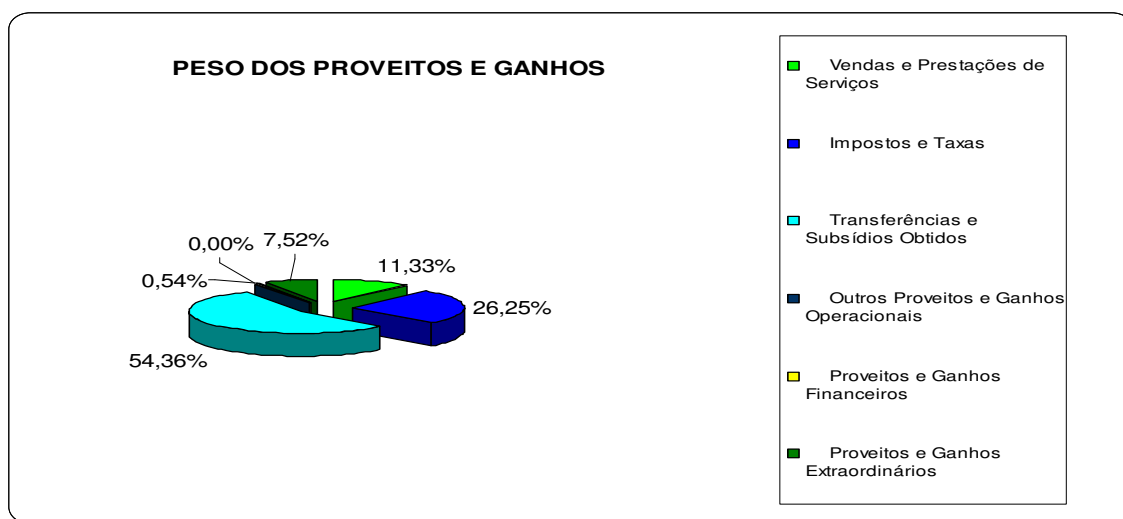
O valor dos “Custos e Perdas Extraordinárias” reporta-se a transferências de capital ao Município de Estarreja no âmbito do Projeto CicloRia, às Instituições sem fins lucrativos, multas e outras penalidades, restituições de verbas cobradas indevidamente e correções relativas a exercícios anteriores. Apresentando um decréscimo na ordem dos 64,81% relativamente ao ano anterior.



□ ANÁLISE DE PROVEITOS E GANHOS:

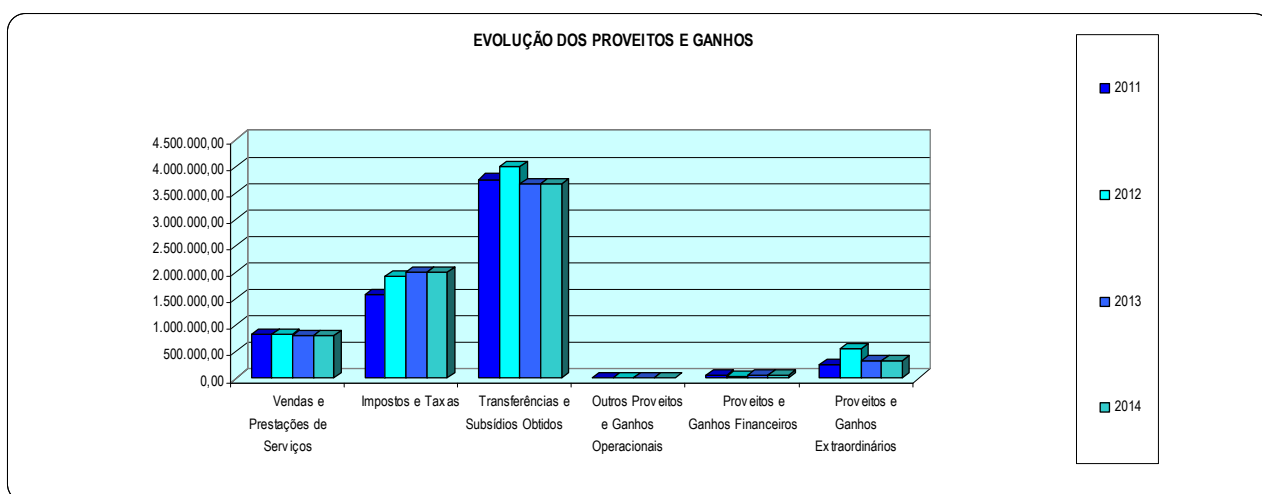
Relativamente aos Proveitos e Ganhos, verificamos que houve um decréscimo comparativamente ao ano anterior, essencialmente pela diminuição das transferências de subsídios obtidos.

As verbas obtidas têm a sua origem essencialmente em Transferências e Subsídios Obtidos (3.672.968,53€), nos Impostos e Taxas (2.007.153,91€) e nas Vendas e Prestações de Serviços (816.502,74€).



Os valores de “Proveitos e Ganhos Financeiros” são provenientes de juros de depósitos, contratos de concessão de terrenos de cemitérios, dividendos da SIMRIA, ERSUC, AdRA e Lusitaniagas, totalizando o valor de 53.001,72€. Verificando-se um acréscimo na ordem dos 32,95%.

Os valores de “Proveitos e Ganhos Extraordinários” são provenientes de pagamentos de custas de processo contencioso, indemnizações e reconhecimento de proveitos provenientes de amortizações de subsídios obtidos, no âmbito dos Programas URBCOM, Programa da Rede Social, FEDER ao abrigo do Q.C.A.III, FEDER e SAMA ao abrigo do QREN e Programa POVT, que totalizaram 342.145,97€.



5.4 NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

INTRODUÇÃO:

As notas, que a seguir se apresentam, visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de Prestação de Contas exigidas no ponto 2 do POCAL, no art.º 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e na resolução n.º 4 / 2001 – 2ª Secção do Tribunal de Contas.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis, ou para cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3.2 do POCAL, segundo a convenção dos custos históricos, sempre que possível, na base da continuidade das operações, a qual permitiu elaborar o Balanço Inicial e estabelecer correlação entre este e o Balanço Final de 2014. Os registos contabilísticos foram efetuados em conformidade com os princípios da prudência, especialização dos exercícios (para valores materialmente relevantes), consistência e materialidade. O princípio da forma prevaleceu sobre o da substância em observância às disposições constantes do POCAL.

8.1- Caracterização da Entidade:

Para efeito de complemento de informação sobre a Autarquia, elaborou-se o quadro referente à caracterização da entidade, com as informações que se julgam mais relevantes relativamente ao presente ponto.

8.2- Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados:

8.2.1 - O POCAL obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos:

A Autarquia, já implementou a Contabilidade de Custos, apresentando a sua prestação de contas com base nos três sistemas contabilísticos, no entanto, salienta-se que, por falta de recursos humanos afetos aos trabalhos externos (obras por administração – controlo e registos dos custos), não nos é possível apresentar com rigor todos os custos inerentes às obras.

Estando cientes de todas as dificuldades encontradas, normais na implementação da Contabilidade de Custos, e dos ajustes a realizar para o futuro, da análise feita, acreditamos estar no bom caminho para a produção de informação de grande utilidade para a gestão da Autarquia.

8.2.2- Esta nota remete-nos para a comparação do Balanço e Demonstração de Resultados do exercício económico com os anos anteriores, a fim de indicar e comentar os conteúdos que não sejam comparáveis:

Durante o ano de 2014 procedeu-se á reclassificação de um investimento financeiro (títulos de participação da Lusitaniagás), passando de partes de capital (411) para obrigações e títulos de participação (412), bem como, se reconheceu a subscrição do capital social no Fundo de Apoio Municipal, que é representado por unidades de participação (conta 412). Incluiu-se no Passivo a rubrica de Provisões para riscos e encargos, para fazer face a diferenças de cotações de aplicações financeiras que o Município possui e a rubrica fornecedores de imobilizado - faturas em receção e conferência, uma vez que em no ano anterior não existia dívidas nesta rubrica.

8.2.3- Para efeitos de avaliação e atualização dos bens de Imobilizado Corpóreo, foram utilizadas as regras, critérios, métodos e procedimentos definidos no Regulamento de Inventário e Cadastro, aprovado pela Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2000 e publicado no DR II Série, em 29 de janeiro de 2001, os quais obedecem às disposições do POCAL e do CIBE.

a) Para o Imobilizado adquirido até 31/12/2001:

a1) Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico, através da reconciliação entre os documentos contabilísticos justificativos da aquisição, reportados aos últimos dez anos, e à inventariação física dos bens.

a2) Na impossibilidade do cumprimento do exposto na alínea anterior, para os bens móveis, foi utilizado o método comparativo. Este método consistiu em comparar bens já avaliados, com outros com as mesmas características (mesma descrição, marca e modelo).

a3) Para os bens móveis, relativamente aos quais não se pode aplicar nenhum dos métodos anteriores, utilizou-se o método do valor de mercado, previsto no POCAL. Considera-se o valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação, e atendendo ao estado de conservação. Considerando-se as seguintes percentagens sobre o valor de mercado:

. Mau Estado de Conservação - 20%;

. Razoável Estado de Conservação - 50%;

. Bom Estado de Conservação - 80%;

a4) Para veículos o método utilizado foi o critério do custo histórico.

a5) Para a avaliação de bens imóveis foi utilizado, na generalidade, o método do custo, o qual corresponde ao cálculo do valor de substituição em novo, deduzido da depreciação física, de forma a obter o valor real. Na avaliação dos terrenos e de edifícios, foi utilizado o método do mercado, de acordo com o registo na Conservatória e pela comissão de avaliação das Finanças.

Salientamos que durante o ano 2014, foram inventariados 37 bens imóveis pela Comissão de Avaliação, nomeadamente: 2 terrenos de domínio privado da Autarquia (Quintas do Norte - Freguesia da Torreira e parcela n.º 54 - Parque Municipal – Freguesia da Murtosa), de acordo com os seguintes critérios: *“A comissão teve em consideração, os preços correntes de mercado, a localização do terreno e valor atribuído pela A.T.”* e cinco edifícios (edifício denominado “Escolinha”, Mercado Municipal da Torreira, edifício dos antigos Paços do Concelho, antigo Matadouro Municipal e Mercado Municipal de Pardelhas), de acordo com os seguintes critérios: *“o valor atribuído teve em consideração os preços correntes de mercado para obras similares, a localização e ainda o estado de conservação do bem e o valor atribuído pela A.T. determinado em 2013”*.

b) Os Investimentos Financeiros (Partes de Capital) foram avaliados ao preço de aquisição, considerando o valor resultante da redenominação e renominalização do capital social ocorrida em 2002, bem como, apresentam o valor da subscrição no capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM).

a) As Dívidas de e a Terceiros, são expressas pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam.

b) As Disponibilidades de Caixa e Depósitos Bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.

c) As amortizações foram calculadas por ano económico, em função da vida útil de cada tipo de ativo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE. Salienta-se que, os bens adquiridos em anos anteriores, mas apenas arrolados e avaliados este ano, foram incorporados no balanço e as respetivas amortizações foram consideradas do exercício. Assim, o valor das amortizações apresentado no ponto 8.2.8 reporta-se ao imobilizado do ativo fixo até à data de 31/12/2014.

8.2.3- Situações em que o resultado do exercício foi afetado por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo:

No ano de 2014, foram criadas provisões para riscos e encargos resultantes da diferença de cotações de uma aplicação financeira.

8.2.6 – Movimentos ocorridos na conta 432 – “Despesas de investigação e de desenvolvimento”:

Durante o ano de 2014, foram efetuados movimentos na conta 432, no montante de 45.598,60€, relativo a Elaboração de Estudos e Projetos (Plano Diretor Municipal - Revisão), Desenvolvimento e Produção de software para a Comur - Museu Municipal e integração do Projeto de Eficiência Hídrica.

8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado constantes do Balanço e Amortizações e Provisões

8.2.7.1 – Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Imobilizado:

Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2014, relativamente às rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço encontram-se resumidos no mapa do Ativo Bruto (Imobilizado).

Os factos ocorridos durante o exercício económico de 2014, resumem-se a:

- **Aumentos** nos Bens de Domínio Público no valor de 1.012.594,69€, resultou de aquisições de serviços, nomeadamente, na beneficiação de estradas, iluminação pública, parques e jardins no valor de 154.192,55€, 434.934,88€ que resultam de autos de medição das obras em curso e 423.467,26€ relativo a avaliações (outras construções e infraestruturas). O valor do saldo final para balanço é de 38.928.685,75€.

O Imobilizado Incorpóreo, sofreu um aumento de 60.111,82€, resultante de projetos de desenvolvimento de software para Comur - Museu Municipal e da elaboração de estudos e projetos (37.350,18€), 22.761,64€ relativo a projetos de imobilizado em curso e transferência de projeto de imobilizado em curso para imobilizado incorpóreo. O valor do saldo final para balanço é de 620.879,89€.

No Imobilizado Corpóreo, verificou-se um aumento de 3.165.237,97€, resultante de aquisições no montante de 1.918.131,83€, sendo 982.473,12€ referente a imobilizações em curso, de avaliações no montante de 1.247.288,14€ proveniente de: autos de avaliação de terrenos (496.592,71€), autos de avaliação de edifícios e outras construções no montante de 739.388,36€ e avaliações de livros no montante de 11.307,07€. O valor do saldo final para balanço é de 29.563.757,69€.

- No Investimento Financeiro, verificou-se um aumento de 423.764,99€, resultante do reconhecimento da subscrição na realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM).

- **Diminuições:**

- No Investimento Financeiro, verificamos uma redução de 120,56€, resultante da correção efetuada a um movimento contabilístico de 2002 que erradamente foi considerado como aumento de capital da SIMRIA, quando na realidade a despesa despendida resultou da redenominação e renominalização do capital social, permanecendo o mesmo número de ações, que passaram a ter um valor superior. Assim o valor do saldo final para balanço é de 521.629,99€.

8.2.7.2 – Movimentos ocorridos nas rubricas do mapa das Amortizações e Provisões:

As amortizações efetuadas no exercício de 2014 estão refletidas no Mapa das Amortizações e Provisões.

Este mapa apresenta-nos um facto patrimonial:

- **Aumento** de Amortizações referente às amortizações do exercício no valor de 1.247.019,71€.

8.2.14 – Relação dos bens de imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade:

O Ativo fixo da Autarquia está deficitariamente avaliado, por ainda se encontrar a decorrer a inventariação. Salienta-se que, esta inventariação está a ser realizada com os recursos humanos da Autarquia, e pelo facto de ser um trabalho complexo ainda não está totalmente concluído.

Refere-se que, apesar do trabalho de atualização do inventário efetuado em 2014 importa referir que não foram concluídas todas as fases de inventariação de alguns bens, designadamente bens imóveis, que estão na posse do Município, por falta de título legal para se efetuar o registo na Conservatória do Registo Predial. A Câmara Municipal

está a trabalhar no sentido do suprimento legal desses documentos que se referem a bens antigos que estão na posse do Município há dezenas de anos, estando a decorrer os tramites procedimentais tendo como objetivo a realização das adequadas justificações notariais ou desafetações do domínio publico para integração no domínio privado do Município.

8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortizações e a indicação das respetivas razões:

Os bens inventariados de domínio público, que se encontram refletidos no Balanço da Autarquia, estão sujeitos a amortizações de acordo com o CIBE.

8.2.16 – Entidades Societárias:

A Autarquia participa no capital social de algumas sociedades concessionárias de exploração de sistemas municipais. As sociedades, em que a Autarquia participa, encontram-se descritas no mapa apresentado com a correspondente percentagem e valor de participação.

| Denominação Social | Capital Social | Participação | | Resultados Líquidos 2014 |
|---|----------------|--------------|-----------|--------------------------|
| | | % | Valor | |
| ERSUC-Empresa de Resíduos S.U.Coimbra | 8.500.000,00 | 0,423 | 35.970,00 | 605.006,00 |
| LUSITANIAGÁS-Comp.Gás do Centro | 20.500.000,00 | 0,021 | 4.400,00 | 10.523.163,62 |
| SIMRIA-Saneamento Integrado Municípios da Ria | 16.712.225,00 | 0,300 | 50.145,00 | 2.006.403,00 |
| AdRA -Águas da Região de Aveiro, S.A | 15.000.000,00 | 0,049 | 7.350,00 | 1.065.811,00 |

8.2.22 – Dívidas de Cobrança Duvidosa de Clientes, Contribuintes e Utentes:

Os saldos evidenciados na contabilidade relativos a Clientes c/c, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, são os seguintes:

| Designação | Valor |
|--|--------------------|
| Dívidas clientes água | € 13.823,57 |
| Dívidas Contribuintes e Utentes -Limpeza Fossa | € 307,36 |
| Dívidas Contribuintes e Utentes -Parque Campismo | € 284,06 |
| Dívidas Contribuintes e Utentes -Ocup. via Publica | € 92,88 |
| Dívidas Contribuintes e Utentes -Resíduos Sólidos | € 8.369,03 |
| Dívidas Contribuintes e Utentes -Rend. Merc.Feiras | € 126,94 |
| Dívidas Contribuintes e Utentes -Outros | € 966,25 |
| TOTAL | € 23.970,09 |

Refere-se que estão provisionados 833,75€.

8.2.26 – Contas de Ordem

De acordo com o POCAL, é necessária a desagregação das Garantias e Cauções por Fornecedores de Imobilizado e Credores Diversos. Deste modo, nos documentos de prestação de contas, apresenta-se um mapa com a discriminação solicitada (Balancete) e Contas de Ordem.

Salientamos, no entanto, que apenas se faz referência à movimentação de garantias cauções tituladas em papel, já que as garantias prestadas em numerário, constam do mapa de operações de Tesouraria, uma vez que deram origem a registos na contabilidade patrimonial.

Neste mapa, podemos também analisar as receitas virtuais. Estas receitas resultam de documentos de cobrança debitados ao Tesoureiro. Refere-se que existe uma diferença de 310,78€ entre o Balancete, o mapa das contas de

ordem e o Resumo Diário de Tesouraria, valor relativo a débitos de limpeza de fossas e mercados, não lançados na tesouraria.

No mapa 8.2.26 – Contas de Ordem, refletem a situação das garantias e cauções e dos documentos de receita debitados ao tesoureiro.

8.2.27 – Provisões

No ano de 2011, foram criadas as Provisões para cobranças duvidosas relativas a créditos incobráveis que já existiam na Autarquia em 2002, mantendo-se o valor em 2014. No ano económico 2014, foram criadas provisões para riscos e encargos relativos a aplicações financeiras no montante de 6.208,99€, relativo às diferenças de cotações, tal como nos é apresentado no mapa que se segue de desdobramento das contas de Provisões Acumuladas.

DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS

| CONTAS | | Saldo Inicial | Aumento | Redução | Saldo Final |
|--------|---|---------------|----------|---------|-------------|
| 19 | Provisões para Aplicações de Tesouraria | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 291 | Provisões para Cobranças Duvidosas | 833,75 | 0 | 0 | 833,75 |
| 292 | Provisões para Riscos e Encargos | 0 | 6.208,99 | 0 | 6.208,99 |
| 39 | Provisões para Depreciação de Existências | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 49 | Provisões para Investimentos Financeiros | 0 | 0 | 0 | 0 |

8.2.28 – Fundos Próprios

Esta rubrica do Balanço é composta por três grandes grupos: o Património, as Reservas e os Resultados.

No ano 2014, verificou-se que o valor do Património aumentou 1.626.876,48€, totalizando 19.780.085,77€, correspondendo a 31,15%, do Ativo Líquido. Este aumento, resultou essencialmente de avaliações patrimoniais de terrenos, edifícios e outras construções, avaliação de livros e regularização de valor dos títulos negociáveis.

Durante o ano económico em análise, após aprovação dos documentos de prestação de contas pelo órgão executivo e apreciação e votação dos mesmos pelo órgão deliberativo, deu-se cumprimento à aplicação do resultado transitado do ano anterior (2013) transferindo-o para as reservas legais.

Os Resultados Líquidos, do exercício de 2014, atingiram um montante de 1.550.046,68€, ou seja, verificou-se um decréscimo de aproximadamente de 33,41%, relativamente ao ano anterior.

8.2.29 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias

| Movimentos | Mercadorias | Matérias-primas subsidiárias e de consumo |
|-------------------------------|-------------|---|
| Existências Iniciais | 0,00 | 22.338,89 |
| Compras | 0,00 | 35.760,85 |
| Regularizações de Existências | 0,00 | 0,00 |
| Existências Finais | 0,00 | 24.217,91 |
| Custos do Exercício | 0,00 | 33.881,83 |

8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros:

Os Resultados Financeiros, relativos ao exercício de 2014, estão refletidos no mapa de Demonstração de Resultados Financeiros. Pela análise do mapa, verificamos que os Custos Financeiros (22.960,23€) foram inferiores aos Proveitos Financeiros (53.001,72€), dando origem a um resultado financeiro positivo no valor de 30.041,49€, justificado essencialmente pela diminuição de outros custos e perdas financeiras, bem como pelo aumento dos juros obtidos e ganhos em entidades participadas.

8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários:

Os Resultados Extraordinários, relativos ao exercício de 2014, estão refletidos no mapa de Demonstração de Resultados Extraordinários. Pela análise do mapa, verificamos que os Custos Extraordinários (89.559,41€) foram inferiores aos Proveitos Extraordinários (342.145,97€), dando origem a um resultado extraordinário positivo no valor de 252.586,56€. Refere-se que, os resultados foram positivos e são justificados essencialmente pelo decréscimo das transferências de capital concedidas.

8.3.1 – Modificações do Orçamento:

As modificações Orçamentais não podem afetar de qualquer modo o grau e o tipo de desagregação das despesas e das receitas constantes do orçamento inicial e não podem igualmente prejudicar as regras previsionais e os princípios orçamentais (em particular o princípio do equilíbrio orçamental). As modificações orçamentais visam ocorrer a despesas não previstas ou com insuficiente dotação. Assim, as alterações orçamentais implicam aumentos de dotações de despesas em algumas rubricas em contrapartida de diminuições ou de anulações noutras rubricas.

8.3.1.1 – Modificações do Orçamento da Receita

Durante o ano económico de 2014, foi efetuada apenas uma modificação ao orçamento da receita, através de revisão orçamental realizada em 30 de abril, para aplicação do saldo da gerência anterior.

8.3.1.2 – Modificações do Orçamento da Despesa

Durante o ano económico de 2014, foram efetuadas 14 modificações ao orçamento da despesa, para ocorrer a diversas despesas não previstas ou insuficientes.

Estas modificações consubstanciaram-se em 13 alterações orçamentais (6 de janeiro; 24 de janeiro; 20 de fevereiro; 12 de março; 10 de abril; 03 de junho; 24 de junho; 30 de julho; 21 de agosto; 02 de outubro; 23 de outubro; 17 de novembro e 04 de dezembro) e 1 revisão (30 de abril). Dos documentos de prestação de contas constam cópias das modificações efetuadas.

8.3.2 – Modificações às Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes):

As modificações do Plano Plurianual de Investimentos consubstanciam-se em Revisões e Alterações.

As revisões do Plano Plurianual de Investimentos têm lugar sempre que se torne necessário incluir e ou anular projetos nele considerados, implicando as adequadas modificações no orçamento, quando for o caso.

As modificações dos montantes das despesas de qualquer projeto constante do Plano Plurianual de Investimentos aprovados devem ser precedidas de uma alteração ao plano, sem prejuízo das adequadas modificações no orçamento, quando for caso.

Durante o ano económico de 2014, foram realizadas 14 modificações às Grandes Opções do Plano, correspondendo a 13 alterações e a 1 revisão.

A revisão ao Orçamento da Receita, resultou da aplicação do Saldo de Gerência Anterior.

A 1.ª revisão ao Orçamento da Despesa, resultou da introdução de 4 novos projetos: “RUCI – Agência para a Sustentabilidade e Competitividade”; “Aquisição de Retroescavadora”; “Construção da Casa do Pescador”; e “RUCI-Programação Cultural em Rede” e, ainda, introdução de 3 ações novas em projetos já existentes “Recuperação e Qualificação do Edifício da Comur – Produção de Conteúdos Multimédia”; “Campo Ambiental da Torreira - Desmatação e Aluguer de Equipamento” e reforços em 19 projetos/ações: “Construção de Armazéns Gerais – Aquisição de Equipamento Básico e Fardamento”; “Recuperação e qualificação do edifício da Comur – Aquisição de mobiliário e

Equipamento, Aquisição de equipamento Informático - Software e Hardware”; “Incubadora de Empresas – Execução de Obra”; “Apoio ao Arrendamento”; “Aquisição, Conservação e Reparação de Maquinaria; “Beneficiação do Cemitério da Murtosa – Execução de Obra”; “Semana Europeia do Cicloturismo – Aluguer de equipamento, Outros serviços, Trabalhos especializados, Publicidade e divulgação, Alojamento, Execução de infraestruturas, Transferências para coletividades”, “Transferências Capital Instituições Desportivas” e “Alargamento de Plataformas de Arruamentos”.

O Plano Plurianual de Investimentos, foi sujeito a 14 modificações orçamentais, sendo 13 relativas a alterações orçamentais e 1 referente a revisão orçamental.

As Atividades Mais Relevantes, foram sujeitas a 14 modificações orçamentais, resultantes de 13 alterações orçamentais e 1 revisão orçamental.

Nos documentos de prestação de contas, constam fotocópia das modificações às Grandes Opções do Plano, das modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e das modificações das Atividades Mais Relevantes.

8.3.3 – Contratação Administrativa:

Neste mapa está relatada a situação dos contratos desta Autarquia. Nele está expressa a informação sobre todos os contratos celebrados, com fornecedores e empreiteiros, durante o exercício ou em exercícios anteriores e que foram objeto de execução financeira no exercício de 2014, apresentando para isso a data do primeiro pagamento, os pagamentos ocorridos na gerência e acumulados. Este mapa encontra-se nos documentos de prestação de contas.

8.3.4 – Transferências e Subsídios:

8.3.4.1 – Transferências Correntes Concedidas

O mapa apresentado - Transferências Correntes Concedidas - mostra-nos todas as verbas concedidas a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, quaisquer contraprestação direta para com a Autarquia. Este mapa apresenta a descrição por entidade beneficiária e montante recebido, tendo a Autarquia transferido um valor total de 427.345,43€.

8.3.4.2 – Transferências de Capital Concedidas

Este mapa - Transferências de Capital Concedidas - reflete todas as verbas concedidas a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas de capital, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, quaisquer contraprestação direta para com a Autarquia. É aqui representado o valor total transferido de 89.972,65€, onde se discriminam as verbas atribuídas por entidade beneficiária.

8.3.4.3 – Subsídios Concedidos

Considerando-se Subsídios os fluxos financeiros não reembolsáveis das Autarquias Locais para empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção, verificamos que não houve qualquer subsídio/transferência que se enquadre nesta rubrica.

8.3.4.4 – Transferências Correntes Obtidas

O mapa apresentado - Mapa das Transferências Correntes Obtidas - sintetiza todas as verbas obtidas por entidade financiadora e as respetivas verbas orçadas, referente aos recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida. Junto anexam-se as certidões comprovativas.

8.3.4.5 – Transferências de Capital Obtidas

Este mapa – transferências de Capital Obtidas – demonstra todas as verbas transferidas do Orçamento de Estado. Junto anexam-se as certidões comprovativas.

8.3.4.6 – Subsídios Obtidos

Neste mapa são apresentadas as verbas Transferidas do Exterior, referentes a Fundos Comunitários, ao abrigo do Programa QREN – Financiamentos do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P. e PROMAR – Instituto de Financiamento de Agricultura e Pesca.

8.3.6 – Endividamento

8.3.6.1 – Empréstimo

Os mapas de Empréstimos apresentados mostram-nos as características dos empréstimos de médio e longo prazo, contratados a duas Instituições Bancárias, onde é referido, a sua finalidade, as obras que estão afetas, o capital utilizado e os encargos inerentes.

8.3.6.2 – Outras Dívidas a Terceiros

O Mapa de Endividamento - Outras Dívidas a Terceiros apresenta-nos uma dívida a Terceiros no montante de 968.661,47€, que resulta de dívidas a Fornecedores c/c (136.777,75€), Fornecedores – faturas em receção e conferência (10.881,68€), Fornecedores de Imobilizado (2.179,10€), Fornecedores de Imobilizado – faturas em receção e conferência (10.546,80€), Outros Credores (427.641,07€, refere-se que 423.764,99€ correspondem ao reconhecimento da dívida do Município na subscrição da realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal) e dívidas resultantes de diversos credores de Operações de Tesouraria (380.635,07€). O Mapa de endividamento – Outras Dívidas a Terceiros, apresenta em anexo, as Operações de Tesouraria Emitidas e Não Cobradas no valor de 10,92€, que não aparece refletido no Mapa das Operações de Tesouraria. Refere-se no entanto, que o valor do Mapa de Endividamento, difere do valor constante no balanço, uma vez que, não apresenta o saldo devedor da conta 265502 (SEF - Serviços Estrangeiros e Fronteiras).

6 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as imposições legais definidas no POCAL (nos pontos 2.7.3.1 a 2.7.3.5), o Resultado Líquido do Exercício deve respeitar o seguinte:

2.7.3.1- A aplicação do Resultado Líquido do Exercício é **aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do executivo.**

2.7.3.2- No início de cada exercício o Resultado Líquido do Exercício anterior, é transferido para a conta 59 - "Resultados Transitados".

2.7.3.3. – Quando houver saldo positivo na conta 59 - "Resultados Transitados" o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

a) Reforço do património;

b) Constituição ou reforço de reservas.

2.7.3.4 – É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 – "Património" corresponda a **20% do ativo líquido.**

2.7.3.5 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, deve constituir-se o reforço anual da conta 571 - "Reservas Legais" no **valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.**

O Resultado Líquido do Exercício 2014 corresponde a 1.550.046,68€. Tendo presente o que o POCAL estabelece e verificando-se que a conta "Património" em 31 de dezembro de 2014 corresponde a mais de 20% do valor do ativo líquido (31,15%), propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

- ▶ Reforço das Reservas Legais (1.550.046,68€);

Murtosa, 13 de abril de 2015

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pelo Lince.